

JACOBINISMO

Termo importado da Revolução Francesa, cujo significado mudou através dos tempos. No Império, definia os republicanos ardorosos; após a República, os partidários do presidente Floriano Peixoto. Devido às manifestações ruidosas que estes promoviam, jacobino tornou-se sinônimo de desordeiro e hoje identifica o revolucionário radical e extremista.

O Clube Jacobino foi criado no século XVIII por pequenos burgueses e proprietários rurais franceses que se reuniam em Paris no convento dominicano de Saint Jacques – em português São Tiago, forma alterada de Santo Iago, sendo os nomes Jacques e Iago provenientes do latim Jacobus, donde o francês *jacobins* e o português jacobinos. Durante a Revolução Francesa, os jacobinos defendiam reformas sociais e, na Assembleia Nacional, sentavam-se do lado esquerdo da sala de reuniões. No Brasil, os clubes republicanos radicais do fim da monarquia se diziam jacobinos por defender as mesmas idéias dos franceses um século antes. Proclamada a República em 1889, cresceram em número e espalharam-se pelo país, tornando-se o principal apoio político-militar de Floriano Peixoto, vice-presidente que tomou posse na presidência com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891 e cujo mandato presidencial foi contestado como ilegal.

Além da oposição no Congresso, Floriano enfrentou a Revolta da Armada em 1893, liderada por militares de alta patente. Em apoio ao presidente e ao que consideravam ser a legalidade, jovens alistaram-se no Batalhão Tiradentes, do Exército, sediado no Rio, e organizaram outros na Guarda Nacional e na Marinha por todo o país. Para participar bastava ser republicano, ter boa conduta e prezar ideais militares como disciplina, moralidade, abnegação, obediência etc. Os florianistas diziam-se jacobinos e defendiam o nacionalismo, pois suspeitavam que estrangeiros, especialmente portugueses, conspiravam contra Floriano e contra a República. Tinham dois jornais, *O Nacional* e *O Jacobino*, este de Deocleciano Mártir, líder do movimento.

Devido a suas manifestações ruidosas, a imprensa os chamava de arruaceiros, e políticos

respeitados como Joaquim Nabuco não os levavam a sério. Com a posse do presidente Prudente de Moraes em 1894, os jacobinos tornaram-se oposição e passaram a defender ações violentas contra estrangeiros e opositores. Uma delas foi o atentado contra o Prudente de Moraes, em que foi morto o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Deocleciano Mártir foi preso e condenado a 30 anos de prisão como mentor do atentado, e os batalhões foram dissolvidos. O jacobinismo perdeu sua força política, passando o adjetivo a designar radicais e extremistas políticos.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: GOMES, A. *Jacobinos*.

JACQUES, Lauro de Oliveira

*dep. fed. MG 1927-1929.

Lauro de Oliveira Jacques nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 14 de março de 1875, filho de Manuel Frederico de Magalhães e de Maria de Oliveira Jacques.

Cursou o secundário, mas não chegou a concluí-lo. Como tipógrafo, construiu longa trajetória, tornando-se presidente da Companhia Oliveira Costa, importante livraria e tipografia mineira. Entre 1925 e 1926 presidiu a Associação Comercial de Minas, entidade da qual foi um dos fundadores.

Em 1927 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1929. Em 1931 assumiu novamente a presidência da Associação Comercial de Minas. Desempenhou diversas funções na Santa Casa de Misericórdia e presidiu a Associação dos Empregados do Comércio, assim como a Associação Beneficente Tipográfica.

Faleceu em Belo Horizonte em 19 de outubro de 1936.

Era casado com Laura Beltrão Jacques.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 170); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v.1, p. 319).

JAGUARIBE, Nogueira

*dep. fed. SP 1906-1907.

João Nogueira Jaguaribe nasceu em Fortaleza no dia 4 de julho de 1863, filho do capitão João Nogueira Jaguaribe e de Joana Nogueira Jaguaribe.

Iniciou o curso de direito em São Paulo, mas depois se transferiu para Recife, onde se bacharelou pela Faculdade de Direito em 1885. Fez carreira na magistratura, tornando-se promotor público (1886 a 1887) e juiz municipal (1887 a 1889) em Tietê, e a seguir juiz substituto em Tatuí (1889 a 1890).

Após a proclamação da República, foi eleito em 1891 deputado à Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Em 1893 foi eleito vereador em São Manuel do Paraíso (SP), e de 1894 a 1895 foi intendente da cidade. Foi também membro fundador do Instituto Histórico de São Paulo em 1894. Mais uma vez eleito vereador em 1898, permaneceu na Câmara Municipal até 1904.

Concomitantemente, foi eleito para a Câmara Estadual na legislatura 1901-1903, ocasião em que integrou a Comissão de Comércio, Indústria e Obras Públicas (1901), e a Comissão de Justiça, Constituição e Poderes (1902 e 1903). Entre os temas de que tratou nesse mandato destacou-se a construção de ponte sobre o rio Tietê em Barra Bonita, substituindo a balsa utilizada na ligação entre as cidades de São Manuel e Jaú, o que permitiria o escoamento da produção de café mais rapidamente. Em 1902, tratou da reorganização da Companhia União Sorocabana e Ituana, que atendia à região onde tinha maior representatividade eleitoral. Também ganhou destaque o projeto de nº 72, autorizando o governo a explorar, através da Comissão Geológica e Geográfica, os rios Paraná, Paranapanema, Aguapeí, Tietê, entre outros, com vistas a determinar a navegabilidade e a força hidráulica aproveitável para a geração de energia, além de fazer o estudo topográfico e geológico das áreas marginais. Foi ainda uma vez reeleito deputado estadual, para a legislatura 1904-1906, e durante esse mandato presidiu a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo.

Em 1906, foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1906-1908.

Vinculado à ala conservadora do PRP, manteve-se na oposição ao presidente do estado, Jorge Tibiriçá Piratininga, e ao presidente da República, Afonso Pena.

Foi ainda colaborador do *Correio de Botucatu*.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 4 de julho de 1920.

Era casado com Salomé de Moura Campos Jaguaribe.

Uma coletânea de seus artigos foi publicada por João Carlos Figueiroa, organizador do livro *Botucatu – Homens e cousas*.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (5/7/1920); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; Origem biz. Disponível em: <http://origem.biz/ver_cadastro1.asp?id=1360>; Guia de Botucatu. Disponível em: <<http://www.guiadebotucatu.com.br>>; . Acervo Alesp. Manuscrito das Atas da Câmara de Deputados do Estado de São Paulo (1902, 1903, 1904 e 1905; Portal hist. Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/fatos/historiaano.asp?formano=1499&offset=830>>; PREF. MUN. BOTUCATU. Disponível em: <http://www.botucatu.sp.gov.br/estudo_pesquisa/prim_matriz.htm>, <<http://www.botucatu.sp.gov.br/feiradolivro/agenda.html>>.

JAIME, Luís Gonzaga

*sen. GO 1909-1921.

Luís Gonzaga Jaime nasceu em Pirinópolis (GO) no dia 8 de maio de 1855, filho de João Gonzaga Jaime de Sá e de Maria Batista Jaime. Seu avô, Luís Gonzaga Fleury, foi presidente de Goiás, e seu irmão, Frederico Gonzaga Jaime, foi deputado estadual em Goiás de 1909 a 1920.

Bacharelou-se em São Paulo em novembro de 1882 e em seguida voltou para a província natal, onde foi nomeado promotor público da comarca da capital em 11 de abril de 1883. Exerceu o cargo até 31 de dezembro do mesmo ano, quando pediu demissão. Em outubro de 1884 tomou posse como juiz no município de Santa Luzia (GO) e ali permaneceu até 20 de abril de 1885, quando foi removido para exercer a mesma função em Pirinópolis, por mais quatro anos. Por decreto de 15 de fevereiro de 1890 foi nomeado juiz de direito da comarca do rio Coxim (GO), e tomou posse em 16 de abril. Em 12 de julho do mesmo ano foi chamado a tomar assento no Tribunal da Relação, onde permaneceu por quase dois anos.

Em 20 de abril de 1892 foi nomeado chefe de polícia de Goiás. Em julho seguinte Antônio José Caiado assumiu a presidência do estado e adotou importantes medidas, como a reforma administrativa e a reorganização do Poder Judiciário, de modo a adequá-lo à nova ordem instaurada a partir da Constituição estadual de 1891. Em meio a essa reorganização, Luís Gonzaga Jaime deixou a chefia de polícia em 31 de dezembro de 1892 e, em 1º de janeiro de 1893 assumiu o cargo de ministro do Superior Tribunal. Manteve-se no tribunal até 31 de julho de 1909, quando se aposentou. Além disso, foi autor do Código de Processo Criminal (1890), que foi colocado em vigor no estado de Goiás por Caiado.

A cena política em Goiás havia sido controlada, entre 1891 e 1900, pela família Bulhões, aliada dos governantes do período. Em 1901, com seu apoio, fora eleito presidente do estado José Xavier de Almeida, que pouco a pouco se afastou dos antigos aliados até chegar à ruptura em fins de 1903 e início de 1904. Nas eleições de 1905, Xavier de Almeida conseguiu eleger como sucessor Miguel da Rocha Lima, derrotando o candidato apoiado

pelos Bulhões. A ocasião que estes aguardavam para retornar à cena política goiana se apresentou em 1908: diante da decisão de Xavier de Almeida de apoiar a candidatura de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, ao governo do estado, e de lançar sua própria candidatura ao Senado, em detrimento de Luís Gonzaga Jaime, alguns integrantes da composição política situacionista, entre os quais o próprio Gonzaga Jaime e Antônio Ramos Caiado, deixaram o governo e aliaram-se a Leopoldo Bulhões e Eugênio Jardim.

A insatisfação da oposição logo atingiu as proporções de um movimento armado. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou à presidência do estado no dia 11 de março, sendo substituído pelo vice-presidente Francisco Bertoldo de Sousa. No dia 1º de maio, teve início a chamada Revolução de 1909, com os revolucionários percorrendo a cavalo a cidade de Goiás sob o comando de Eugênio Jardim, e a liderança de Leopoldo Bulhões. Luís Gonzaga Jaime foi um dos que contribuíram com grande número de voluntários para as forças revolucionárias, que entraram vitoriosas na capital. Na mesma data, Francisco Bertoldo de Sousa passou o governo ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, em 24 de julho. O sucesso do movimento proporcionou o retorno do grupo dos Bulhões ao poder e possibilitou o surgimento de duas fortes lideranças locais: Eugênio Jardim e Totó Caiado.

Em novembro de 1909, como candidato único, Luís Gonzaga Jaime foi eleito senador na vaga aberta por Urbano de Gouveia. Dois anos depois foi reeleito, para um mandato de nove anos. Fez parte das Comissões de Polícia, de Constituição e Diplomacia, Justiça e Legislação e foi presidente da Comissão Especial do Código Penal da República. Além da atividade política, durante cinco anos foi professor de direito penal na Faculdade de Direito.

Faleceu em 1921, no Rio de Janeiro, vítima de assassinato.

Foi casado com Maria Augusta Sócrates, com quem teve quatro filhos. Entre eles destacou-

se Tulo Hostílio Jaime, deputado federal por Goiás de 1918 a 1920.

Adrianna Setemy

FONTES: *Diário da Manhã* (14/5/2009). Disponível em:
<http://74.125.93.132/search?q=cache:iT6oN62XkTcJ:www.dm.com.br/materias/show/t/sangue_na_historia_do_congresso+%22Luiz+Gonzaga+Jayme%22&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk>. Acesso em: 22/10/2009.

JAIME, Tulo, Hostílio

*dep. fed. GO 1918-1920.

Tulo Hostílio Jaime nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de setembro de 1891, filho de Luís Gonzaga Jaime e de Maria Augusta Sócrates. Seu pai foi senador por Goiás de 1909 a 1921.

Formado em direito, iniciou sua atuação na vida pública elegendo-se deputado federal por Goiás em julho de 1917. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1918, permaneceu no Legislativo federal até dezembro de 1920, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Araçuaí (MG) em 19 de novembro de 1964.

Era casado com Evangelina da Cunha Melo, com quem teve quatro filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

JAMBEIRO, Bernardo

*dep. fed. BA 1906-1911.

Bernardo José Jambeiro nasceu em Salvador no dia 27 de novembro de 1864, filho de Lázaro José Jambeiro e de Maria Júlia Martins. Seu pai foi deputado provincial (1876-1877) e seu irmão, Rafael José Jambeiro, foi deputado estadual (1899-1900 e 1935).

Tendo concluído os estudos de humanidades em Salvador, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e diplomou-se em 1890. Foi nomeado no ano seguinte assistente da cátedra de clínica obstétrica. Clinicou por algum tempo na cidade de Santo Antônio de Jesus e também dedicou-se ao jornalismo, sendo fundador e diretor-chefe do jornal *A Bahia*.

Iniciou a carreira política elegendo-se deputado estadual para a legislatura 1893-1894. Candidatou-se à reeleição, mas não chegou a exercer o mandato em virtude do problema criado pela dualidade de assembleias, que teve como solução a decretação da ilegalidade daquela da qual fazia parte e fora escolhido primeiro-secretário. Em 1900 foi novamente eleito para a Assembleia Legislativa da Bahia, para a legislatura 1901-1902. Em 21 de junho de 1903, com o surgimento de uma vaga no Senado Estadual em função da morte do general Inocêncio Galvão de Queirós, foi eleito para preenchê-la. Em 1905, foi escolhido primeiro-secretário do Senado, mas recusou-se a aceitar o cargo. No dia 16 de novembro, foi eleito presidente da Casa, cargo que exerceu até 9 de abril de 1906.

Em 30 de janeiro de 1906, foi eleito deputado federal para a legislatura 1906-1908. Tendo sua eleição reconhecida, renunciou ao mandato de senador estadual e tomou posse na Câmara dos Deputados em 3 de maio do mesmo ano. Reeleito para o período 1909-1911, foi escolhido líder da bancada baiana quando da morte do deputado Leovigildo Filgueiras em 1910. Em 1912 candidatou-se a um novo mandato, mas não teve sucesso. Em 1915 voltou a se candidatar como candidato avulso, mas, embora tenha conseguido expressiva votação, não foi eleito. Frente a mais essa derrota eleitoral, deu por encerrada sua vida político-partidária e transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em

19 de dezembro de 1929.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 214); BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário Oficial do Estado da Bahia* (p. 481-493); *Imparcial* (20/12/1929). Falecimentos; *Imparcial* (20/12/1929). Morreu no Rio um antigo político e parlamentar baiano; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, M. *Sinopse* (p. 141,153-156).

JAMES, Bartlet

*dep. fed. DF 1921-1923.

Bartlet James foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1921 Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio desse mesmo ano, permaneceu no Legislativo federal por toda a décima-primeira legislatura, até 31 de dezembro de 1923, quando se encerrou o seu mandato.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

JAQUES, Joaquim Mendes Ouriques

*militar; junta gov. PE 1891-1892.

Joaquim Mendes Ouriques Jaques nasceu no ano de 1835.

Almirante da Marinha, fez parte da junta que assumiu o governo de Pernambuco em 18 de dezembro de 1891, quando o então governador Antônio Epaminondas de Barros Correia, barão de Contendas, foi deposto no contexto de reconfiguração política decorrente da chegada de Floriano Peixoto à presidência da República no mês anterior. Integravam também a junta Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti e José Vicente Meira de Vasconcelos. Eleito vice-governador, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti respondeu pelo governo de 7 até 20 de abril de 1892, quando Alexandre José Barbosa Lima, governador eleito, tomou posse.

Em 4 de abril de 1895 foi nomeado ministro do então Supremo Tribunal Militar. Permaneceu nesse cargo até falecer, em 11 de agosto de 1898.

Raimundo Helio Lopes

FONTE: GUERRA, F. *História*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2); SUP. TRIB. MIL. *Ministros do Supremo*.

JARDIM, Eugênio

*militar; pres. GO 1921-1923; sen. GO 1924-1926.

Eugênio Rodrigues Jardim nasceu na cidade de Goiás, capital da província de Goiás, em 6 de outubro de 1858, filho de José Rodrigues Jardim e de Maria Francisca Pureza Jardim. Seu pai foi militar, presidente da província de Goiás de 1831 a 1837, senador de 1837 a 1841 e novamente presidente da província em 1841. Seu irmão Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim foi presidente do estado de Goiás de 1895 a 1898, deputado federal em 1899 e senador de 1899 a 1905 e de 1909 a 1910. Seu primo e cunhado Leopoldo Bulhões foi constituinte de 1891, várias vezes senador entre 1894 e 1918, e ministro da Fazenda de 1902 a 1906 e de 1909 a 1910.

Estudou no Liceu de Goiás. Em 1875 ingressou no 20º Batalhão de Infantaria da cidade de Goiás e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde prosseguiu a carreira militar. Quando chegou ao posto de major, pediu baixa do Exército para assumir o cargo de inspetor geral do Corpo de Bombeiros. Exerceu-o até 1905, quando se reformou como coronel. Em seguida voltou para Goiás e adquiriu uma fazenda localizada a três léguas da capital, onde se dedicou à criação de gado.

Ingressou na política no ano de 1908, quando se iniciaram as articulações para a sucessão do presidente do estado Miguel da Rocha Lima, aliado do ex-presidente estadual José Xavier de Almeida, que por sua vez era adversário político de Leopoldo Bulhões. Xavier de Almeida, que então exercia o mandato de deputado federal, apoiou a candidatura de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, ao governo do estado. Este foi eleito em 2 de março de 1909, mas teve sua eleição repelida pela oposição, que se aglutinou fortemente em virtude da decisão da comissão executiva do Partido Republicano de homologar a candidatura de Xavier de Almeida ao Senado em lugar de Luís Gonzaga Jaime. Em 11 de março, Miguel da Rocha Lima renunciou e passou o governo a primeiro vice-presidente Francisco Bertoldo de Sousa. Em abril, alguns integrantes da composição política situacionista deixaram o governo, aliaram-se aos Bulhões e formaram o Partido Democrata.

Eugênio Jardim filiou-se ao partido e, posteriormente, tornou-se presidente de sua comissão executiva.

A insatisfação diante da eleição de Hermenegildo Lopes de Moraes para o governo do estado e de Xavier de Almeida para o Senado cresceu a ponto de se transformar em um movimento armado. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Em 1º de maio, eclodiu a Revolução de 1909, movimento político liderado por Leopoldo Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas do estado, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Eugênio Jardim comandou as forças revolucionárias que em 1º de maio entraram vitoriosas na capital de Goiás. Na mesma data, Francisco Bertoldo de Sousa passou o governo ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, em 24 de julho de 1909. Urbano de Gouveia, assim como Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, era cunhado de Leopoldo Bulhões, e já havia governado o estado anteriormente, de 1898 a 1901. O sucesso do movimento proporcionou, assim, o retorno ao poder do grupo ligado à família Bulhões e a reorganização das forças políticas estaduais, além de possibilitar o surgimento de duas fortes lideranças locais: Antônio Ramos Caiado e Eugênio Rodrigues Jardim.

Ainda antes da posse de Urbano de Gouveia, no dia 8 de maio de 1909 Eugênio Jardim foi encarregado de organizar o corpo policial de Goiás. Em 10 de maio, tornou-se delegado de polícia do estado, cargo que ocupou até outubro seguinte. Em novembro, foi nomeado pelo presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910) inspetor agrícola do 11º Distrito de Goiás. Nesse mesmo ano, casou-se com Diva Fagundes Caiado, irmã de Antônio Ramos Caiado.

A vitória de Hermes da Fonseca nas eleições para a presidência da República em 1910 teve grande repercussão nos rumos da política goiana. Diante do fiel apoio que recebeu de Eugênio Jardim e de Antônio Ramos Caiado, e da posição vacilante de Leopoldo Bulhões, que no Senado Federal fazia críticas à administração federal, Hermes da

Fonseca passou a apoiar Eugênio Jardim na política regional. Assim, em 13 de junho de 1912 Eugênio Jardim foi nomeado por Hermes da Fonseca comandante superior da Guarda Nacional do estado de Goiás e, nas eleições de 30 de janeiro de 1915, foi eleito senador da República. Preferiu, contudo, não assumir o mandato.

Em 1921, foi eleito presidente do estado de Goiás, sucedendo a João Alves de Castro. Tomou posse em 14 de julho do mesmo ano e logo promoveu a reabertura da antiga Faculdade de Direito, que foi instalada no edifício do Senado estadual sob a nova designação de Faculdade Livre de Direito. Durante sua gestão estruturou a indústria têxtil no estado, ampliou o sistema viário, ligando a cidade de Goiás às cidades goianas localizadas na fronteira de Minas Gerais, e promoveu ainda a expansão da infraestrutura educacional através da criação de diversos grupos escolares em todo o estado. Deixou o governo em 27 de julho de 1923, quando foi substituído pelo segundo vice-presidente Miguel da Rocha Lima.

Nas eleições de fevereiro de 1924, foi novamente eleito senador pelo estado de Goiás, e dessa vez ocupou uma cadeira no Senado. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de julho 1926, após ter sido atropelado por um carro quando descia de um bonde.

De seu casamento com Diva Caiado nasceram oito filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. *Biografia dos Senadores*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1611&li=33&lcab=1924-1926&lf=33>. Acesso em: 28/9/2009.

JARDIM, Francisco Leopoldo Rodrigues

*pres. GO 1895-1898; dep. fed. GO 1899; sen. 1899-1905 e 1909-1910.

Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim nasceu na cidade de São Paulo no dia 27 de agosto de 1847, filho de José Rodrigues Jardim e de Maria Francisca Pureza Jardim. Seu pai foi militar, presidente da província de Goiás de 1831 a 1837, senador de 1837 a 1841 e novamente presidente da província em 1841. Seu irmão Eugênio Rodrigues Jardim foi presidente de Goiás de 1921 a 1922 e senador de 1924 a 1926. Seu primo e cunhado Leopoldo Bulhões – irmão de sua mulher Maria Nazaré de Bulhões Jardim – foi constituinte de 1891, várias vezes senador entre 1894 e 1918, e ministro da Fazenda de 1902 a 1906 e de 1909 a 1910. Seu concunhado Urbano Coelho de Gouveia – casado com sua cunhada Leonor de Bulhões Jardim – foi deputado federal por Goiás de 1892 a 1898, seu sucessor na presidência do estado de 1898 a 1901, novamente deputado federal de 1901 a 1902, senador de 1903 a 1909 e mais uma vez presidente de Goiás de 1909-1912.

Tendo chegado a Goiás com dez anos de idade, Francisco Leopoldo aí fez fortuna como comerciante e ainda jovem filiou-se ao Partido Liberal. Aliado fiel dos Bulhões, família que liderava os políticos liberais de Goiás, elegeu-se deputado provincial para a legislatura 1884-1885. Em 1886 foi eleito membro do Conselho Municipal. Proclamada a República, participou da Assembleia Constituinte de Goiás e foi signatário da Constituição estadual promulgada em 1891. Foi novamente eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1897, tendo presidido a Assembleia no primeiro ano de mandato.

Ainda em 1895 deixou a Assembleia ao ser eleito presidente do estado de Goiás, sucedendo a Antônio José Caiado. Empossado em 18 de julho do mesmo ano, notabilizou-se em sua administração por investir no desenvolvimento da infraestrutura viária e de comunicação e por procurar melhorar a situação econômica de Goiás através do controle das contas públicas e do desenvolvimento da produção e do comércio. Em 9 de julho de 1898 passou o governo ao segundo vice-presidente Bernardo Albernaz.

Em 19 de fevereiro de 1899 foi eleito deputado a fim de completar o mandato de Urbano

Coelho de Gouveia, que renunciou à sua vaga na Câmara após ter sido eleito presidente do estado de Goiás no pleito de 1898. Em 31 de dezembro de 1899, por ocasião do falecimento do senador Antônio José Caiado, Urbano Coelho de Gouveia expediu as ordens necessárias para que fossem realizadas eleições a fim de preencher a vaga deixada no Senado. Rodrigues Jardim foi eleito e exerceu o mandato até 1905. Em 1909 foi reeleito senador pelo estado de Goiás, mas renunciou ao mandato no ano seguinte. Para preencher sua vaga, foi eleito seu aliado Leopoldo Bulhões.

Por mérito, foi agraciado com a patente de coronel da Guarda Nacional.

Faleceu na Cidade de Goiás no dia 3 de março de 1920.

De seu casamento com Maria Nazaré de Bulhões Jardim não teve filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: ARTIGA, Z. *História*; LISITA JUNIOR, C. *Dicionário*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

JARDIM, Jerônimo de Moraes

*militar; dep. geral GO 1880-1881 e 1884; min. Ind. Viação e Obras Públ. 1898.

Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim nasceu em Vila Boa (GO), na época capital da província de Goiás, no dia 12 de fevereiro de 1838, filho de Joaquim Rodrigues de Moraes e de Maria Altina Jardim. Seu avô materno, José Rodrigues Jardim, militar de carreira, foi presidente da província de Goiás de 1831 a 1837 e senador do Império de 1837 a 1842. Seu irmão Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim (1836-1891), engenheiro militar, reformado como general, fez viagens de exploração e reconhecimento dos rios Araguaia, Tocantins e Tapajós. Seu primo José Leopoldo de Bulhões Jardim (1856-1928) foi deputado geral no Império, deputado constituinte em 1891, senador e ministro da Fazenda nos governos Rodrigues Alves e Nilo Peçanha.

Fez os estudos preparatórios no liceu de Vila Boa, alistando-se no Exército logo após completar 16 anos. Em março de 1855 ingressou na Escola Militar da Corte, juntamente com o irmão mais velho. Alferes-aluno em 1857, fez o curso da Escola de Aplicação do Exército, na Praia Vermelha, e completou os estudos de engenharia militar e civil na Escola Central, criada em 1858 em substituição à Escola Militar da Corte. Também se graduou bacharel em matemáticas e ciências físicas. Em dezembro de 1861, foi promovido a primeiro-tenente.

Em 1863, após pleitear, sem êxito, o lugar de engenheiro-praticante na firma inglesa The Rio de Janeiro City Improvements e na Estrada de Ferro D. Pedro II (antecessora da Estrada de Ferro Central do Brasil), viajou ao Pará em missão do Ministério da Guerra para a reconstrução das fortes de Macapá e Óbidos. Por falta de recursos, o projeto não foi adiante. Em seguida, participou de uma expedição de reconhecimento das cachoeiras no baixo Tocantins e fez estudos para a retificação do rio Arari, na ilha de Marajó.

Em 1865, iniciada a Guerra do Paraguai, chefiou a missão encarregada de abertura de uma via de comunicação entre os campos de Palmas, região de ocupação tradicional dos índios caingangues no oeste paranaense, e o território das Missões, na Argentina. Apresentou-se,

em seguida, como voluntário para lutar na guerra, incorporando-se à comissão de engenheiros chefiada pelo tenente-coronel José Carlos de Carvalho.

Em abril de 1866, colaborou no planejamento da operação de desembarque das forças aliadas em território paraguaio pelo Passo da Pátria, no rio Paraná. Participou da construção de trincheiras e baterias avançadas em Tuiuti, em especial da seção conhecida como Linha Negra, devido ao mortífero fogo da artilharia paraguaia. Promovido a capitão em janeiro de 1868 e a major em novembro de 1869, acompanhou a marcha do Exército brasileiro até o fim da campanha do Paraguai. Na fase final da guerra, atuou sob o comando do príncipe Luís Filipe de Orleans, o conde d'Eu, tendo sido responsável pela destruição da fundição de Ibicuí, onde eram produzidas armas para o exército paraguaio.

ENGENHEIRO, DEPUTADO E PRESIDENTE DE PROVÍNCIA

De regresso ao Rio de Janeiro em 1870, foi nomeado engenheiro ajudante da Inspetoria Geral de Obras Públicas da Corte, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em abril de 1873, assumiu a chefia da Inspetoria em substituição ao engenheiro Antônio Augusto Monteiro de Barros, permanecendo à frente do órgão durante sete anos.

Com os engenheiros Francisco Pereira Passos e Marcelino Ramos da Silva, integrou a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, constituída em 1874 pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império. A comissão formulou ambicioso plano de reforma urbana da capital, prevendo o alargamento de ruas e a construção de grandes avenidas, o arrasamento de morros, a canalização de rios e outras medidas de grande impacto para uma cidade “reconhecidamente insalubre e exposta a toda sorte de doenças e epidemias”. Trinta anos mais tarde, diversas obras propostas pela comissão seriam realizadas por Pereira Passos em sua gestão na prefeitura do Distrito Federal.

Morais Jardim foi o principal responsável pelo planejamento e construção do primeiro grande sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro, com captação a longa distância,

compreendendo as adutoras de São Pedro e Rio d'Ouro, na Serra do Tinguá (RJ), o reservatório do Pedregulho (D. Pedro II) e outros quatro menores em morros cariocas, e extensa rede de distribuição urbana. Em 1876, após a aprovação de seu plano e a contratação das obras, viajou à Europa para estudar os sistemas de abastecimento d'água de algumas cidades. Organizou também o projeto de drenagem de águas pluviais de parte da capital, em colaboração com José Antônio da Fonseca Lessa e Antônio Paulo Melo Barreto, parcialmente executado pelo construtor inglês Joseph Hancox.

As adutoras de São Pedro e Rio d'Ouro foram implantadas entre 1877 e 1880, juntamente com uma ferrovia entre a ponta do Caju, nas proximidades do porto da capital, e a represa de Rio d'Ouro. Projetada para o transporte de materiais de construção e a manutenção das duas adutoras, a ferrovia foi aberta ao tráfego público em 1883, ficando conhecida como Estrada de Ferro Rio d'Ouro.

Em setembro de 1879, com o apoio político das famílias Bulhões Jardim e Caiado, Moraes Jardim candidatou-se à eleição para preencher a cadeira de deputado geral pelo 1º distrito de Goiás, vaga em decorrência do falecimento de seu primo Antônio de Oliveira Bulhões. Tomou posse do mandato de deputado em maio de 1880, às vésperas da entrada em operação do novo sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro e do reservatório do Pedregulho. Duas semanas depois da inauguração do reservatório, houve uma ocorrência de recalque de fundações e o aparecimento de fendas que obrigaram a interrupção de seu funcionamento. Vários engenheiros foram chamados para estudar o problema, não chegando a uma conclusão comum. Houve quem apontasse falhas de projeto, negadas enfaticamente por Moraes Jardim em discurso na Câmara e em relatório ao ministro da Agricultura, Manuel Buarque de Macedo.

Em janeiro de 1881, Moraes Jardim encerrou seu mandato na Câmara e pediu demissão da chefia da Inspetoria Geral de Obras Públicas por julgar desnecessárias as obras de reforço do reservatório do Pedregulho, aprovadas pelo ministro Buarque de Macedo com base em parecer do engenheiro Borja Castro. Passou a servir então no Arquivo Militar, instituição responsável pela guarda e produção de mapas e plantas do governo imperial, planos e

projetos de fortalezas, estradas e portos marítimos.

Sócio fundador do Clube de Engenharia em 1880, participou do 1º Congresso das Estradas de Ferro do Brasil, promovido no Rio de Janeiro por iniciativa do clube entre julho e setembro de 1882, figurando entre os pareceristas da sessão dedicada ao estudo das vias navegáveis do país, juntamente com os engenheiros Pereira Passos e Raimundo Belford Roxo.

Teve um segundo mandato parlamentar de curta duração. Eleito para a vaga do deputado Antero Cícero de Abreu, falecido em 1883, tomou assento na Câmara em maio de 1884. Alinhou-se com deputados dissidentes do Partido Liberal no debate sobre o projeto de lei de emancipação dos escravos sexagenários, apoiando a moção de desconfiança contra o presidente do Conselho de Ministros, senador Manuel de Sousa Dantas, autor do projeto. Aprovada a moção em julho de 1884, Rui Barbosa e outros parlamentares abolicionistas ainda tentaram levar adiante a discussão do projeto Sousa Dantas, mas sem êxito.

Com a dissolução da Câmara em setembro de 1884, Morais Jardim voltou a servir no Arquivo Militar. Em maio de 1885 alcançou o posto de coronel, quase 11 anos depois de sua promoção a tenente-coronel. Em 1887, assumiu a chefia da seção de geodésia e topografia do Arquivo Militar, vaga com a nomeação do coronel Francisco Rafael de Melo Rego para a presidência de Mato Grosso. Permaneceu à frente da seção de geodésia e topografia por ocasião da transformação do Arquivo Militar em Diretoria Geral das Obras Militares.

Em setembro de 1889, foi nomeado presidente da província do Ceará, em substituição ao conselheiro Henrique Francisco D'Ávila. Em 15 de novembro, contando pouco mais de um mês no exercício do cargo, foi surpreendido por telegramas do Rio de Janeiro sobre o movimento militar contra o governo imperial. Já no dia seguinte, tomou conhecimento da proclamação do regime republicano no país. Em reunião com líderes políticos e oficiais do Exército em Fortaleza, concordou em deixar imediatamente o governo. Seu sucessor foi o tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, primeiro governador do estado do Ceará na era

republicana.

DIRETOR DA EFCB E MINISTRO

Morais Jardim recebeu nova missão no governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca. Em fevereiro de 1890, por designação do ministro Francisco Glicério, titular da pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi nomeado presidente da Comissão Geral de Viação, responsável pela elaboração do primeiro plano de viação da República. Composta por cinco engenheiros, a comissão buscou traçar as linhas de expansão da rede ferroviária em articulação com o aproveitamento da navegação fluvial.

Em outubro de 1890, por recomendação da comissão, o governo provisório concedeu privilégio, garantia de juros e outros favores para a implantação de linhas férreas e fluviais em várias regiões do país. As concessões foram outorgadas pelo Decreto nº 862 a empresas já estabelecidas ou que viessem a ser organizadas. Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, irmão mais velho de Moraes Jardim, obteve o privilégio de explorar a navegação dos rios Tocantins, Araguaia, das Mortes e seus afluentes, bem como de uma via férrea para contornar o trecho encachoeirado do Tocantins entre o povoado de São Pedro da Alcobaça (que daria origem ao município de Tucuruí) e o ponto denominado Praia da Rainha. Abrangendo quatro mil quilômetros de linhas fluviais e 170 quilômetros de via férrea, a concessão foi transferida em março de 1891 para a Companhia Viação Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaia.

A Comissão Geral de Viação foi extinta em fevereiro de 1891 e seu relatório acabou caindo no esquecimento. Moraes Jardim foi promovido a general de brigada em junho de 1891 e reformado no posto de marechal em novembro do ano seguinte.

Em novembro de 1894, no início do governo Prudente de Moraes, assumiu o cargo de diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), em substituição ao coronel Vespasiano Gonçalves Albuquerque e Silva. Consta que seu nome foi indicado ao presidente pelo ministro da Guerra, general Bernardo Vasques, veterano da Guerra do Paraguai. Atuou como diretor da EFCB durante dois anos. Foi exonerado em novembro de

1896, quando o vice-presidente Manuel Vitorino assumiu a presidência interinamente, em decorrência da licença de Prudente de Moraes por motivo de saúde.

À frente da mais importante ferrovia do país, Moraes Jardim cuidou especialmente da reparação de linha e material, com o objetivo de melhorar as condições de tráfego das composições que atendiam o Distrito Federal e o interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Em sua gestão foram iniciadas as obras da terceira linha, entre as estações de Sapobemba (atual Deodoro) e Belém (Japeri), da segunda linha, entre a estação Central (atual D. Pedro II) e a da Gamboa, no Rio de Janeiro, e de alargamento da bitola entre Cachoeira Paulista e a cidade de São Paulo.

Substituído na diretoria da EFCB pelo engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin, voltou a colaborar com o governo Prudente de Moraes no final do mandato do presidente da República. Em junho de 1898, assumiu o lugar de Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, permanecendo titular da pasta por cinco meses, até a posse do novo governo. Seu sucessor no ministério foi o senador baiano Severino Vieira, escolhido para o cargo pelo presidente Campos Sales.

No período seguinte foi diretor-presidente da Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil, sucessora da Companhia Viação Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaia. Em 1909, após sucessivas modificações da concessão original, outorgada ao tempo do governo provisório de Deodoro da Fonseca, a companhia inaugurou o trecho inicial de 43 quilômetros da via férrea Alcobaça-Praia da Rainha. Subvencionada pela União e pelo governo do Pará, a navegação entre Belém e Alcobaça vinha sendo realizada desde 1894 pelo vapor *General Jardim*.

Em 1910, esboçou um novo plano para o desenvolvimento do serviço de navegação nos rios Tocantins e Araguaia. Seu plano serviu de base para a revisão do contrato da Companhia Estradas de Ferro Norte do Brasil, autorizada pelo presidente Nilo Peçanha e o ministro Francisco Sá (Decreto nº 8.123). Posteriormente, a empresa obteve mais de uma prorrogação de prazo para o estabelecimento da navegação a vapor do alto Tocantins e do Araguaia e de Marabá até o trecho construído da ferrovia.

Moraes Jardim faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1916, no exercício do cargo de diretor-presidente da Companhia Estradas de Ferro do Norte do Brasil. Em setembro de 1920, o governo Epitácio Pessoa decretou a caducidade do contrato da companhia, alegando completo descumprimento de suas obrigações (Decreto nº 14.369).

O marechal Jardim foi casado com Luísa de Assis Mascarenhas, filha de Manuel de Assis Mascarenhas, deputado geral e senador no Império. Teve quatro filhos.

Além de sócio-fundador do Clube de Engenharia, foi vice-presidente do Instituto Politécnico, presidente da Sociedade Amantes da Instrução e sócio da Liga contra a Tuberculose.

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ANDREATTA, V.; VALLEJO, M. *Cidades*; BENCHIMOL, J. *Pereira*; BEZERRA NETO, E. *Ideia*; BLAKE, A. *Diccionario* (v.3); BORGES, H. *Generais*; CAM. DEP. Anais (1880, 1884); CERQUEIRA, D. *Reminiscências*; *Correio da Manhã*, (1938). O centenário do nascimento do marechal Moraes Jardim; . COSTA, E. *Abolição*; DODSWORTH, J. *Organização*; FREITAS, L. *Segundo*; JARDIM, J. *Engenheiros*; *Ex-inspetor*; JARDIM, J. *Linha*; LAEMMERT, E. *Almanak* (1880-1889); MIN. AGR., COM. OBRAS PUB. *Relatório* (1876, p. 358-370, 1877, p. 199-206, 1893-1900, 1903, 1906-1909; PATERNOSTRO, J. *Viagem*; *Revista do Clube de Engenharia* (n.41, fev.1938); SILVA, M. *Expansão* (p. 57-102); SPINOLA, A. *Relatório*; TAUNAY, A. *Diário*; TELLES, P. *História*; *Tocantins*; *Brasília e as ferrovias*. Disponível em:<<http://doc.brazilia.jor.br/Trilhos-Planos-Ferrovianos/1890-Plano-da-Comissao-concessoes.shtml>>.

JARDIM, Silva

* líder republicano.

Antônio da Silva Jardim nasceu a 18 de agosto de 1860 em Capivari (RJ), atual Silva Jardim, filho de Gabriel da Silva Jardim, pequeno lavrador e professor primário, e de Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim.

Estudou inicialmente com o pai, passando aos 11 anos a auxiliá-lo na escola que mantinha. Educado segundo a tradição católica, foi, aos 12, ajudante de sacristão. Aos 13 transferiu-se com o pai para Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, com o objetivo de fazer os estudos secundários. Depois de frequentar o colégio Silva Pontes, ingressou em 1874 no Mosteiro de São Bento, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, para completar os estudos preparatórios. Nessa instituição fez sua primeira experiência jornalística como redator-chefe do *Labarum Literário*, periódico estudantil em que também escrevia Clóvis Bevilacqua, que se tornaria um dos mais destacados juristas brasileiros. Seu primeiro artigo de natureza política teve a figura de Tiradentes como tema e apresentou tendências republicanas. Para diminuir a distância entre sua residência em Niterói e a escola, mudou-se para a Corte, passando a residir numa “república” de estudantes, entre os quais Raimundo Correia, que se projetaria no panorama da poesia brasileira. Depois de obter, em 1875, aprovação em exames de português, francês e geografia organizados pela Secretaria de Instrução Pública, passou a estudar no Externato Jasper, no centro da cidade. Em más condições financeiras, passou a residir com um primo no bairro de Santa Teresa. Deu aulas particulares e trabalhou por três meses no escritório de uma casa comercial. Em seguida, atuou como explicador no Externato Jasper.

Em abril de 1878 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se, por isso, para a capital. No mesmo ano estreou no campo literário acadêmico, publicando *Ideias de moço*, com Valentim Magalhães, e *Gente do mosteiro*, em que polemizou com colegas. Aderindo ao Clube Republicano Acadêmico, aproximou-se dos estudantes abolicionistas e republicanos e começou a sobressair como orador. Ainda em 1878 conheceu sua futura esposa, Ana Margarida Bueno de Andrada, filha do conselheiro Martim Francisco de Andrada, professor da Faculdade de Direito, chefe de uma das mais influentes famílias

paulistas e prócer do Partido Liberal, em cujo jornal, *Tribuna Liberal*, passou a trabalhar como redator e revisor.

Amigo do advogado, escritor e político liberal Herculano Marcos Inglês de Sousa, organizador Escola Normal de São Paulo, em inícios de 1888 foi nomeado, por indicação deste, secretário do estabelecimento e professor do curso primário anexo. Por essa época, afastou-se da *Tribuna Liberal* para fundar, com Valentim de Magalhães, o diário *Comédia*, do qual foi redator e gerente apenas até abril, quando deixou o jornal, alegando excesso de afazeres. Em seguida retornou à *Tribuna Liberal*, passando a ocupar-se de assuntos da área cultural. Ao mesmo tempo, mantinha correspondência com jornais republicanos do Rio Grande do Sul.

Filiado a sociedades secretas, entre as quais a maçonaria, atuava no movimento abolicionista participando com colegas acadêmicos de ações de roubo de escravos, que eram enviados para refúgios distantes da província. Seguiu a tendência de parte expressiva dos intelectuais brasileiros de seu tempo, aderindo, ainda em 1881, ao positivismo, doutrina sistematizada por Augusto Comte que se apresentava com muitas facetas, da científica à religiosa, e chegava ao Brasil credenciada por sua origem francesa, então referência de elevação cultural. Absorveu do positivismo principalmente a perspectiva política, que, entre outros postulados, apontava a forma republicana como a mais adiantada que a humanidade já produzira. Dessa maneira, fez a passagem da difusa relação que mantinha com o liberalismo, em grande parte alimentada pela ligação com a família Andrada, para o republicanismo e o campo oposicionista ao Império. Em 15 de novembro, participou da fundação do Centro Positivista de São Paulo. Por força das restrições que o positivismo fazia às práticas jornalísticas, deixou de escrever para órgãos de imprensa.

Em inícios de 1882, foi convidado por Inglês de Sousa, então presidente da província de Sergipe, para secretariá-lo, mas declinou do convite depois de consultar seus companheiros do Centro Positivista, refratários ao exercício de qualquer função que pudesse ser interpretada como adesão a um partido monárquico. Transferido logo em seguida para a presidência da província do Espírito Santo, Inglês de Sousa lhe fez novo convite, agora para divulgar métodos pedagógicos inspirados na *Cartilha maternal*, de autoria do poeta e pedagogo português João de Deus Nogueira Ramos e então tida como uma proposta revolucionária de alfabetização. Afastada a possibilidade de que a atividade

fosse entendida como adesão ao governo, aceitou a missão e proferiu palestras para plateias constituídas de professores primários da província. Ainda no mesmo ano, concluiu em dezembro o curso de direito, passando a atuar como advogado, inicialmente em processos relativos à libertação de escravos.

Casou-se em maio de 1883 com Ana Margarida, de acordo com o rito católico, a despeito de sua filiação filosófica, e no fim do ano foi aprovado em concurso para a cadeira de português da Escola Normal, que regeria segundo a orientação positivista. Foi dessa perspectiva filosófica que, em abril do ano seguinte, pronunciou na Escola Normal de São Paulo uma conferência pública que intitulou *Reforma do ensino da língua maternal*.

Logo após o nascimento de seu primeiro filho, fundou, em inícios de 1884, juntamente com o educador e escritor João Köpke, a Escola Neutralidade, voltada para o ensino primário laico, iniciativa que contrastava com o padrão da época, determinado pela união entre o Estado e a Igreja Católica. Em janeiro do ano seguinte, apoiou publicamente a campanha eleitoral do sogro, que, embora monarquista, defendia a causa abolicionista. Após a morte deste e de uma filha recém-nascida, ambas ocorridas em 1885, demitiu-se no ano seguinte do cargo de professor e aceitou o convite do cunhado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (neto) para trabalhar em Santos (SP). Aí se tornou seu sócio de um escritório de advocacia e da Escola José Bonifácio, que, com o apoio de Inglês de Sousa, fundaram em maio de 1886 para oferecer ensino laico primário e secundário.

Concentrou-se nas atividades de advogado e professor até 1887, ano que nasceu seu segundo filho homem, em 14 de julho. Tratando-se da data comemorativa da Queda da Bastilha, episódio emblemático da Revolução Francesa de 1789, deu-lhe em batismo o nome de Danton Condorcet, homenageando, respectivamente, um líder político e um escritor diretamente associados àquele evento histórico e reverenciados pelo positivismo. Também em 1887, participou da fundação do Clube Republicano de Santos, condicionando sua participação à inclusão do abolicionismo no programa político da entidade. Sua presença, ainda nesse ano, em uma homenagem a Quintino Bocaiúva, fundador e um dos principais chefes do Partido Republicano brasileiro, lhe valeu críticas da direção do Apostolado Positivista do Brasil, que era adepta de um caminho para a república que passaria pela conversão do imperador à doutrina e não atribuía importância à propaganda republicana. Em consequência, desligou-se da entidade.

A PROPAGANDA REPUBLICANA

Em inícios de 1888, tomou conhecimento da moção que a Câmara Municipal de São Borja (RS) aprovara em 13 de janeiro do mesmo ano no sentido de que fosse realizado um plebiscito para decidir sobre a conveniência de, em caso de falecimento do imperador dom Pedro II – que se encontrava gravemente enfermo na Europa –, assumir o trono a princesa Isabel, sua filha, casada com um estrangeiro – o conde D’Eu – e tida como católica fanática. Tomado pelo impacto geral que o documento causou em Santos e considerando violenta a reação do governo, que determinou a destituição dos vereadores, aceitou convite do republicano Francisco Lobo para fazer uma palestra sobre o assunto em Santos. Em 28 de janeiro, diante de uma platéia que reunia representantes de várias classes sociais e tendências políticas, analisou criticamente o regime monárquico e a família real brasileira, propondo, ao final, uma moção de apoio aos vereadores gaúchos e de protesto contra a ação repressiva do governo imperial. A conferência, que intitulou *A pátria em perigo*, alcançou expressiva repercussão, por ter sido transcrita em jornais republicanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e projetou-o nacionalmente como iniciador de uma nova fase da propaganda republicana. Convidado por correligionários de Limeira (SP) para fazer na cidade uma conferência semelhante, encontrou resistência por parte dos chefes republicanos paulistas, mas fez o pronunciamento mesmo assim. Em seguida, articulou com Francisco Glicério, líder republicano em Campinas (SP), a realização de uma palestra na cidade. O ato aconteceu em fevereiro e, depois de falar para cerca de duas mil pessoas, conseguiu novamente aprovar uma moção de repúdio à hipótese de um terceiro reinado. Na ocasião, defendeu a adoção da pena capital contra o conde D’Eu, caso ele viesse a resistir no dia em que a monarquia fosse deposta.

De volta a Santos, promoveu, em 5 de março, novo comício, agora em solidariedade às forças armadas diante do “caso Leite Lobo”, relativo a um oficial reformado da Marinha que, no dia 28 anterior, havia sido objeto de violência por parte de policiais, que teriam também desrespeitado um tenente-coronel do Exército que intervieria em favor de seu colega. Através do Clube Naval, oficiais lotados na capital paulista exigiram do governo uma reparação, recebendo apoio do Clube Militar. Em face da eclosão de vários conflitos de rua envolvendo policiais e militares, o governo proibiu os primeiros de deixar os

quartéis, passando o policiamento da cidade a ser feito por soldados.

O episódio fez recrudescer a tensão nas relações entre setores militares e o Estado monárquico, degradadas desde 1884, quando se sucederam conflitos, de início apenas disciplinares, que em conjunto ficariam conhecidos como “Questão Militar”. As relações entre militares e o governo entraram em fase de grande desgaste durante o ano de 1887, propiciando a projeção de novos líderes entre os oficiais, em particular o general Deodoro da Fonseca e o major Benjamin Constant Botelho de Magalhães. A reivindicação de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos baseados na ideia da “obediência passiva e inconsciente”. A imprensa republicana discutia o papel dos militares na sociedade brasileira, defendendo a formação de um Exército permanente constituído por cidadãos conscientes de seus direitos – “soldados cidadãos”. Quintino Bocaiúva, à frente de *O País*, Júlio de Castilhos, em *A Federação*, e Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, se destacavam na propaganda dessa proposta. A corrente de opinião que, a partir dessa idéia, se desenvolveu entre os republicanos evoluía no sentido da formulação de uma estratégia de aliança com os militares para destituir a monarquia.

Para angariar apoios, Silva Jardim visitou o couraçado *Bahia*, então fundeado no porto de Santos, e convidou a oficialidade para participar do ato político. Publicou em *O País* o artigo “Soldados! Em guarda!”, em que caracterizava como opressora a atitude do governo em relação aos militares e apresentava o que chamou de “teoria da liberdade espiritual do cidadão fardado”. Alguns dias depois, fez uma conferência que intitolou *O Exército e a nação*, assistida por militares, diante dos quais reivindicou “o direito do Exército a ser considerado corporação de homens livres, e não uma horda de janízaros ao serviço imperial”, fazendo referência ao antigo corpo de guarda do sultão turco, sinônimo de aparato repressivo de um tirano. Foi mais uma oportunidade de travar contatos com setores militares, junto aos quais a propaganda republicana ainda era incipiente. Ele próprio mantinha relações superficiais com alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro e tivera, pouco tempo antes, seu nome escolhido para batizar um clube republicano da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Em suas memórias, atribuiria grandes dimensões ao “caso Leite Lobo”, que teria chegado à possibilidade de um movimento separatista, evitado apenas pela intervenção do líder republicano Francisco Rangel Pestana, a demissão do

chefe de Polícia de São Paulo e, por fim, a do próprio chefe do Gabinete, barão de Cotegipe.

Em 7 de abril fez nova conferência em Campinas, agora no Clube Republicano da cidade, na presença de Prudente de Moraes e Manuel de Campos Sales, importantes dirigentes do Partido Republicano Paulista (PRP) e futuros presidentes da República. A alternativa republicana se espalhava, embalada pela iminência da abolição definitiva da escravidão. Estava em Santos quando, em 13 de maio de 1888, foi aprovada a lei que extinguiu o trabalho escravo no país, e participou dos festejos promovidos pelos libertos, que se estenderam por um mês. No comício que encerrou as festividades na cidade, fez um discurso, caracterizado por ele mesmo como “conciliante e moderado” e dirigido aos proprietários rurais descontentes com a monarquia por lhes ter causado a perda dos escravos sem indenizá-los.

Ainda em maio, participou, no dia 22, de um congresso do PRP, representando Santos. Defendeu na ocasião métodos que considerava revolucionários para a derrubada da monarquia e a implantação da república. Segundo registrou em suas memórias, a resistência que encontrou às suas ideias lhe fez perceber que “tinha-se em verdade passado o tempo das revoluções feitas somente à força da espada ou à força de dinheiro: o essencial era preparar a opinião pública”. Ainda assim, foi escolhido para integrar, com Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, a comissão que redigiu o manifesto do partido, dando ênfase à luta contra o Terceiro Reinado.

Desligando-se da sociedade que mantinha com seu cunhado no escritório de advocacia, com o dinheiro que recebeu do acordo que fizeram financiou o prosseguimento de sua atividade propagandística. Em 2 de julho, recebeu convite dos republicanos de Limeira (SP) para proferir uma palestra na cidade, o que fez depois de passar por Rio Claro (SP). Em seguida, discursou em várias cidades das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro: São Carlos do Pinhal (atual São Carlos), Campinas, São Paulo, Jacareí, Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Resende, Barra Mansa, Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Petrópolis, Rio de Janeiro, Friburgo, Cantagalo, São Fidélis, Campos, Macaé, Barra de São João, Capivari (atual Silva Jardim), Rio Bonito, Itaboraí e Niterói. Por onde fazia palestras, tomava conhecimento da precária organização do campo republicano. Em muitas localidades, seus apoiadores eram, mais do que republicanos, proprietários rurais

descontentes com a abolição sem indenização. Em outras, havia divisões entre os republicanos históricos e aqueles conhecidos como “republicanos de 13 de maio”, cujo ressentimento em relação à Coroa era, com frequência, acusado de explorar.

Em 21 de agosto, véspera do retorno do imperador da Europa, onde fora tratar da saúde, fez mais uma provocação à monarquia, realizando uma conferência no Teatro Lucinda, situado na praça da Constituição, atual praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Alvo de pedras lançadas por manifestantes monarquistas, foi defendido por companheiros, entre os quais Cândido Mariano da Silva, aluno da Escola Militar que, mais tarde, acrescentaria Rondon ao sobrenome. Nas eleições realizadas no dia 31 seguinte, foi indicado por vários distritos, mas não logrou eleger-se, atribuindo o resultado negativo a fraudes eleitorais.

Em 12 de setembro, fez uma conferência para contestar Joaquim Nabuco, destacado líder abolicionista defensor da monarquia, que se opusera na Câmara dos Deputados à entrada de um parlamentar republicano que se recusava a fazer o juramento católico. Na ocasião, exortou o povo do Rio de Janeiro a lutar contra a dinastia no poder e a monarquia. Defendeu, também, os proprietários rurais acusados de aderir ao campo republicano apenas por causa abolição sem indenização. Enquanto discursava, foi alvo de apupos e pedradas, que, no entanto, não o atingiram. Alguns dias depois sustentou, em conferência realizada no Teatro Politeama, a posição dos proprietários de imóveis contra o projeto do governo sobre distribuição de águas, afinal derrotado na Câmara dos Deputados, e defendeu, no Teatro São Pedro, atual Teatro João Caetano, o descanso semanal aos domingos reivindicado pelos empregados do comércio.

Participou, em 9 de outubro, de outro congresso republicano, ao qual enviaram delegados apenas as províncias da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, além da Corte. Na ocasião foi escolhido para integrar, com Francisco Glicério e Francisco Portela, a comissão encarregada de elaborar a lei orgânica do Partido Republicano nacional. Em seguida, passou a assinar seção oficial do Partido Republicano inserida pelo jornal *O País* entre suas colunas. Rapidamente transformou-se em líder de uma corrente à qual não agradavam os métodos políticos adotados pela direção partidária nacional, caracterizada como excessivamente moderada por se orientar por concepções de cunho liberal-democrático. Entendia que a situação política do país já estava madura para a implantação

da república, mas que isso só seria possível por meio de um movimento revolucionário em que amplos contingentes da população fossem envolvidos. Tal posição, que Joaquim Saldanha Marinho, chefe nacional do partido, apoiava, mas não publicamente, era, contudo, minoritária, sendo defendida apenas pelas seções pernambucana e rio-grandense-do-norte, as quais Silva Jardim representava na Corte. Segundo registrou em suas memórias, entre os chefes republicanos de São Paulo, apenas Francisco Glicério aderira à ideia de revolução.

Em 13 de novembro, realizou-se na Corte o Congresso Republicano Provincial, durante o qual foi criado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. De maneira semelhante ao que acontecera em províncias como Maranhão, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte, os republicanos capitalizaram a insatisfação com a Coroa no campo monarquista. Graças à adesão de escravocratas ressentidos, o movimento republicano fluminense, que até então vegetara na maior parte da província, viabilizou-se após a abolição. Entre junho e novembro, haviam surgido, em geral por iniciativa de tradicionais chefes monarquistas, clubes republicanos em mais de 20 municípios fluminenses, muitos dos quais palco da propaganda feita por Silva Jardim pouco tempo antes, como Paraíba do Sul, Capivari e Valença.

Criado o novo partido, Silva Jardim foi eleito delegado da capital e presidente da comissão executiva, também integrada por Alberto Torres, secretário, Antônio Furquim Werneck de Almeida, tesoureiro, Francisco Portela e Virgílio Pessoa, delegados do Norte, e Antônio Santos Werneck e Teófilo de Almeida, representantes do Sul fluminense. Foi também autor do manifesto de fundação, cuja principal preocupação era justificar a presença decisiva dos proprietários rurais no partido, explicando, segundo fórmula apresentada por Santos Werneck no manifesto do partido da Paraíba do Sul, que eles se haviam tornado republicanos “depois da abolição e não por causa dela”. Embora não estivessem representados na direção do partido, entregue a tradicionais republicanos, a participação dos monarquistas dissidentes foi fundamental para dar vida à nova agremiação e neles o republicanismo fluminense encontrou uma base social, o que resultaria no crescimento substancial de sua organização política.

Em 23 de novembro, fez uma conferência para contestar os argumentos monarquistas de Joaquim Nabuco, que era seu colega nas páginas de *O País*, onde ambos dissentiam em torno da questão do regime político, e era também, como reconheceu em suas memórias, “o

único adversário de temer”. Após criticar o adversário, convocou a população do Rio de Janeiro e o Partido Republicano, em particular, a cumprir seu dever naquele “momento crítico para a nação brasileira” e a apressar “a sua transformação política”. Ao sair do prédio, foi ameaçado por um grupo de libertos, mas seus amigos o defenderam. Em 30 de dezembro, fez, sem a sanção do Conselho Federal republicano, uma segunda conferência contra Joaquim Nabuco. O local escolhido foi a Sociedade Francesa de Ginástica, localizada na travessa da Barreira, no centro da cidade, atualmente uma rua batizada com seu nome. Ali, dois meses antes, militares, majoritariamente alunos da Escola Militar, haviam feito uma assembleia e aprovado uma moção de apoio a colegas do Rio Grande do Sul em conflito com o governo, ainda no contexto da Questão Militar. Durante o comício, registrou-se a primeira aparição pública da Guarda Negra, agrupamento constituído principalmente por libertos e ex-policiais, organizados por defensores da ação abolicionista da princesa Isabel, inclusive João Alfredo Correia de Oliveira, então presidente do Conselho de Ministros, para sustentar a monarquia por meio de ações violentas, que agrediam pessoas e perturbavam eventos associados ao republicanismo. Enquanto discursava, foi alvo de forte ataque a pedradas e tiros, que, embora não o atingissem, deixaram mortos e feridos entre os republicanos. Diante de boatos que davam conta de um provável atentado à sua residência, Alberto Torres e Cândido Mariano passaram a noite com ele.

Em face da hesitação da direção nacional em apoiar os seus métodos de propaganda, demitiu-se dos cargos que ocupava no partido – representante do Município Neutro na direção, membro da comissão financeira e redator da coluna n’*O País* – para poder atuar livremente, com total autonomia em relação às instâncias partidárias. Informado de seu projeto, o chefe nacional republicano, Quintino Bocaiúva, reconhecendo que não tinha condições de se responsabilizar por uma propaganda com tal grau de combatividade, o autorizou a, juntamente com Cândido Barata Ribeiro, futuro prefeito do Rio de Janeiro, organizar um centro diretor paralelo ao nacional para coordenar tais ações, o que acabaria não ocorrendo. No dia 6 de janeiro de 1889, Silva Jardim publicou em *O País* um manifesto que intitulou *Carta política*, dirigido ao Partido Republicano e à população. Nele, repudiava a orientação republicana moderada, denunciava “a luta que o governo abria com o Partido Republicano e, em especial, com os republicanos lavradores” e previa

que a revolução se daria naquele ano, quando se comemoraria o centenário da Revolução Francesa. O manifesto recebeu muitas adesões individuais e coletivas de vários pontos do país. Em seguida, transferiu a sua coluna para a *Gazeta de Notícias*, também do Rio de Janeiro.

Por essa época, segundo relata em suas memórias, foi procurado pelo tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, envolvido em episódios da chamada Questão Militar e decidido a articular uma ação contra o governo, que, segundo entendia, o estava afrontando. Em reunião de que também participou Aníbal Falcão, combinaram que Silva Jardim partiria em excursão de propaganda pela província de Minas Gerais, onde levantaria recursos para comprar armas, enquanto Sena Madureira organizaria seus contatos no Exército. Na volta ao Rio de Janeiro, Silva Jardim faria um comício em que estimularia os adversários a atacarem-no. A pretexto de garantir o direito de reunião dos republicanos, a tropa seria mobilizada e, juntamente com civis, marcharia contra o palácio imperial, no bairro de São Cristóvão, e prenderia os ministros. Acertaram, ainda, que, vitoriosa a revolução, como designaram o movimento, constituiriam uma comissão ditatorial em que militares assumiriam as pastas da Guerra e Marinha, para manter a unidade das forças armadas e a ordem.

Para preparar a viagem por Minas Gerais, Silva Jardim deixou a família em São Paulo e retornou ao Rio de Janeiro. Sentindo-se adoentado, passou alguns dias no hotel das Paineiras, em zona alta da cidade onde se costumava veranejar. Febres intensas chegaram a colocar sua vida em risco. Enquanto se recuperava, conviveu no hotel com membros das elites sociais e políticas do país, entre os quais o barão de Cotegipe. Sabendo-o desgostoso com o imperador, convidou-o a aderir ao Partido Republicano. O ex-ministro lhe teria respondido que estava velho para isso, mas não lhe faria oposição. Nesse ínterim, chegou-lhe a notícia da morte de Sena Madureira, vítima de uma moléstia aguda. Prejudicado o aspecto militar do plano que elaborara com ele, manteve a parte propagandística, e, ainda em fevereiro, partiu, mais uma vez sem o apoio da direção do Partido Republicano nacional, para Minas Gerais. Aí, a despeito de alguns problemas criados por adversários, fez contatos e comícios em Juiz de Fora, Cataguases, Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco, Mar de Espanha, Leopoldina, Tombos do Carangola (atual Tombos), Patrocínio,

São José de Além Paraíba (atual Além Paraíba), São João del Rei, São José del Rei (atual Tiradentes), Ouro Preto, então capital da província, e Barbacena, entre outras localidades.

Em maio, o Congresso Republicano Federal, reunido em São Paulo, consagrou a tese, da qual Quintino Bocaiúva era o mais expressivo defensor, de que se deveria privilegiar uma campanha doutrinária pela imprensa como caminho para o advento gradual da República. Entretanto, ele mesmo advertiu seus correligionários para a eventualidade de terem de recorrer à ação armada para atingir os objetivos do partido. De comum acordo, os membros do Conselho Federal pediram demissão de seus cargos, e o órgão foi extinto. Quintino foi eleito chefe nacional. Essa decisão implicou a derrota da corrente liderada por Silva Jardim, que, no dia 28, publicou o manifesto “Programa verdadeiro e prático do Partido Republicano”, no qual declarava não reconhecer a legitimidade da eleição de Quintino nem a validade de sua orientação política, que deveria ser substituída por uma que conduzisse ao estabelecimento de uma república ditatorial, alicerçada em um Executivo presidencial forte, instituído pela vontade popular e fiscalizado por uma Assembleia Nacional e pela opinião pública. Prosseguindo nos dias seguintes a discussão na *Gazeta de Notícias*, denunciou a ditadura que um pequeno grupo de paulistas estaria exercendo sobre o partido em aliança com Quintino Bocaiúva, cuja orientação política não era, no seu entendimento, mais progressista do que a do Partido Liberal, o que vinha resultando no enfraquecimento partidário, apenas revigorado pela abolição da escravidão. Em consequência, rompeu com o partido, no que foi apoiado pelas seções de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Em 7 de junho de 1889, o visconde de Ouro Preto assumiu a chefia do Conselho de Ministros, comprometido com um programa que objetivava neutralizar o avanço do republicanismo no país. Para impedir o êxito desse plano, Silva Jardim planejou um comício popular contra o governo que, no seu entender, deixaria Ouro Preto diante de um impasse: se o autorizasse, demonstraria fraqueza; se o proibisse, atrairia para si grande impopularidade. Como a direção do Partido Republicano desautorizasse a realização do comício, não o realizou. Entretanto, pôs em prática outro plano de combate à monarquia. Embarcou, em 12 de junho, no mesmo navio em que o conde D’Eu viajava para o Norte do país, com o propósito de, a partir de lá, retornar à Corte fazendo pelo caminho propaganda da monarquia e de um possível Terceiro Reinado. Silva Jardim pretendia acompanhá-lo até

Pernambuco, que considerava o “centro do Norte”, de maneira que, quando o príncipe por lá passasse, de volta do Amazonas, encontrasse um ambiente adverso, propenso ao republicanismo. Segundo declarou em suas memórias, estava convencido de que assim contribuiria para abortar um plano que o governo teria de consolidar a posição da monarquia no Norte, e, daí, atacar a oposição no Sul. No dia 16, uma parada em Salvador quase lhe custou a vida, ameaçada por membros da Guarda Negra. Em Maceió, a recepção foi tranquila. Em Pernambuco, onde chegou no fim do mês de junho, com forte apoio dos republicanos locais, liderados por Aníbal Falcão e José Isidoro Martins Júnior, fez conferências em Nazaré (atual Nazaré da Mata), Olinda, Palmares, Escada e Vitória (atual Vitória de Santo Antão). Em Recife, contudo, a total ausência de segurança, que o chefe de Polícia alegou não poder garantir, o fez suspender o comício programado, substituído por um manifesto de protesto e acusações contra o governo e a monarquia.

A REPÚBLICA E A POLÍTICA FLUMINENSE

No contexto de aproximação entre líderes republicanos e militares descontentes com o governo, em outubro de 1889 Quintino Bocaiúva procurou Benjamin Constant, agora tenente-coronel, para conversar sobre o momento político. No encontro, realizado no dia 26, foi acertado um plano de contatos com outros elementos republicanos, que aconteceria nos dias seguintes. Convieram, ainda, que seria importante publicar artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas contrárias ao moral e à economia pessoal dos militares, bem como a seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos dias seguintes, *O País* publicou vários artigos na linha acertada, um dos quais acusava o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a “lei do montepio obrigatório”, considerada pelos militares lesiva aos seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teve forte repercussão entre a oficialidade do Exército.

A ação na imprensa traduzia e estimulava uma tendência que começava a surgir no interior da direção partidária no sentido de aceitar uma aliança com setores militares como meio de acelerar o advento da república. Intensificavam-se os contatos com oficiais envolvidos em conflitos com o governo. Os republicanos da província do Rio de Janeiro

foram convocados a apoiar a candidatura do marechal Deodoro da Fonseca ao Senado, afinal derrotada.

O dirigente máximo republicano participou, também, na noite do dia 11 de novembro, de um encontro com militares e civis envolvidos na conspiração republicana em andamento. A reunião aconteceu na residência de Deodoro da Fonseca, que anunciou sua adesão à ideia de derrubar a monarquia. Na ocasião, Quintino Bocaiúva foi incumbido de organizar o futuro ministério republicano. Silva Jardim era mantido desinformado das articulações, mas, nesse mesmo dia, o grupo de Aníbal Falcão foi avisado por um emissário de Benjamin Constant de que se preparava um movimento armado para implantar a república no país e solicitava seu apoio.

Em novo contato, fixou-se o dia 20 de novembro para a deflagração do levante. Entretanto, instigados por boatos de que o governo prenderia alguns dos líderes da conspiração, os corpos militares aquartelados no bairro de São Cristóvão decidiram entrar em ação. Na madrugada de 15 de novembro, cercaram o Quartel-General do Exército, onde se encontravam reunidos o chefe do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, e os titulares das pastas. Em poucos minutos a força que guarnecia o prédio foi dominada, sem reação, e logo confraternizou com os rebeldes. Silva Jardim só tomou conhecimento dos fatos depois que as ruas da cidade e os grupos de populares começaram a se agitar. Com vários companheiros de luta política, entre os quais Aníbal Falcão e José do Patrocínio, dirigiu-se à Câmara Municipal, onde o último, na condição de mais jovem vereador, declarou instituída a República.

No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do governo provisório republicano: Deodoro da Fonseca (presidente); Benjamin Constant (Guerra); Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegava do Rio Grande do Sul, o que aconteceria no dia 6 de dezembro). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Campos Sales. À tarde, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Na província do Rio de Janeiro, o presidente Carlos Afonso de Assis Figueiredo, irmão do

deposto visconde de Ouro Preto, optou, depois de breve tentativa de reação ao golpe republicano, por renunciar em favor de Rufino Furtado de Mendonça, um dos seus vice-presidentes. Entretanto, Niterói já passara ao controle do capitão Francisco Vítor da Fonseca e Silva, que havia assumido o comando do Corpo Policial da capital fluminense. Por fim, o governo provisório, por indicação de Quintino Bocaiúva, nomeou Francisco Portela presidente do, agora, estado do Rio de Janeiro. Bem recebido inicialmente pelos republicanos fluminenses como um todo, seu nome também não despertou resistências por parte dos monarquistas, preocupados em aderir ao novo regime e influir em sua organização.

Os primeiros dias republicanos no estado do Rio, como em todo o país, foram, contudo, marcados por intensa disputa política. Republicanos tradicionais, convertidos de “13 de maio”, adesistas de “15 de novembro” e monarquistas recalcitrantes passaram a se enfrentar ou estabelecer alianças, sempre tendo como referência a posição do governo provisório. Para expressivos setores do Partido Republicano fluminense, a nomeação de Portela, apesar de sua identificação histórica com o republicanismo provincial, resultara da delegação de um poder externo ao estado.

Marginalizado da dinâmica do poder central, Silva Jardim tentou consolidar-se como alternativa de liderança política. Alinhou-se com os defensores da implantação de uma ditadura republicana, divergindo da corrente positivista militar e dos liberais capitaneados por Quintino Bocaiúva e demais líderes republicanos no poder. No dia 17 de novembro, foi apresentado a Benjamin Constant, que, embora fosse um dos principais disseminadores do positivismo no país, mantinha-se em posição de independência no governo provisório. Segundo registrou em suas memórias, o ministro da Guerra lhe explicou que não o havia posto a par da conspiração contra a monarquia porque tivera informações que o classificavam de “republicano sanguinário”, e o movimento se pretendia pacífico.

Decretadas as primeiras medidas de reconstitucionalização do país, e convocado, em 21 de dezembro de 1889, o Congresso Nacional Constituinte para reunir-se em 15 de novembro do ano seguinte, Silva Jardim foi nomeado para a comissão encarregada de elaborar o regulamento eleitoral pelo qual seriam escolhidos os deputados e senadores que redigiriam a primeira Constituição republicana do país. O trabalho da comissão resultou no Regulamento Lobo (Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890), assim chamado por

associação ao ministro Interior que o assinou – Aristides da Silveira Lobo – e, entre outras disposições, estabeleceu a alfabetização como condição para o exercício do direito de voto. No plano estadual, a ação desorientadora de Francisco Portela, cuja política de nomeações agravava as divisões dentro do Partido Republicano, o levava progressivamente para a oposição. No congresso realizado em Niterói a 15 de abril de 1890, e convocado por iniciativa de Silva Jardim para reorganizar a direção partidária no estado, a posição em face do governo provisório polarizou as discussões. Silva Jardim, assim como Nilo Peçanha, conclamou os delegados a apoiarem-no, embora marcando sua posição divergente ao declarar que essa atitude era “um ato de submissão voluntária” e “o maior sacrifício que se possa exigir da consciência democrática”. Quanto à situação política estadual, a oposição a Portela obteve no congresso vitórias importantes, em especial sua exclusão da direção partidária. Silva Jardim teve aprovada proposta de redução – de seis para cinco – do número de integrantes do diretório, no qual foi mantido, assim como Teófilo de Andrade e Santos Werneck. Também deixaram o diretório Alberto Torres, alinhado com a oposição, e Virgílio Pessoa, ligado ao governador. As duas vagas assim abertas foram preenchidas por Francisco Santiago e Oscar Varady, ambos partidários da orientação de Silva Jardim.

Aberta a temporada de montagem das chapas de candidatos ao Congresso Nacional Constituinte em todo o país, Silva Jardim teve seu nome indicado em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. No estado do Rio, foi convidado por Portela a integrar a lista oficial, mas, assim como outros líderes partidários, não aceitou, por considerar que Portela estava alijando o Partido Republicano da direção política do estado. Concorrendo a deputado na lista do partido – a “chapa do Diretório”, como ficou conhecida –, da qual faziam parte Alberto Torres, José Tomás da Porciúncula e outros veteranos propagandistas republicanos, bem como monarquistas recém-convertidos à República, no pleito realizado em 15 de setembro obteve apenas 4.573 votos e não se elegeu, tendo a chapa governista preenchido todas as vagas.

Decidido a retirar-se da vida política, Silva Jardim foi substituído na direção do partido por Francisco Pinto Ribeiro. Desapontado com o quadro político do novo regime, registraria, pouco tempo depois, em suas memórias: “Quanto a mim, seria talvez depois vencido pela República; não vencido na minha pessoa, o que pouco importava, mas bastante vencido em meus ideais”.

Depois de uma tentativa, frustrada, de fundar um jornal, que seria gerido por companheiros republicanos fluminenses e se chamaria *Política*, partiu em 2 de outubro de 1890, na companhia do filho mais velho e do amigo Joaquim Carneiro de Mendonça, em viagem para a Europa, pretendendo aprofundar seus conhecimentos sobre direito e política e preparar-se para voltar à vida pública no Brasil. Desembarcou em Portugal, seguindo depois para a França. Enquanto estava nesse país, recebeu do Brasil uma petição, assinada por cerca de três mil eleitores, que o instava a retornar ao cenário político nacional. Visitou, também, a Holanda, a Bélgica e a Inglaterra. Durante a viagem preparava os originais de um livro, que intitulou *Memórias e viagens*, e revia os textos de seus discursos. Segundo a *Gazeta de Notícias*, mantinha-se na Europa graças ao auxílio financeiro de um amigo. Em 1º de julho de 1891, fez uma viagem de turismo à Itália, na companhia de Joaquim Carneiro de Mendonça. Em Nápoles, visitava o vulcão Vesúvio quando escorregou e caiu em uma de suas bocas, desaparecendo.

Após sua morte, sua esposa deu à luz o quarto filho. Tendo ficado a família em dificuldades materiais, a *Gazeta de Notícias* e o banqueiro Rodolfo Abreu organizaram uma campanha para arrecadar contribuições financeiras em seu auxílio. Na Câmara dos Deputados, Nilo Peçanha apresentou projeto que concedia uma pensão à viúva.

Foi sócio-benemérito da Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, de Santos.

Além dos trabalhos já mencionados, publicou: *O general Osório* (1879); *A crítica de escada abaixo* (1880); *Memórias e viagens* (póstuma, 1891) e *Propaganda republicana* (póstuma, 1978). Sobre sua vida, foram publicados, entre outros, *Paixão e morte de Silva Jardim*, de Maurício Vinhas de Queiroz (1967), *Perfil político de Silva Jardim*, de Heitor Ferreira Lima (1987), e os artigos “Silva Jardim: a República e o vulcão”, de Francisco Foot Hardman (*Estudos Avançados*, 1998) e “Ação política e pensamento de Silva Jardim”, de Maria Fernanda Lombardi Fernandes (*Teoria & Pesquisa – Revista de Ciências Sociais*, 2007).

Em sua homenagem, o município de Capivari passou a se chamar Silva Jardim em 1943 e a localidade de Ilha Grande (SP) foi batizada, em 1896, de Jardinópolis, vindo a tornar-se município dois anos depois.

Renato Lemos

FONTES: BOHERER, G. *Monarquia* ; CÂM. MUN. SÃO BORJA. Disponível em: <<http://www.camarasaoborja.com.br/index.php?pagina=noticia&id=673>>. Acesso em 13/7/2011; CARVALHO, M. *Organização*; DOMAS FILHO, J. *Silva*; Férias Tur. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/9282/jardinopolis-sp.html>>. Acesso em: 29/7/2011; JARDIM, A.. *Memórias*; LEÃO, J. *Silva*; LEMOS, R. *Alternativa* (v. 3, pp. 401-444); LEMOS, R. *Implantação* (p. 25-94).

JOBIM, VÁLTER

*rev. 1923; rev. 1930; rev. 1932; dep. fed. RS 1935; gov. RS 1947-1951; emb. Bras. Uruguai 1951-1954.

Válter Sá Jobim nasceu em Porto Alegre no dia 26 de agosto de 1892, filho de Labieno Jobim, funcionário público, e de Alzira Sá Jobim.

Fez o curso primário na Escola Brasileira e o secundário no Ginásio Rio Grande do Sul. Ingressou mais tarde na Faculdade de Direito de Porto Alegre e, ainda acadêmico, lecionou geografia e português no Liceu Parabé, depois Escola Técnica Parabé. Bacharelou-se em 1913, sendo nomeado logo em seguida promotor público em Passo Fundo (RS). Em 1914 foi juiz distrital nas cidades gaúchas de São Borja e de Santa Maria, e no ano seguinte retornou a São Borja, dessa vez como promotor efetivo. Em 1916 deixou a promotoria para dedicar-se à advocacia, profissão que viria a exercer em quase todo o estado.

DA REVOLUÇÃO GAÚCHA DE 1923 À REVOLUÇÃO DE 1930

Em 1922, Válter Jobim se alinhava entre as forças de oposição ao governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros, presidente estadual de 1898 a 1908 e de 1913 até aquele momento, além de e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Naquele ano, a oposição gaúcha — constituída pelos federalistas, os antigos democráticos liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil e alguns republicanos dissidentes — defrontou-se com as forças governistas em duas ocasiões. O primeiro confronto ocorreu em março, nas eleições para a presidência da República: enquanto o PRR apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, lançada pela Reação Republicana, os oposicionistas apoiaram Artur Bernardes, vencedor do pleito. A segunda disputa girou em torno da sucessão estadual. Visando a “proteger” o Rio Grande do Sul de Bernardes, Borges de Medeiros lançou sua candidatura ao quinto mandato como presidente do estado. A oposição decidiu fazer frente ao domínio republicano articulando-se em torno de um candidato que a mantivesse unida. Em 19 de outubro foi assim lançada a candidatura de Assis Brasil, através de um manifesto publicado no *Correio do Sul*, órgão federalista de Bajé. O documento, redigido por Raul Pilla, era assinado entre outros por Válter Jobim, Fernando Abbott, Armando Tavares e Joaquim Tibúrcio.

As eleições estaduais realizaram-se em novembro de 1922, e a apuração, iniciada em dezembro, só foi concluída em 17 de janeiro de 1923. Borges foi dado como vencedor e rapidamente proclamado eleito pela Assembleia estadual, dominada pelo PRR. Convictos de que houvera fraude e procurando provocar a intervenção federal, Assis Brasil e seus seguidores rebelaram-se contra o governo estadual. No dia 25 de janeiro — dia da posse de Borges — eclodiram vários levantes regionais com o objetivo não apenas de depor o presidente do estado, mas de destituir os republicanos dos cargos públicos e anular a Constituição estadual. A luta se estendeu até novembro e foi encerrada pelo Pacto de Pedras Altas, que manteve Borges no governo mas vedou nova reeleição.

Esse acordo, no entanto, não conseguiu fazer cessar a crise no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1924 novos levantes, já de cunho tenentista, irromperam em unidades do Exército. Durante os dois anos que se seguiram, os oposicionistas continuaram a denunciar perseguições que estariam sofrendo por parte dos republicanos, enquanto alguns de seus líderes ainda se encontravam no exílio. Finalmente, em 1926, estabeleceram-se novos centros de conspiração. Válder Jobim ficou encarregado de organizar o movimento junto aos oficiais que serviam em Santa Maria, mas de modo geral as articulações se desenvolveram muito lentamente. Assim, somente em 14 de novembro, véspera da posse de Washington Luís na presidência da República — de quem era esperada uma atitude intransigente em relação aos revolucionários de 1922 e 1924 — os irmãos Alcides e Néelson Etchegoyen sublevaram sua unidade em Santa Maria e atacaram o quartel da Brigada Militar, que reagiu violentamente. Ao mesmo tempo, Heitor Lobato Vale procurou sem êxito desencadear um levante no Batalhão de Caçadores. A revolta, que se tornou conhecida como Coluna Relâmpago, foi debelada no mesmo dia, e os amotinados abandonaram Santa Maria perseguidos por uma força de provisórios comandada por Osvaldo Aranha.

Com a derrota de mais esse movimento, Válder Jobim retornou ao exercício da advocacia. Em março de 1928 filiou-se ao recém-criado Partido Libertador (PL), que passou a congregar as forças de oposição lideradas por Assis Brasil. Em agosto do ano seguinte, entretanto, o PL, que já abandonara sua oposição sistemática aos republicanos, concordou em apoiar a candidatura do presidente do estado, Getúlio Vargas, à presidência da República, lançada pela Aliança Liberal, e articulou-se com o PRR na Frente Única Gaúcha

(FUG). Após a derrota dos aliancistas nas eleições presidenciais de março de 1930, Válder Jobim participou do movimento revolucionário deflagrado em outubro, que depôs Washington Luís e colocou Vargas na chefia do governo. No período que se seguiu, foi membro do diretório de seu partido.

NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Em 1932, São Paulo e o Rio Grande do Sul intensificaram junto a Vargas as pressões pela reconstitucionalização do país e ao mesmo tempo selaram uma aliança político-militar para um possível enfrentamento com o governo central. O agravamento das tensões em São Paulo resultou na eclosão, no dia 9 de julho, da Revolução Constitucionalista, rapidamente vitoriosa no estado mas combatida pelas tropas federais deslocadas de outras regiões do país. Diante dessa situação de fato, as forças políticas se dividiram no Rio Grande do Sul: enquanto o interventor José Antônio Flores da Cunha se manteve fiel ao governo provisório e enviou tropas para a frente de combate contra os revolucionários, rompendo o acordo firmado anteriormente com os paulistas, o grupo liderado por Borges de Medeiros e Raul Pilla — os quais, de início, haviam proposto o apaziguamento — deflagrou um movimento solidário com a causa constitucionalista, visando com isso a diminuir a pressão das forças regulares gaúchas sobre São Paulo. Desse movimento participaram, além de Borges e Pilla, Válder Jobim, João Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Marcial Terra, Turíbio Gomes e Mem de Sá.

Abandonando Porto Alegre, os líderes da FUG promoveram levantes em diversas localidades do interior do estado. No dia 20 de agosto, Flores desbaratou o núcleo central do movimento em Santa Maria — sede do governo revolucionário — prendendo seus principais articuladores e forçando Borges, Pilla e Luzardo a se refugiar em Pinheiros, ainda no município de Santa Maria. Enquanto isso, os demais líderes, entre os quais Jobim e Collor, incorporaram-se ao grupo de Marcial Terra. Esse grupo, depois de percorrer os municípios de Santo Ângelo, Santiago e São Luís, atravessou o rio Itu planejando encontrar-se com outras forças rebeldes em Santa Rosa, no município de São Francisco de Assis. Antes de 7 de setembro, contudo, os grupos de Terra e de Turíbio Gomes depuseram armas e negociaram sua rendição através de Viriato Vargas, que garantiu ainda a escolta de Collor e Otacílio Fernandes para a Argentina. O levante gaúcho foi esmagado em Cerro

Alegre no dia 20 de setembro, ocasião em que Borges foi preso e os demais líderes da FUG se exilaram. Sem contar com o apoio previsto nos outros estados, os paulistas sustentaram a luta até 2 de outubro seguinte, quando foi assinado um armistício determinando o fim dos combates e confirmando a vitória das forças do governo provisório. Com a derrota dos paulistas, a divisão que se havia instalado na política gaúcha consolidou-se: os que haviam apoiado Flores da Cunha na luta contra os constitucionalistas uniram-se sob sua liderança no Partido Republicano Liberal (PRL), criado em 15 de novembro de 1932, e os que haviam permanecido fiéis ao compromisso constitucionalista mantiveram-se na FUG.

Apesar de vitorioso, Vargas decidiu empenhar-se no processo de normalização da vida constitucional do país, confirmando para maio de 1933 as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Transcorridas as eleições e iniciados os trabalhos constituintes em novembro, no dia 8 de junho de 1934 foi aprovada a emenda que concedia anistia ampla aos revolucionários de 1932. Em 16 de julho a Constituição foi promulgada e as eleições para a Câmara dos Deputados e as constituintes estaduais foram marcadas para o dia 14 de outubro.

Válter Jobim retornou à atividade política nessa ocasião, lançando sua candidatura a deputado federal. Foi um dos cinco libertadores eleitos, os quais, aliados a mais um deputado republicano, constituíram a bancada da FUG. A direção política da frente gaúcha decidiu porém alterar sua representação de modo a manter a igualdade numérica e o equilíbrio de forças entre o PL e o PRR. Assim, no dia 9 de maio de 1935, quatro dias após o início da legislatura, Jobim leu seu pedido de renúncia, no que foi acompanhado pelos deputados Alberto de Araújo Cunha e Francisco Simões. Para suas vagas foram convocados, respectivamente, João Neves da Fontoura e Nicolau Vergueiro, do PRR, e Oscar Carneiro da Fontoura, do PL.

Ainda em 1935, a Assembleia Constituinte gaúcha elegeu Flores da Cunha governador do estado.

DURANTE O ESTADO NOVO: SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS

O problema da sucessão presidencial prevista para 1938 foi o ponto central de todos os debates, alianças e crises políticas no país durante o ano de 1937. No Rio Grande do Sul, os três partidos sofreram sérias cisões: enquanto o PL e o PRR, aliados a dissidentes do

PRL, apoiavam o candidato situacionista, José Américo de Almeida, o PRL — àquela altura indisposto com Vargas — e os dissidentes dos partidos da FUG sustentavam a candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira. O ano foi marcado por uma sucessão de pequenas crises que atingiram seu clímax em outubro, com a renúncia de Flores da Cunha. Para substituí-lo foi nomeado interventor o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que decidiu incluir os partidos oposicionistas na composição de seu secretariado. Válter Jobim e Raul Pilla foram convidados para assumir duas secretarias, mas este último, recusando-se a apoiar o representante do governo federal, convocou o diretório central do PL, do qual era presidente, para deliberar sobre a questão. Os libertadores não se encontravam coesos naquele momento e a proposta do novo interventor acabou vitoriosa, refletindo a tendência de alguns grupos a aceitar uma aproximação com Vargas. Discordando do resultado dos debates, Pilla renunciou à presidência do partido, e Jobim, em contrapartida, concordou em assumir a Secretaria de Obras Públicas.

No dia 10 de novembro, um golpe de estado liderado pelo próprio presidente da República instaurou o Estado Novo, suspendendo as eleições e fechando os órgãos legislativos do país. Na semana seguinte, o diretório do PL voltou a se reunir, decidindo então manter o apoio a Vargas e nomear Jobim para a presidência do partido em substituição a Pilla, que, seguido por alguns correligionários, renunciou a seu lugar no próprio diretório. Em dezembro, quando foi decretada a dissolução dos partidos, o PL recomendou a seus filiados que se abstivessem de quaisquer atividades político-partidárias até a promulgação do novo código eleitoral.

Com a morte de Daltro Filho em 19 de janeiro de 1938, a interventoria gaúcha foi assumida, em caráter interino, pelo secretário do Interior, Maurício Cardoso, que ocupou o cargo até a posse do coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, ocorrida no dia 4 de março seguinte.

Mantido na Secretaria de Obras Públicas, onde permaneceria até 1939, Válter Jobim concentrou sua atuação nas deficiências do setor rodoviário que entravavam o desenvolvimento da economia gaúcha. Com a criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, responsável pela importação de maquinaria que possibilitou a pavimentação de antigas estradas e a construção de novas estradas-tronco, o escoamento da

produção foi regularizado.

A DEPOSIÇÃO DE VARGAS EM 1945

Em 1943, Ernesto Dornelles substituiu Cordeiro de Farias na interventoria gaúcha e Válder Jobim assumiu mais uma vez a Secretaria de Obras Públicas. Com a redemocratização do país em 1945, novos partidos foram criados e Dornelles foi um dos organizadores do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul. Durante a primeira convenção estadual do PSD, realizada no dia 10 de julho, Jobim teve sua candidatura ao governo gaúcho oficialmente lançada pelo coronel José Diogo Brochado da Rocha. Na ocasião, defendeu como pontos básicos de sua plataforma de governo a questão social, a expansão da indústria, a mecanização da lavoura e a ampliação e o barateamento da energia elétrica.

Em 29 de outubro seguinte, quando os partidos já estavam em plena campanha eleitoral, um movimento militar chefiado pelo ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, depôs Getúlio Vargas e entregou o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares. Com a consequente destituição dos interventores federais nos estados, Dornelles foi afastado do governo gaúcho e Jobim deixou a Secretaria de Obras Públicas, sendo substituído por Orlando Carlos, militante do novo Partido Libertador (PL) fundado por Raul Pilla no início do ano.

Mantida a data das eleições presidenciais marcadas para 2 de dezembro, o mês de novembro caracterizou-se pela intensificação das negociações políticas com vistas ao fortalecimento das candidaturas presidenciais. Àquela altura, já estavam lançadas a do brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN), e a do general Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD.

Apesar de pressionado pelo PSD e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que defendiam seu apoio a Dutra, Vargas, de seu retiro em São Borja, evitava pronunciar-se a respeito do quadro sucessório alegando que não tinha liberdade para se manifestar politicamente. No dia 18 de novembro, Jobim, Protásio Vargas e Cilon Rosa enviaram um telegrama ao ex-presidente cobrando-lhe uma definição e afirmando que seu apoio a Dutra era indispensável para a vitória do PTB em todo o país. No dia seguinte, respondendo a Protásio, Vargas afirmou que quando ainda se encontrava no governo havia de fato

aconselhado a realização de acordos eleitorais nos estados entre o PSD e o PTB. Recordou também que após sua deposição havia sido procurado por Jobim e por ele, Protásio, para tratar das eleições presidenciais, e que na ocasião se declarara desobrigado de qualquer compromisso, a não ser o de apoiar a candidatura de Jobim ao governo do Rio Grande. Alguns dias depois, porém, cedendo às pressões, Vargas divulgou um manifesto conclamando seus correligionários a apoiarem Dutra, afinal eleito no pleito de 2 de dezembro.

O novo presidente foi empossado em 31 de janeiro de 1946 e logo em seguida nomeou Cilon Rosa interventor no Rio Grande do Sul. Jobim foi convidado a assumir a Secretaria do Interior, de onde se afastou, contudo, em maio seguinte para poder concorrer ao governo estadual.

A ADMINISTRAÇÃO DE JOBIM

Em 19 de janeiro de 1947, Válder Jobim foi eleito governador do Rio Grande do Sul na legenda do PSD, derrotando Alberto Pasqualini, candidato do PTB, e Décio Martins da Costa, lançado pela coligação formada pela UDN e o PL. Ainda nesse pleito foram eleitos os deputados à Constituinte estadual, que, ao final dos trabalhos, levaram à votação um projeto de Constituição cujo caráter parlamentarista refletia as posições defendidas até então pelo PL. Jobim entrou com uma representação junto à Procuradoria Geral da República arguindo a inconstitucionalidade do estatuto proposto — que contrariava a Constituição Federal de 1946 — e obteve a anulação dos dispositivos parlamentaristas.

Durante seu governo, o setor industrial do estado passou a ocupar um lugar de maior relevo na economia, embora as atividades agrícolas, comerciais e industriais ainda permanecessem subordinadas a uma mesma secretaria. No primeiro ano da nova administração, foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica, que elaborou o plano de eletrificação do estado, abrangendo principalmente a zona rural, com o objetivo de fixar o homem no campo e conter, em contrapartida, o crescimento excessivo da população nas áreas urbanas. Ainda em 1947, foi criado o Departamento Autônomo de Carvão Mineral visando a estimular a produção de carvão para suprir, prioritariamente, a Viação Férrea Rio-Grandense, até então bastante onerada pela importação de combustível. Com o apoio do Ministério da Viação e Obras Públicas, chefiado pelo gaúcho Clóvis Pestana, foram construídas grandes estradas-

tronco e barragens em diversos rios, o que melhorou a irrigação das lavouras e ampliou o potencial hidráulico do estado.

Na mensagem que enviou à Assembleia Legislativa em 1948, Jobim manifestou sua preocupação com o estado precário do abastecimento de água e do serviço de esgotos, e com o agravamento da questão da moradia nas áreas urbanas, onde a demanda de casas populares já se havia estendido à própria classe média. Na medida em que as municipalidades não possuíam a verba necessária para fazer frente à situação, o estado assumiu todos os encargos exigidos pelas obras de saneamento.

Embora a administração de Jobim tenha sido marcada por um grande crescimento da renda interna, entre 1947 e 1949 houve um déficit orçamentário resultante da forte estiagem que causou sérios prejuízos à agricultura e à pecuária. Além disso, parte considerável da produção de arroz, fumo e madeira ainda aguardava colocação no mercado externo, o que levou Jobim a recorrer ao capital estrangeiro, afirmando poder condicioná-lo às diretrizes do desenvolvimento gaúcho sem comprometer a independência econômica do estado.

A “FÓRMULA JOBIM” NA SUCESSÃO DE DUTRA

A partir de janeiro de 1948, o governo de Dutra contou com um bloco de sustentação política no Congresso, garantido pelo Acordo Interpartidário assinado pelos presidentes do PSD, da UDN e do Partido Republicano (PR), respectivamente, Nereu Ramos, José Américo de Almeida e Artur Bernardes.

Com vistas às eleições presidenciais de 1950, ainda no final de 1948 tiveram início as articulações partidárias. O pessedista João Neves da Fontoura deixou claro que era favorável ao lançamento de uma candidatura própria do PSD, considerando Nereu Ramos o nome adequado. Cilon Rosa tentou obter o apoio de Dutra para essa indicação, mas o presidente se eximiu de qualquer pronunciamento, desencorajando os pessedistas gaúchos a darem continuidade à sua proposta naquele momento.

Em março de 1949, quando Dutra já havia aberto o debate sobre a sucessão presidencial dentro de uma linha de união nacional, João Neves reuniu-se em Porto Alegre com Jobim, Rosa e Marcial Terra para reavaliar seu projeto inicial. O resultado desse encontro foi a viagem de Francisco de Paula Brochado da Rocha ao Rio para defender a posição do PSD gaúcho junto às demais seções do partido e abrir conversações em torno do nome de Nereu.

O primeiro contato mantido por Brochado da Rocha foi com Dutra que, pressionado, declarou não ter nada contra o presidente do PSD. Diante disso, os pessedistas gaúchos se reuniram mais uma vez e decidiram que, após obter a devida autorização de todos os governadores ligados ao partido, Jobim iria encontrar-se com Dutra para fundamentar as articulações. Realizado o encontro, Jobim concederia uma entrevista à imprensa declarando que o PSD gaúcho rejeitava qualquer indicação suprapartidária por considerar que a escolha dos candidatos era uma prerrogativa dos partidos e não do governo. A missão de Jobim foi contudo retardada devido à viagem de Dutra aos Estados Unidos em maio.

Com o retorno de Dutra, Jobim preparou-se para a viagem ao Rio. Antes de partir, porém, lançou uma proposta conciliadora — que ficaria conhecida como “fórmula Jobim” — segundo a qual todos os partidos registrados deveriam ser consultados a respeito da sucessão presidencial, incluindo-se nessa consulta Getúlio Vargas, líder supremo do PTB, e Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP). No dia 17 de junho, véspera de seu embarque para o Rio, o jornal carioca *Diário de Notícias* divulgou a “fórmula Jobim”, confirmada pelo próprio no dia seguinte. Segundo seu depoimento nessa ocasião, “a principal preocupação do Rio Grande do Sul consiste em assegurar a continuidade e a força das instituições democráticas conquistadas pelo Brasil em 1945. No nosso entender, essa continuidade e esse fortalecimento dependem estritamente da formação de uma ampla frente democrática nacional, da qual deverá emergir um verdadeiro governo de coalizão”. Com essas declarações, Jobim tentava conciliar a intenção do PSD de lançar um candidato próprio com a manutenção e mesmo ampliação do acordo interpartidário.

Chegando ao Distrito Federal, o governador do Rio Grande do Sul entrou em contato com diversos políticos, entre os quais Benedito Valadares, Carlos Cirilo Júnior, presidente da Câmara, e Batista Luzardo. No dia 20 de junho reuniu-se com Dutra, que concordou aparentemente com a fórmula proposta, mas declarou que preferia afastar-se das negociações, que seriam então realizadas pelos presidentes dos três partidos integrantes do Acordo Interpartidário: além de Nereu e Bernardes, José Eduardo do Prado Kelly, então presidente da UDN. Dutra propôs ainda que se elaborasse uma lista com os possíveis candidatos de cada partido, o que foi rejeitado por Jobim, para quem uma relação desse teor só viria criar dificuldades e prejudicar possíveis alianças.

Após o encontro com Dutra, o governador gaúcho foi procurado pelos governadores de

Minas, Mílton Campos, e da Bahia, Otávio Mangabeira, ambos da UDN. Este último, discordando das teses de Jobim, passou a combater sua proposta, com o objetivo não só de protelar a decisão final, mas de reduzir a escolha dos candidatos aos partidos incluídos no Acordo Interpartidário.

Em reunião realizada no dia 24 de junho, o conselho nacional do PSD decidiu apoiar a “fórmula Jobim”, defendida desde o início pelo governador de Pernambuco, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Nessa mesma ocasião, decidiu-se encarregar Nereu Ramos de promover os entendimentos necessários com os presidentes da UDN e do PR. Ainda nesse dia, João Neves escreveu a Getúlio Vargas pressionando-o para que se pronunciasse definitivamente, já que seu apoio era essencial para o êxito da “fórmula Jobim”, caso a UDN a rejeitasse. Argumentou também que, na defesa de sua proposta, o PSD poderia até mesmo dissolver o Acordo Interpartidário, mas que jamais avançaria sem a adesão da UDN e o apoio do PTB. Paralelamente a esses fatos, Benedito Valadares, com o aval de Dutra, vinha articulando junto à UDN de Minas a candidatura do pessedista mineiro José Francisco Bias Fortes.

Em julho, iniciaram-se os primeiros entendimentos entre Nereu, Prado Kelly e Bernardes. Os debates chegaram porém a um impasse pois, enquanto o presidente do PSD pleiteava sua própria candidatura, a possibilidade de acordo se limitava ao nome de Bias Fortes, apoiado por Dutra. As seções mineiras do PSD, da UDN e do PR apresentaram então a “fórmula mineira”, que consistia em deixar a escolha final a cargo do presidente da República, desde que o candidato fosse de Minas. Nessa ocasião, elaboraram ainda uma lista contendo os nomes— além de Bias Fortes — de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu e Carlos Luz. Essa proposta representava o pleno ressurgimento do Acordo Interpartidário, já que previa consultas apenas às três agremiações. Em agosto, o PSD, a UDN e o PR mineiros concordaram em adotar uma candidatura comum.

Do final de setembro ao final de outubro, Nereu, Prado Kelly e Bernardes voltaram a se reunir sem chegar a uma conclusão definitiva. Diante do novo impasse e apesar da oposição de Dutra, Nereu começou a articular sua própria candidatura. Esse período marcou a decomposição da unidade interna do PSD gaúcho, no qual se estabeleceram duas correntes: uma liderada por Válder Jobim e Marcial Terra, e outra orientada por Firmino Paim Filho, que propunha uma antecipação da reunião da executiva estadual para decidir o apoio à

“fórmula Jobim” ou à “fórmula mineira”. A reunião foi realizada em meados de novembro e nela se decidiu apoiar a “fórmula mineira”, desde que na relação dos candidatos de Minas fossem incluídos os nomes de Nereu Ramos, Carlos Cirilo Júnior, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Renato Pinto Aleixo e Barbosa Lima Sobrinho.

Diante dessa decisão, Jobim escreveu a Nereu afirmando que caso a executiva nacional do PSD, na reunião prevista para o dia 26 de novembro, encampasse a solução mineira, abandonando a consulta a todos os partidos, ele se desobrigaria de qualquer compromisso. Após o encontro nacional, que consagrou a vitória da “fórmula mineira”, Nereu Ramos renunciou à presidência do PSD, apoiado pela chamada ala liberal gaúcha, sendo substituído por Cirilo Júnior.

O início de dezembro caracterizou-se pelo agravamento da crise entre os pessedistas, particularmente no diretório gaúcho, cujo presidente, Marcial Terra, recusava-se a acatar a “fórmula mineira”. Nessa ocasião, Dutra autorizou Cirilo Júnior a incluir Jobim entre os candidatos, e em fevereiro de 1950 seu nome foi acrescentado à lista que seria apresentada pelo petebista Joaquim Pedro Salgado Filho a Vargas. Essa apresentação visava a avaliar as possibilidades de o PTB apoiar uma candidatura pessedista. Ainda em março, no entanto, a candidatura de Vargas, apesar de desmentida por diversas vezes, se tornou mais evidente. Procurado por Batista Luzardo, que buscava seu apoio para Vargas, Jobim abriu mão de sua própria candidatura, deixando vencer o prazo para sua desincompatibilização em 3 de abril. As idas e vindas do processo sucessório continuaram até 19 de abril, quando a UDN lançou oficialmente a candidatura de Eduardo Gomes. No dia seguinte, o PTB lançou o nome de Vargas em um comício comandado por João Goulart, e em maio Cristiano Machado foi lançado pelo PSD. Em fins de junho, o PSP endossou em sua convenção nacional a candidatura de Vargas à presidência da República, concretizando assim as negociações que vinham sendo mantidas desde o final do ano anterior entre o ex-presidente e Ademar de Barros visando à formação de uma frente populista para as eleições. Durante o período que se seguiu, Jobim liderou uma facção do PSD gaúcho que, sem uma posição definida, ora apoiava o grupo de João Neves, que defendia a candidatura de Nereu Ramos e a autonomia partidária, ora a facção orientada por Gastão Englert, favorável a um acordo com Dutra. Nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, Getúlio foi eleito presidente da República, derrotando o candidato udenista por 3.849.040 votos contra 2.342.384. Cristiano

Machado obteve apenas 1.697.193 votos, pois muitos setores pessedistas, inclusive de Minas, apoiaram Vargas. Embora isso não tenha ocorrido no Rio Grande do Sul, lá também Vargas foi o candidato mais votado, porque o PSD, vacilando até as vésperas da eleição em lançar Cilon Rosa como governador e admitindo a possibilidade do acordo, perdeu terreno para o PTB, que elegeu ainda Ernesto Dornelles para o governo do estado e Alberto Pasqualini para o Senado.

Válter Jobim governou o Rio Grande do Sul até o final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1951. Em setembro seguinte foi nomeado embaixador em comissão no Uruguai, onde, após ter sido efetivado em outubro, permaneceu até dezembro de 1954. Ao longo da vida foi também jornalista, tendo colaborado com os jornais gaúchos *Federalista*, *Correio da Serra* e *Sul Brasil*.

Faleceu em Porto Alegre no dia 17 de fevereiro de 1974.

Era casado com Ana Niederauer Jobim, com quem teve três filhos.

Seus pronunciamentos e mensagens foram reunidos no opúsculo *Pensamento e ação de um governo* (1951).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CORRESP. GOV. EST. RS; DACANAL, H.; GONZAGA, S. RS; *Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *História*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (18/2/1974); LEITE, A. *Páginas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SILVA, R. *Notas*.

JORGE, Marcelino José

* junta gov. SE 1891-1892.

Marcelino José Jorge nasceu no ano de 1860.

Integrou a junta governativa que assumiu o poder em Sergipe no contexto da deposição dos governos republicanos estaduais que apoiavam o então presidente marechal Deodoro da Fonseca. Em 3 de novembro de 1891, diante da crise política que se manifestava, o presidente Deodoro dissolveu o Congresso. A Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía de Guanabara. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou ao cargo no dia 23 desse mesmo mês, assumindo o vice-presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

O novo presidente destituiu o coronel Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, então presidente de Sergipe desde maio de 1891, que apoiava Deodoro da Fonseca. Ribeiro deixou a chefia do Executivo sergipano em 24 de novembro, no qual foi substituído pelo major Joaquim Baltazar da Silveira, então comandante da Guarnição Federal no estado, que, em 28 de novembro, transferiu o poder estadual a uma junta governativa. Esta era composta por Marcelino José Jorge, então alferes do Exército nacional, pelo advogado Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e pelo médico Olinto Rodrigues Dantas. Essa junta anulou todos os atos do ex-presidente Vicente Ribeiro, revogou a Constituição estadual de 1891 e convocou uma nova Assembleia Constituinte. Esta promulgou uma nova Constituição e elegeu José Calasans presidente do estado (1892-1894), transferindo-lhe o poder em 18 de maio de 1892.

Marcelino José Jorge faleceu no ano de 1945.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: DANTAS, J. *História*; SOUZA, T. *Impasses*.

JORNAL DO BRASIL

Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Em julho de 2010 foi anunciado o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro do mesmo ano passou a existir somente na versão online.

O JORNAL MONARQUISTA (1891-1893)

O fato de não ter sido convocada uma assembleia nacional constituinte logo após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, gerou um clima de grande agitação política no país. A situação atingiu o clímax em 1890, na medida em que as oposições seguidamente pressionavam o governo para que fosse restabelecida a legalidade, e este, por seu lado, reprimia seus adversários e restringia a liberdade de imprensa procurando desse modo evitar críticas ao seu autoritarismo e à sua política econômica.

Nesse contexto, elementos ligados ao antigo regime monárquico iniciaram negociações com o propósito de lançar um novo jornal que veiculasse de alguma forma críticas ao governo. Assim, ainda em 1890, o conselheiro Rodolfo de Sousa Dantas escreveu a Joaquim Nabuco, que se encontrava em Londres, revelando que se associara “a um grupo muito limitado de amigos, que há dias constituiu-se com o capital de quinhentos contos, podendo elevar-se a mil, para fundar um grande jornal que deverá aparecer aqui nos primeiros dias de abril [de 1891]”. Nabuco era a seguir convidado a participar do quadro de redatores da nova folha.

A liberalização política que acompanhou a instalação da Constituinte (novembro de 1890) e o início do governo constitucional de Deodoro da Fonseca (fevereiro de 1891) permitiu finalmente o lançamento do *Jornal do Brasil* em 9 de abril de 1891. Nessa data comemorava-se o 60º aniversário do *Te Deum* celebrado pela ascensão de dom Pedro II ao trono imperial, o que apenas comprovava as ligações iniciais do periódico com a monarquia.

O novo jornal, instalado na rua Gonçalves Dias, número 56, tinha como gerente Henrique de Villeneuve e, além de Dantas e Nabuco, tinha como colaboradores Gusmão Lobo, Sousa

Ferreira, Sandro Constâncio Alves, Aristides Espínola e Antônio de Sousa Pinto.

Em sua declaração de princípios, o *Jornal do Brasil* traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo, mas estabelecendo ao mesmo tempo limites a essa atuação. O jornal apresentava-se como um órgão de posições moderadas, que pretendia manter boas relações com o regime republicano. De fato, em seus primeiros meses de vida, o *Jornal do Brasil* funcionou com alguma tranquilidade.

A partir de junho de 1891, entretanto, quando Nabuco assumiu a chefia de redação, os problemas começaram a surgir. Os primeiros editoriais de sua autoria criticavam os adesistas do novo regime. Pouco depois, na série de artigos intitulada “Ilusões republicanas”, seguida de “Outras ilusões republicanas”, Nabuco observava que um dos mais curiosos efeitos da proclamação da República fora o desaparecimento do Partido Republicano.

Essas críticas à República geraram um clima de hostilidade contra o jornal, que teve sua redação várias vezes ameaçada de empastelamento. Por outro lado, o *Jornal do Brasil* enfrentava também a animosidade dos monarquistas históricos, que condenavam Nabuco por sua moderação diante do governo. Nesse clima efervescente, o jornal prosseguia debatendo as grandes causas políticas, mas também focalizando os problemas cotidianos da cidade.

Divulgando as descobertas científicas de Louis Pasteur e de Robert Koch, o jornal fez campanha para que se criasse no Rio um instituto contra a febre amarela. Na seção “Melhoramentos urbanos”, defendeu a necessidade de se abrirem grandes avenidas, que serviriam tanto ao saneamento da cidade, através da arborização e da construção de novos prédios segundo padrões higiênicos adequados, como à melhor circulação. Insistiu também na construção de uma rede de metrô, alertando para o crescimento da população urbana, e defendeu a necessidade de um plano arquitetônico e urbanístico definitivo para a cidade, a fim de disciplinar as construções.

Por ocasião da morte de dom Pedro II em Paris (5/12/1891), o *Jornal do Brasil* lançou uma edição especial, intitulada “O grande morto”, na qual era feito um histórico do reinado do ex-monarca. A partir de então, Joaquim Nabuco passou a se estender em artigos de análise doutrinária, intensificando o descontentamento dos republicanos. Na verdade, a publicação desses artigos lançou uma parte considerável da opinião pública contra Joaquim Nabuco e o

jornal. Na noite de 16 de dezembro de 1891, a redação do *Jornal do Brasil* foi invadida por uma multidão, aos gritos de “Mata! Mata Nabuco!”, e as oficinas foram completamente depredadas. Diante de tal situação, Rodolfo Dantas lançou uma nota comunicando que os proprietários do jornal haviam decidido transferi-lo a novos donos, e que Joaquim Nabuco e ele se haviam desligado de seus postos na redação.

Após a saída de Dantas e Nabuco, iniciou-se um período de transição durante o qual foi articulada a transformação do jornal de sociedade comanditária em sociedade anônima. Nessa fase, toda a responsabilidade pela direção do periódico foi entregue a Henrique de Villeneuve, também encarregado de efetuar as transações relativas à venda do jornal. A despeito das dificuldades, nesse curto período Villeneuve imprimiu um ritmo ativo ao *Jornal do Brasil*, encampando as propostas oposicionistas de *impeachment* de Floriano Peixoto e de novas eleições para a presidência da República.

Em abril de 1892 foi formalmente estabelecida a sociedade anônima. Entre os novos proprietários do jornal destacavam-se o conde de Figueiredo, Manuel Buarque de Macedo e o conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas. Na verdade, a grande maioria dos novos proprietários era formada por figuras de relevo do Império, que ainda conservavam suas simpatias para com o regime deposto. A dissolução da antiga sociedade não passara, portanto, de um artifício para ludibriar os inimigos do jornal e diluir as responsabilidades de Dantas e Nabuco.

Através do editorial “O que queremos”, o próprio *Jornal do Brasil* reafirmava sua simpatia pelos ideais da monarquia. Além disso, ainda em 1892, Joaquim Nabuco voltou a colaborar no jornal sob o pseudônimo de Axel.

O jornal enfrentou dificuldades nessa fase, sofrendo com os prejuízos causados pelo empastelamento. Embora contasse com bons colaboradores e pretendesse manter sua antiga feição, viu-se forçado a se voltar para o noticiário policial, perdendo parte de seu antigo brilho.

A DIREÇÃO DE RUI BARBOSA (1893-1894)

Em abril de 1893, um grupo ligado a Rui Barbosa iniciou negociações para comprar o *Jornal do Brasil*, transformando-o novamente em sociedade comanditária sob a responsabilidade de Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo. Na transação, teve papel de

destaque Tobias do Rego Monteiro, responsável pela localização dos diversos acionistas e pela compra de suas ações.

Uma vez concluída a operação, a direção do jornal foi entregue a Rui Barbosa, que recebeu plenos poderes para determinar sua linha de atuação. Em 20 de maio de 1893, o artigo-programa intitulado “Traços de um roteiro”, de autoria de Rui, explicitava os novos compromissos do periódico: a defesa do regime republicano, associada porém ao combate à degeneração do regime promovida pela ditadura de Floriano. A intenção de Rui Barbosa ao assumir o jornal era combater a ditadura através da valorização da Constituição.

Com essa nova perspectiva, o *Jornal do Brasil* alterou profundamente suas características, provocando um impacto na opinião pública. Da “linguagem mansa, quase humilde, doutrinária, passou a violento, agressivo e contundente, pelos artigos de Rui e dos colaboradores”. O próprio noticiário era inflamado, servindo para alimentar o combate a Floriano Peixoto.

Por ocasião do episódio que envolveu o almirante Eduardo Wandenkolk, as críticas do *Jornal do Brasil* ao governo se acirraram. A imprensa em geral anunciava que o marechal Floriano condenaria Wandenkolk por pirataria, já que este havia apresado o navio *Júpiter* com o intuito de derrubar o governo. De editorial em editorial examinando os princípios do direito internacional, Rui Barbosa esclarecia a opinião pública sobre a arbitrariedade da acusação que pesava sobre o almirante, defendendo a legalidade e proclamando a Constituição. Finalmente, a prisão de Wandenkolk no Rio Grande do Sul e sua remoção para o Rio provocaram o seguinte comentário do jornal: “Pirata ou conspirador, o almirante Wandenkolk está sujeito aos tribunais do país: não tem por juiz o marechal Floriano.”

A 31 de agosto de 1893, a petição de *habeas-corpus* em favor do almirante apresentada por Rui Barbosa ao Supremo Tribunal Federal foi reproduzida no *Jornal do Brasil*, ocupando toda a primeira página. Essa publicação irritou ainda mais Floriano, que intimou Rui Barbosa a deixar o jornal. Rui não obedeceu e continuou a escrever até a eclosão da Revolta da Armada, em 6 de setembro, quando Floriano ordenou sua prisão, vivo ou morto. Rui conseguiu fugir, deixando o jornal sob a responsabilidade de Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo.

A Revolta da Armada, encabeçada pelo contra-almirante Custódio José de Melo contra o marechal Floriano, prosseguiu cada vez mais acesa. Foi decretado o estado de sítio, sendo

suspensas as garantias individuais e a liberdade de imprensa. Os jornais não divulgavam qualquer notícia sobre o movimento. O *Jornal do Brasil* era o único que se atrevia a noticiar em detalhes o acontecimento, na coluna “O dia de ontem”. Em represália a essa atitude, Floriano ordenou que a direção do jornal fosse intimada a suspender o noticiário sobre a revolta. A negativa de Joaquim Lúcio resultou na invasão militar da sede do jornal e em seu consequente fechamento.

“O POPULARÍSSIMO” (1894-1919)

Em 30 de outubro de 1894, Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo vendeu o *Jornal do Brasil*, por indicação de Rui Barbosa, à firma Mendes e Cia. Em 15 de novembro, após uma ausência de um ano e 45 dias, o jornal voltou a circular, tendo como redator-chefe Fernando Mendes de Almeida e como secretário de redação Cândido Mendes de Almeida. Em seu artigo de apresentação, a nova direção do periódico afirmava seu propósito de “assegurar aos poderes públicos seu apoio, sempre que [necessário] para sustentar a autoridade legal”. Declarava ainda que as autoridades teriam no jornal uma sentinela vigilante e um adversário enérgico dos que corrompessem as leis. Do antigo matutino restava portanto apenas o título.

Paralelamente a essa perspectiva, o jornal propunha-se ser um órgão de imprensa “popular”, defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações. Com isso, abandonava os inflamados debates políticos de outrora, voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade de interesse das massas.

Ganharam grande destaque o noticiário relativo ao jogo do bicho e às atividades carnavalescas, as crônicas policiais e as denúncias das condições de vida das populações menos favorecidas. Surgiram as colunas e seções “O bife”, “Os crimes de polícia”, “Subúrbios” e outras, todas voltadas para os problemas e as reivindicações das populações periféricas. O jornal adquiriu amplo prestígio entre as camadas populares, a ponto de muitas pessoas a ele recorrerem para registrar suas denúncias.

Contando com tão ampla popularidade, em 1905 o *Jornal do Brasil* iniciou a construção de uma nova sede na avenida Central, e adquiriu nova maquinaria. Por outro lado, esses gastos trouxeram ao jornal dificuldades financeiras, obrigando os irmãos Mendes de Almeida a abrir o capital e a transformar a firma novamente em sociedade anônima. Ainda em função

dos problemas econômicos, o jornal sofreu uma profunda alteração gráfica, passando, em 1906, a apresentar a primeira página totalmente ocupada por anúncios classificados.

Essas modificações não alteraram porém o conteúdo do *Jornal do Brasil*, que se manteve voltado para o noticiário popular, embora jamais encampasse as lutas populares que contivessem qualquer tipo de ameaça à ordem constituída. Esse tipo de atitude ficou claro em novembro de 1910, quando eclodiu a Revolta da Chibata, movimento armado deflagrado pelos marinheiros que reivindicavam melhores condições de vida e a abolição dos castigos corporais. Se, por um lado, o jornal deu ampla cobertura ao episódio, chegando a extrair durante 60 dias de seis a oito edições diárias, por outro, sua posição foi de repúdio aos revoltosos e de “franco apoio à legalidade”.

Durante toda essa fase, oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o *Jornal do Brasil* se caracterizou como um órgão muito mais informativo do que de opinião. Essa preocupação com a informação de interesse popular foi alvo de crítica dos demais órgãos de imprensa, que chegaram a apelidar pejorativamente o jornal de “O Popularíssimo”. Em resposta às críticas recebidas, Carlos de Laet afirmaria: “Não podiam ser mais gentis na sua malignidade os que chamam o *Jornal do Brasil* de popularíssimo, [pois ele é] por excelência a folha popular, a folha do povo.”

A deflagração da Primeira Guerra Mundial, segundo Martins Alonso, trouxe inúmeras dificuldades financeiras para o jornal. O encarecimento excessivo do papel fez com que o *Jornal do Brasil* passasse a viver num estado de insolvência permanente, que resultou em sua hipoteca ao conde Ernesto Pereira Carneiro. Em 1919, sem condições de resgatar a hipoteca, os irmãos Mendes de Almeida perderam o jornal para Pereira Carneiro.

O JORNAL MODERADO (1919-1930)

Com o novo proprietário, o *Jornal do Brasil* entrou numa fase de recuperação financeira, ao mesmo tempo em que procurava reconquistar o prestígio do período inicial, desgastado durante a gestão dos Mendes de Almeida. Essa preocupação de seriedade se evidenciou sobretudo na valorização das seções literária e artística, em que se destacavam as colunas assinadas pelos membros da Academia Brasileira de Letras. Aos antigos colaboradores somaram-se novas figuras de renome nos meios intelectuais. Da equipe do

jornal faziam parte nesse período o conde Afonso Celso, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque, Múcio Leão, Benjamim Costallat, Barbosa Lima Sobrinho e Aníbal Freire, entre outros.

O retorno aos velhos tempos não foi contudo completo, na medida em que o jornal temia um envolvimento mais definido nas questões políticas. De fato, consta que a principal recomendação de Pereira Carneiro à sua equipe teria sido para atuar com prudência, moderação e discrição, não se engajando jamais em campanhas que representassem riscos para o jornal.

Embora procurasse manter sempre uma posição de neutralidade, por ocasião das eleições presidenciais de 1922 o *Jornal do Brasil* apoiou a candidatura de Nilo Peçanha, com quem Pereira Carneiro tinha ligações pessoais. Com a vitória de Artur Bernardes, entretanto, o jornal manteve uma posição discreta, e até mesmo, a partir de 1924, de aproximação. Essa atitude se explicava pelo fato de Aníbal Freire, diretor do jornal, ter sido nomeado ministro da Fazenda de Bernardes.

Sempre dentro de uma linha de moderação, em 1926 o *Jornal do Brasil* apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República, vendo em sua eleição a possibilidade de uma conciliação nacional. Uma vez iniciado o mandato de Washington Luís, foi mantido um apoio discreto. Mesmo quando a oposição ao governo começou a crescer, o jornal conservou sua posição, criticando moderadamente a Aliança Liberal e a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas.

A despeito de toda a sua moderação, com a eclosão da Revolução de 1930 o *Jornal do Brasil* foi submetido a fortes represálias, que culminaram na invasão e no empastelamento de sua sede. Com isso, o jornal viu-se impedido de circular por um período de quatro meses.

O BOLETIM DE ANÚNCIOS (1931-1950)

Para promover a reabertura do jornal, Pereira Carneiro convocou Jânio Pombo Brício Filho, que substituiu Aníbal Freire, afastado em virtude de seu excessivo comprometimento com o governo deposto. Mantendo boas relações com o governo revolucionário, Brício Filho poderia contornar as eventuais dificuldades trazidas pelo relançamento do *Jornal do Brasil*.

A posição do jornal diante do governo provisório foi de cautela. Ainda assim, segundo os depoimentos de Chermont de Brito e de Martins Alonso, a atitude do matutino não era de simpatia para com o governo. Timidamente, o *Jornal do Brasil* tecia algumas críticas e se engajava na campanha pela reconstitucionalização do país. Assim, em 1932, o jornal deixou entrever sua simpatia pela revolta paulista.

Com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, o *Jornal do Brasil* se engajou mais abertamente nas lutas políticas. O conde Pereira Carneiro ingressou no Partido Autonomista do Distrito Federal e se candidatou à Constituinte. O jornal passou então a ser um dos veículos de divulgação da plataforma autonomista.

No ano seguinte, o *Jornal do Brasil* apoiou a Constituição, basicamente porque esta trazia o país de volta à legalidade. O continuísmo de Vargas não foi entretanto inteiramente aceito. No decorrer de 1935, foi fundada a Rádio Jornal do Brasil.

A despeito da reorganização interna e das relações estáveis com o governo, o jornal não conseguira recuperar-se dos reveses sofridos no início da década, enfrentando desde essa época uma difícil situação financeira. Pereira Carneiro convidou então José Pires do Rio para o cargo de diretor-tesoureiro do jornal, com a função de reorganizar suas finanças.

A orientação “comercial” adotada por Pires do Rio logo provocou uma série de divergências internas. O autoritarismo e a política de contenção de despesas do novo diretor, segundo os depoimentos de Chermont de Brito e Martins Alonso, desagradaram a todos, chegando a gerar incidentes com o próprio Aníbal Freire, já de volta a seu antigo posto.

Para Pires do Rio, o *Jornal do Brasil* devia transformar-se num “boletim de anúncios”, deixando de lado as preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e pela literatura. A seu ver, os literatos do jornal deveriam ser gradativamente afastados.

Dessa forma, o *Jornal do Brasil* foi perdendo sua importância como órgão noticioso, voltando-se quase que exclusivamente para os anúncios classificados. Mantendo suas primeiras páginas inteiramente ocupadas por anúncios, o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”.

Ainda assim, o *Jornal do Brasil* não se omitiu totalmente diante dos principais fatos políticos do momento. Dentro de uma perspectiva conservadora e católica, criticou os

movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, e repudiou a Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, ainda de acordo com sua posição antiextremista, viu com maus olhos o movimento integralista. Essa mesma posição explica a atitude do jornal diante da Lei de Segurança Nacional de 1935, vista como um instrumento eficiente para reprimir os extremistas de esquerda e de direita. Até mesmo o golpe que instaurou o Estado Novo (10/11/1937) foi considerado uma alternativa viável para resolver a crise política, embora o jornal tivesse apoiado a candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira à presidência da República.

No decorrer do Estado Novo, o *Jornal do Brasil* adotou uma política de conciliação, mantendo relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e demonstrando simpatia para com a legislação trabalhista e a política econômica de Vargas. A luta pela redemocratização, em 1945, viria porém colocar o jornal em oposição ao regime. Ainda assim, mesmo criticando as pretensões continuístas de Getúlio, o jornal não se engajou abertamente na campanha eleitoral para a presidência da República, limitando-se a demonstrar alguma simpatia pelo candidato oposicionista Eduardo Gomes em virtude das relações pessoais deste com Pires do Rio.

A deposição de Vargas e o curto governo de José Linhares — durante o qual Pires do Rio foi nomeado ministro da Fazenda — receberam todo o apoio do *Jornal do Brasil*. A vitória de Dutra e o início de seu governo também foram bem aceitos pelo jornal, que chegou a aplaudir diversas medidas, como o cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (1947).

Ao se aproximarem as eleições presidenciais de 1950, mais uma vez o *Jornal do Brasil* manteve uma posição discreta, demonstrando apenas alguma simpatia por Eduardo Gomes. A vitória de Vargas e a tese da maioria absoluta levantada pela União Democrática Nacional (UDN) com o objetivo de pôr em questão a posse do candidato eleito colocaram entretanto o jornal numa posição de franco apoio à legalidade. Em consonância com seu estilo moderado, o matutino não encampou as campanhas oposicionistas radicais de Carlos Lacerda.

Iniciado o segundo governo Vargas, o jornal discutiu sua política econômica anti-inflacionária. Em relação ao debate entre Horácio Lafer, ministro da Fazenda, e Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, o jornal apoiou a posição ortodoxa do primeiro, que

pregava o combate à inflação através da restrição do crédito. Na área trabalhista, o jornal fez restrições à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho sem contudo radicalizar suas críticas, temendo desagradar a seus leitores, que em sua grande maioria, segundo Martins Alonso, eram “gente do povo”.

A REFORMA (1953-1961)

Do ponto de vista interno do jornal, a década de 1950 iniciou-se com vários desafios. Ainda nos primeiros meses de 1950, morreu Pires do Rio. A seguir, Pereira Carneiro foi obrigado a se afastar por motivo de saúde, vindo a falecer em 1953. A viúva Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro assumiu então a direção do jornal.

O desaparecimento de Pires do Rio e de Pereira Carneiro abriu por outro lado um espaço para que ganhassem corpo as idéias de reformulação do *Jornal do Brasil*. A primeira providência nesse sentido foi tomada por Manuel Francisco do Nascimento Brito, genro do conde Pereira Carneiro, que adquiriu novo equipamento gráfico, fornecendo ao jornal as condições técnicas necessárias a uma fase de expansão.

As idéias de mudança eram contudo muito vagas, não existindo uma concepção clara do que deveria ser feito. Convencida de que ou o jornal mudava radicalmente ou não sobreviveria, a condessa Pereira Carneiro decidiu embarcar para os EUA à procura de idéias de alterações aplicáveis a seu periódico.

Durante essa fase de transição, o *Jornal do Brasil* manteve sua linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas. O jornal condenou o atentado da Tonelero e reprovou o chamado “mar de lama”, mas não se pronunciou a favor do *impeachment* do presidente nem encampou as denúncias apaixonadas de Carlos Lacerda.

Com o suicídio de Vargas e a posse do vice-presidente João Café Filho, o *Jornal do Brasil* apoiou o novo governo, mas se absteve de participar da campanha eleitoral que se seguiu, mantendo-se igualmente distante das candidaturas de Juarez Távora e de Juscelino Kubitschek. Após as eleições, porém, o jornal se pronunciou pela legalidade, apoiando a posse de Juscelino contra a tese da maioria absoluta defendida por Carlos Lacerda. Já em 11 de novembro de 1955, quando o marechal Henrique Lott chefizou um movimento destinado a garantir a normalidade sucessória, o jornal se opôs à ação dos legalistas,

declarando que no seu entender não havia ameaça à ordem constitucional.

Em 1956, o *Jornal do Brasil* começou a sofrer algumas alterações. Surgiu nesse ano, criado por Reinaldo Jardim, o *Suplemento Dominical*, que começou misturando vários assuntos para depois se transformar num suplemento literário. Segundo Ferreira Gullar, o lançamento desse suplemento “estimulou a condessa a descobrir que era possível reformar o *JB* e transformá-lo num jornal de verdade”.

Com uma experiência já vitoriosa, a direção do jornal, composta então pela condessa Pereira Carneiro, M. F. Nascimento Brito e Aníbal Freire, decidiu convidar o jornalista Odilo Costa Filho para coordenar a reformulação do *Jornal do Brasil*. A primeira providência tomada por Odilo foi a organização de uma nova equipe composta de jornalistas jovens, egressos do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, entre os quais se destacavam Jânio de Freitas, Carlos Castelo Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar e José Carlos de Oliveira. Segundo Carlos Lemos, com a reunião desses profissionais, fundiram-se dois estilos: “a leveza, a graça e o charme do *Diário Carioca* e a agressividade da *Tribuna da Imprensa*”. Dessa fusão resultaria o novo estilo do *Jornal do Brasil*.

Com sua nova equipe, o jornal começou por ampliar seu noticiário e aumentar o número de páginas. Segundo Nascimento Brito, não havia contudo um plano preestabelecido para a implantação das mudanças: “Tudo era feito a duras penas, com muita relutância e fruto do trabalho coletivo da equipe.”

Em março de 1957, a primeira modificação substancial no aspecto do jornal se fez sentir com a publicação de uma fotografia na primeira página. Introduzida a título de experiência, a foto foi incorporada definitivamente, embora a primeira página continuasse ocupada basicamente por anúncios. Um segundo passo importante na reforma foi a organização da página de esportes por Carlos Lemos e Jânio de Freitas. Funcionando como um verdadeiro laboratório de experiências, essa página apresentou em primeira mão uma série de alterações, tanto na diagramação como no estilo das fotos e das matérias. Aí, por exemplo, foram pela primeira vez eliminados os fios que separavam as colunas de textos.

Paralelamente, à medida que o noticiário político ganhava destaque, a linha do jornal se definia com maior precisão. Embora mantivesse sua tradição de evitar o comprometimento partidário explícito, o *Jornal do Brasil* assumiu uma posição de crítica declarada ao

governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília.

O *Jornal do Brasil* condenava também a política econômica de Juscelino, chegando a defender as pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o governo para que este contivesse a inflação. Nesse sentido, ainda, por ocasião dos debates entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Sebastião Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, em torno da escolha de fórmulas adequadas de combate à inflação, a atitude do jornal foi de apoio ao ministro da Fazenda, que advogava uma política de austeridade. Defensor da livre iniciativa, o *Jornal do Brasil* demonstrou ainda não ver com simpatia a existência da Petrobras e do monopólio estatal. A atitude do jornal não foi porém sempre de crítica ao governo. Foram aplaudidas iniciativas como a obra de Celso Furtado no Nordeste, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Operação Pan-Americana.

Em dezembro de 1958, um fato novo veio alterar a rotina interna do *Jornal do Brasil*. Odilo Costa Filho, juntamente com um grupo de jornalistas a ele ligado, retirou-se da redação. Até essa data, haviam sido dados alguns passos importantes para a transformação do matutino — a maioria deles, segundo Nascimento Brito, contra a vontade de Odilo. Entretanto, a primeira página ainda se mantinha muito presa à sua feição original. Em 1959, a primeira página foi radicalmente reestruturada, passando a ser ocupada pelo noticiário e reservando apenas uma pequena faixa para os antigos classificados. Em seguida, sob a orientação de Amílcar de Castro, concretizaram-se as principais modificações gráficas no corpo do jornal. Assim, em 1960, os classificados passaram a compor um caderno separado, o *Caderno C*. Ao mesmo tempo, surgiu o *Caderno B*, voltado sobretudo para as artes em geral, com destaque para o cinema e o teatro.

A GRANDE EMPRESA (1961-

Em 1961, com a entrada de Alberto Dines, a reformulação do *Jornal do Brasil* finalmente se consolidou. Segundo Nascimento Brito, foi Alberto Dines — editor do jornal de 1961 a 1973 — quem sistematizou as modificações, permitindo que se chegasse a uma verdadeira consciência do que foi chamado de “reforma do *Jornal do Brasil*”. Essa reforma fez de fato com que o jornal passasse a ocupar outra posição no seio da imprensa carioca,

ganhando uma nova estatura na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Apesar de tudo, porém, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”.

Embora não se tivesse definido abertamente no momento das eleições de 1960, o jornal encarou com desapontamento o início do governo de Jânio Quadros. Respondendo ao discurso de posse de Jânio, que criticava duramente a política de Juscelino Kubitschek, declarou o jornal: “Poucas vezes em nossa história um chefe de Estado fez afirmativas tão pessimistas sobre a situação financeira do país. E não resta dúvida que o presidente tinha razão no que dizia respeito às finanças nacionais. Mas... o presidente Jânio Quadros não pintou um retrato preciso da República, tendo omitido toda e qualquer referência ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que é real e não pode ser negado. O que é essencial, é que o Brasil não adote uma dessas políticas de austeridade sem liberdade que só servem para manter a chamada democracia das aparências. Do sr. Jânio Quadros queremos um governo excepcional, e não de exceção.”

O jornal criticou também a reforma cambial, que entre outras coisas eliminou o subsídio de alguns produtos básicos. Para o jornal, essa medida traria um encarecimento acentuado do custo de vida, muito além das possibilidades imediatas do povo brasileiro.

Essas críticas discretas a Jânio se exacerbaram a partir de 3 de junho de 1961, quando ocorreu o incidente da suspensão da Rádio Jornal do Brasil em consequência da divulgação da notícia de um pacto militar firmado entre Jânio e Arturo Frondizi, presidente da Argentina. As medidas tomadas a seguir pelo governo suscitaram protestos crescentes, culminando na condecoração do ministro cubano Ernesto “Che” Guevara, que foi severamente criticada pelo *Jornal do Brasil*.

Com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, colocou-se a questão da posse do vice-presidente João Goulart, inaugurando-se nova crise política. O jornal firmou posição em defesa da legalidade, passando a sofrer as consequências da censura imposta pelo governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, adversário político de Goulart. Em 29 de agosto de 1961, Lacerda chegou a censurar 90% das matérias do *Jornal do Brasil*, o que fez com que o jornal se negasse a circular e denunciasse tais procedimentos à Sociedade Interamericana de Imprensa.

Embora fosse tradicionalmente contrário ao regime parlamentarista, o jornal encampou a alternativa como uma solução para o impasse político em que se encontrava o país. Após a posse de Goulart, o jornal deu um crédito de confiança a seu governo, apoiando uma das principais questões encaminhadas pela nova administração: a política externa independente proposta pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas. A esse respeito, advertia o *Jornal do Brasil*: “Os adversários dessa política exterior sustentada galhardamente pelo presidente João Goulart e pelo chanceler San Tiago Dantas são minoria. Trata-se, no entanto, de uma minoria poderosa, com ramificações no estrangeiro, que atua metodicamente, como se cumprisse as determinações de um comando central. Há uma verdadeira conspiração democrática de direita em todo o continente, ameaça tão grande quanto a do comunismo.”

A seguir, em 22 de janeiro de 1962, o jornal criticou as pressões do governo norte-americano na Conferência de Punta del Este, onde San Tiago Dantas defendia o princípio da não intervenção em Cuba.

Também em relação às reformas de base, o *Jornal do Brasil* demonstrou uma atitude positiva. De acordo com o depoimento de Luís Alberto Bahia, a reforma agrária, sobretudo, recebeu grande atenção do jornal. Mesmo sendo contrário a modificações radicais e se opondo a expropriações que ferissem os interesses dos proprietários, o jornal reconhecia necessidade de se encontrar uma solução para reformar o sistema fundiário improdutivo e antieconômico em vigor no país. Voltando sua preocupação para o Nordeste, o jornal reconhecia que grande quantidade de recurso público destinado a beneficiar a região havia sido desviada para beneficiar os senhores da terra, que tinham suas propriedades ao redor de açudes e outras obras públicas. Entendia ainda que a reforma agrária não deveria restringir-se à mudança do regime de propriedade, mas também estender a legislação trabalhista ao trabalhador rural.

Se, de um lado, o *Jornal do Brasil* assumia posições progressistas no nível político, de outro, mantinha concepções ortodoxas e monetaristas em termos de política econômica. Advogando medidas de austeridade para combater a inflação, o jornal apoiava as prescrições do Fundo Monetário Internacional.

A indicação de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro foi bem aceita pelo *Jornal do Brasil*, que entreviu aí a possibilidade de um governo de união nacional. A recusa

do Congresso veio contudo desapontar o jornal, ao mesmo tempo em que aguçava a crise política adiada com a implantação do parlamentarismo. A convocação do plebiscito (6/1/1963) que decidiria sobre a volta ou não ao regime presidencialista recebeu integral apoio do *Jornal do Brasil*.

Restaurado o presidencialismo e organizado o novo ministério, foi estabelecido como objetivo prioritário do governo encontrar uma fórmula que conciliasse a continuidade do desenvolvimento do país com um programa anti-inflacionário. Goulart decidiu então pôr em prática o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado. Ainda nesse momento, o *Jornal do Brasil* deu apoio ao governo, mostrando-se favorável ao plano.

Entretanto, a política anti-inflacionária gerava intensa oposição nos meios operários, o que criava embaraços à sua execução. A falência do Plano Trienal e a maior inclinação do governo para a esquerda veio provocar a ruptura definitiva do *Jornal do Brasil* com Goulart.

O jornal repudiou a Revolta dos Sargentos, o Comício da Central e a Revolta dos Marinheiros. Acreditando que a continuidade democrática se encontrava ameaçada, passou a apoiar uma intervenção militar como solução de emergência para a crise: “O estado de direito submergiu no Brasil. Estamos vivendo uma situação de fato, onde não existem figuras constitucionais, só restam como válidos aqueles que detêm o poder de agir para restabelecer o estado de direito. Ou permitirão que o país se estilhace numa guerra civil?”

Ainda defendendo os militares, afirmava o *Jornal do Brasil*: “Ousam eles acusar de rebeldia o governador mineiro, líder do movimento de restauração da legalidade com liberdade. Ousam eles, agora, os responsáveis pela subversão comandada de cima, pela comunização do Brasil, acusar os democratas que se levantam em todo o país, de propósitos de desordem e vontade de ferir a Constituição. A legalidade está conosco. Estamos lutando por ela e vamos restabelecê-la. O Congresso está chamando a dizer quem substituirá o caudilho até as eleições de 1965, que assegurarão a continuidade do regime. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado do comunismo.”

Em relação às primeiras medidas do governo militar instalado em 31 de março de 1964, o *Jornal do Brasil* fez algumas restrições, recebendo com reservas o Ato Institucional nº 1 e algumas cassações. Segundo suas palavras, “a Revolução pelo seu lado militar não pode se colocar a serviço do facciosismo local, ávido de poder, em burla da vontade do eleitorado.

A Revolução não pode nem deve ser facciosa e hipócrita”.

No entanto, o jornal deu absoluto apoio à indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República, alegando que o país precisava de um Executivo forte, que exercesse uma real autoridade. Em seguida, apoiou o próprio governo Castelo Branco, principalmente na área econômica, aplaudindo a atuação de Otávio Gouveia de Bulhões e de Roberto Campos nos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Na esfera política, viu com algumas reservas as cassações do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do governador deposto de Goiás, Mauro Borges. Apoiou contudo outras medidas, como o prolongamento do mandato presidencial até 1967 e a Constituição de 1967. As boas relações com o governo central manifestaram-se ainda no franco apoio que o jornal deu nas eleições de 1965 à candidatura udenista de Carlos Flexa Ribeiro ao governo do estado da Guanabara.

Na opinião de Luís Alberto Bahia, a falência do governo João Goulart e o descrédito em que caíram os valores liberais tornaram corrente a crença de que a concentração dos poderes nas mãos do Executivo e a limitação das atribuições do Congresso representavam um fator de modernização da sociedade brasileira. O jornal teria justamente encampado essa visão de uma “democracia moderna”, conciliando assim sua linha tradicional com a nova situação, abandonando os valores liberais em nome de uma opção tecnocrática.

À medida que se aproximava o fim do governo Castelo Branco e se iniciavam as articulações visando à sucessão presidencial, o *Jornal do Brasil* se mostrou contrário à candidatura do ministro do Exército, o general Artur da Costa e Silva. O jornal considerava Costa e Silva incapaz de conduzir e manipular as lutas entre as diferentes facções, de maneira a impedir o endurecimento do regime. De fato, sob Costa e Silva foi promulgado o Ato Institucional nº 5, ao qual o jornal votou total repúdio. Nesse período, suas críticas voltavam-se contra o governo, não atingindo porém o próprio regime militar.

Com a morte de Costa e Silva e a ascensão do general Emílio Garrastazu Médici, o jornal voltou a apoiar o governo. Nesse momento, segundo Luís Alberto Bahia, o regime militar já não invocava tanto a ameaça comunista e a desordem financeira como justificativas para sua manutenção. A nova doutrina se baseava em projetos de desenvolvimento e na idéia da grandeza nacional. Aceitando essa perspectiva, o *Jornal do Brasil* apoiava a política econômica e financeira do ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto.

Na esfera política, entretanto, a despeito das pressões e da censura constante, o jornal mantinha uma posição menos comprometida. De acordo com Luís Alberto Bahia, mesmo nos momentos de mais intensa repressão, foram mantidas “certas janelas de oposição forte ao regime. Essa era uma forma de [o jornal] manifestar sua fidelidade às suas origens liberais. Sob o constrangimento e a coação de um regime todo-poderoso, o *Jornal do Brasil* preservou certas brechas através das colunas assinadas de Alceu Amoroso Lima (que usava o pseudônimo de Tristão de Ataíde) e Carlos Castelo Branco, por onde podiam ser veiculadas críticas, ainda que a linha editorial do jornal fosse de apoio”.

Com o início do governo de Ernesto Geisel, em 1974, o jornal passou a apresentar sérias divergências com a situação. É bem verdade que o próprio clima de maior abertura política então instalado permitiu essas manifestações. Uma das principais críticas do jornal referia-se ao estilo de governo do presidente, que concentrava em suas mãos o processo decisório, reduzindo sensivelmente a capacidade de pressão do empresariado. Além disso, Geisel estava tradicionalmente comprometido com a estatização, e era considerado um inimigo potencial do regime de mercado. Defensor da iniciativa privada, o *Jornal do Brasil* moveria campanhas contínuas contra as medidas estatizantes, e criticaria até mesmo o atraso com que foram implantados os “contratos de risco”, que permitiram às empresas petrolíferas estrangeiras a prospecção de petróleo no Brasil. O acordo nuclear com a Alemanha recebeu críticas do jornal.

Segundo os depoimentos de Carlos Lemos e Lywall Sales, o *Jornal do Brasil* teria sofrido nessa época um intenso boicote econômico devido às suas posições. A discriminação teria sido mais acentuada na área das telecomunicações, tendo o governo negado à empresa a concessão de canais de rádio em frequência modulada em várias cidades. O *Jornal do Brasil* viu-se assim forçado a comprar esses canais. A concessão de um canal de televisão foi igualmente problemática. Diante da insegurança trazida pela ausência de uma legislação específica, o jornal preferiu devolver o canal que havia obtido.

Marieta de Moraes Ferreira

O JB E A ABERTURA POLÍTICA

No decorrer do processo de abertura política, iniciado ainda no governo Geisel, o *Jornal do Brasil* posicionou-se a favor das medidas liberalizantes que visavam a retirar de

cena o autoritarismo, mantendo-se na oposição possível ao regime militar. Nesse contexto, em abril de 1977, quando foi decretado um recesso de duas semanas do Congresso Nacional, para a edição pelo Executivo de uma série de medidas que visavam a conter o avanço eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conhecidas com “pacote de Abril”, o *JB* afirmou que com esta decisão o governo havia rompido os “frágeis vínculos que ainda prendiam o país à normalidade institucional”. Mesmo assinalando seu descontentamento com a volta de uma política arbitrária, o jornalista Carlos Castelo Branco notou que o constrangimento revelado pelo presidente Ernesto Geisel durante a apresentação dessas medidas em cadeia nacional de rádio e televisão contrastava com a maneira impessoal com que fora anunciado o Ato Institucional nº 5, caracterizando a presença de uma conjuntura política menos adequada a atitudes ditatoriais.

No encerramento do mandato presidencial do general Geisel, o *Jornal do Brasil* considerou seu legado bastante positivo, já que teriam sido alcançados os objetivos assumidos quando de sua posse. Segundo o jornal, o país estava “a caminho do restabelecimento do Estado de direito e em condições de reconstruir um padrão democrático”.

Por sua vez, a posse do general Figueiredo, em março de 1979, foi vista como um momento de suma importância na definição dos rumos da política de abertura. O *JB* elogiou as linhas gerais do discurso feito por Figueiredo ao assumir a presidência da República, especialmente seu compromisso de devolver ao país uma sociedade livre e democrática, demonstrando assim um elo de continuidade em relação a seu antecessor. Por outro lado, o jornal enfatizou a enorme distância ainda existente entre “o regime e a nação”, e propôs medidas para corrigir o problema, que deveriam passar pela harmonia e independência entre os poderes, o fortalecimento da Federação e o compromisso com a “utilização dos meios legais existentes” para manter a segurança das instituições.

Em agosto de 1979, quando o Congresso aprovou o projeto de anistia, permitindo o retorno dos exilados, a libertação dos presos políticos e a livre circulação daqueles que se mantinham na clandestinidade, o *Jornal do Brasil* afirmou que o governo do general Figueiredo assinalava um notável progresso no sentido da abertura democrática, ainda mais quando “devolvia à vida pública os principais adversários do regime militar, sem exclusão do sr. Luís Carlos Prestes, do ilegal Partido Comunista”. Destacou também a importância da campanha pela anistia, que contribuiu para esclarecer o presidente acerca da

impraticabilidade da simples revisão dos processos de crimes políticos, uma vez que a maioria das pessoas que seriam favorecidas “não haviam sido punidas na base de processos, mas por simples atos de arbítrio”.

Em 1981, o *Jornal do Brasil* denunciou a farsa divulgada na apuração de um atentado terrorista ocorrido no centro de convenções Riocentro, durante um show em comemoração do dia do trabalho, na véspera do dia 1º de maio. Segundo a versão oficial, a autoria do ato caberia a um grupo da esquerda armada, o que poderia impedir a continuidade do processo de abertura política. Uma equipe de repórteres do *JB*, no entanto, se empenhou em desvendar as contradições contidas do Inquérito Policial Militar (IPM) que tratava do caso, demonstrando ponto a ponto sua impropriedade ao afirmar que terroristas de esquerda teriam colocado no carro do capitão Wilson Luís Machado uma bolsa contendo explosivos. No dia seguinte à divulgação do relatório do IPM relativo ao caso Riocentro, o comentarista político Vilas Boas Correia escreveu que se tratava de um documento constrangedor, dada a sua “fragilidade de porcelana”. Pelas reportagens publicadas acerca do acontecimento, o *Jornal do Brasil* recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo.

Na eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro realizada em novembro de 1982 — a primeira a contar com o voto popular desde o estabelecimento do regime militar em abril de 1964 — o *Jornal do Brasil* também desempenhou um papel relevante. O periódico descobriu a existência de um esquema fraudulento visando a beneficiar o candidato Wellington Moreira Franco, que disputava o pleito pelo Partido Democrático Social (PDS), legenda que sucedera a Aliança Renovadora Nacional (Arena) no apoio ao regime militar após a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979.

De acordo com o jornalista Léo Schlafman, devido a uma circunstância casual, originada pelo colapso no sistema de computação do jornal, os repórteres que cobriam a apuração dos votos daquela eleição foram obrigados a utilizar os resultados fornecidos pela Rádio Jornal do Brasil. À medida que os votos iam sendo contabilizados verificou-se uma significativa diferença entre os resultados colocados pela rádio e os números oficiais fornecidos pela Proconsult. A partir daí o jornal descobriu a existência de uma operação que, através dos computadores da Proconsult, retirava os votos do candidato opositor Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), transferindo-os para Moreira Franco. Apesar das pressões sofridas durante a apuração da fraude, o *JB* ainda conseguiu desvendar um

esquema chamado “diferencial delta” que fazia com que os votos em branco crescessem absurdamente, passando de 8% para 20%.

O *JB* E AS “DIRETAS JÁ”

Nos primeiros meses de 1984 os partidos de oposição ao regime militar desencadearam uma série de mobilizações populares visando à aprovação pelo Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República em novembro daquele ano, num movimento que ficou conhecido como a campanha das Diretas Já. Diante desses acontecimentos, o *Jornal do Brasil* assumiu uma postura bastante moderada, tendo criticado veementemente a proposta surgida entre os segmentos mais radicais do movimento de realização de uma greve geral em 25 de abril, data prevista para a votação da emenda na Câmara dos Deputados. Para o jornal, atitudes como essa demonstravam uma grande dose de intolerância, que em nada iria colaborar para a consolidação da normalidade política.

Mesmo sem se definir claramente a favor das Diretas Já, o *Jornal do Brasil* condenou as medidas de exceção impostas pelo governo com o objetivo de “preservar a segurança da capital federal”, que naquele momento recebia uma enorme quantidade de pessoas interessadas em acompanhar de perto os desdobramentos da votação da “emenda Dante” na Câmara. Incluindo a censura aos meios de comunicação e o cerco militar à cidade de Brasília, essas medidas desagradaram ao jornal, que as considerou um retrocesso ao “período sombrio” do regime militar, que “todos supúnhamos encerrado”.

Às vésperas da eleição indireta para presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, o *Jornal do Brasil* publicou vários editoriais criticando a exigência de “fidelidade partidária” feita pelo PDS aos deputados e senadores do partido que iriam participar do Colégio Eleitoral, o que significava cobrar deles o voto em Paulo Maluf. Naquele momento, a candidatura Maluf estava ameaçada pelo surgimento de uma dissidência no partido situacionista conhecida como Frente Liberal, que se aliara ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com o objetivo de sustentar a candidatura do oposicionista Tancredo Neves. Demonstrando uma mudança em sua linha editorial, até então pouco afeita a uma intervenção mais direta no debate acerca da transição democrática, o *JB* demonstrou claramente seu apoio ao candidato Tancredo, entendendo que seu nome

representava um consenso nacional, não havendo outro que pudesse sobrepujá-lo como sucessor ideal do general Figueiredo.

O GOVERNO SARNEY E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em fevereiro de 1986, devido ao quadro de instabilidade econômica que se prolongou durante seu primeiro ano de governo, o presidente José Sarney baixou um conjunto de medidas com o objetivo de controlar a inflação que incluía o congelamento de preços e salários, a extinção da correção monetária e uma reforma monetária que cortou três zeros do cruzeiro e o substituiu pelo cruzado. Essas medidas, que ficaram conhecidas como Plano Cruzado, foram vistas pelo *Jornal do Brasil* como o ato inaugural do governo Sarney, que até então se havia mostrado hesitante para resolver os problemas mais urgentes do país. Na avaliação do jornal, entretanto, o sucesso do Plano Cruzado dependeria da capacidade do governo de “olhar para dentro de suas fronteiras”, uma vez que, “se o déficit público não for atacado a fundo e se for reduzido apenas por artifícios financeiros, cedo a sociedade perceberá que o impacto das mudanças foi apenas superficial”.

Embora tenha apoiado o plano de estabilização da economia — tratando-o como “um golpe direto, duro e fundo contra a inflação” —, o *JB* considerou temerosa a convocação feita pelo presidente Sarney para que o povo fiscalizasse os aumentos indevidos de preços após o congelamento determinado pelos dispositivos legais. Na edição de 1º de março, o jornal registrou uma série de ações violentas contra as remarcações, que incluíam depredações e saques a lanchonetes e supermercados no centro do Rio de Janeiro, reforçando assim suas críticas anteriores. Conforme observou o jornalista Carlos Castelo Branco, ao buscar sua legitimidade diretamente no anseio popular, o presidente estava se colocando acima dos partidos e das instituições. Ainda de acordo com o titular da “Coluna do Castelo”, beneficiado pela enérgica ação de controle da inflação, Sarney começava a “remeter para a prateleira das coisas velhas” idéias como a redução de seu mandato e a consequente antecipação das eleições diretas para presidente da República.

No decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instalada em 1º de fevereiro de 1987, o *Jornal do Brasil* mostrou-se favorável à implementação do parlamentarismo como sistema de governo e foi contrário aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Essas opções teriam custado caro ao *Jornal do Brasil*: de acordo com

Léo Schlafman, o jornal passou a sofrer fortes pressões econômicas por parte do governo Sarney, que, em represália, ordenou ao Ministério da Fazenda que fizesse uma devassa fiscal em todas as empresas do grupo, deixando sérias marcas em suas finanças.

Promulgada a Constituição em 5 de outubro de 1988, o *JB* considerou-a impregnada de utopia e demagogia em doses elevadas. Na opinião do jornal, com essas características o novo ordenamento jurídico não se destinava a durar muito tempo sem alterações que o recolocassem próximo à realidade.

O GOVERNO COLLOR

O *Jornal do Brasil* tratou com otimismo a posse de Fernando Collor, que, de seu ponto de vista, encerrava um período conturbado da história recente do país, marcado por uma década de inflação crônica. No entanto, segundo o periódico, o sucesso do novo presidente da República estaria associado à sua capacidade de reformar o Estado brasileiro, tornando-o mais ágil e mais capacitado a enfrentar os problemas sociais. Para conseguir esses objetivos, acreditava o *JB*, não poderiam continuar vigorando os subsídios, os incentivos e a proteção estatal a determinados segmentos empresariais.

Na apresentação do Plano Collor — que recolocou o cruzeiro na condição de moeda nacional, em substituição ao cruzado; reintroduziu o tabelamento de preços; e limitou os saques da caderneta de poupança, *overnight* e contas correntes ao valor de 50 mil cruzeiros, ficando o restante retido no Banco Central pelo prazo de 18 meses — o *Jornal do Brasil* tomou partido a favor do presidente, reiterando seu ponto de vista acerca da eficácia dessas medidas, que visavam sobretudo ao controle dos índices inflacionários. No decorrer do primeiro ano do mandato de Fernando Collor, o *JB* manteve o apoio a todas as suas iniciativas, especialmente nos assuntos relacionados à agenda econômica, com destaque para o programa de desestatização.

Ao se completarem dois anos de governo Collor, a edição do *Jornal do Brasil* de 15 de março de 1992 manteve a mesma avaliação favorável que havia feito no início de sua administração. Elogiou a “eficiência ortodoxa” do novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, a maneira pela qual o presidente vinha tratando o Congresso Nacional — fazendo-o “sócio das grandes decisões nacionais” —, e o ambiente de liberdade que favorecia um amplo debate em torno das principais questões de interesse do país,

consideradas pelo jornal naquele momento como sendo a quebra dos monopólios e a privatização das empresas estatais.

Para concluir o balanço acerca da primeira metade do mandato de Fernando Collor o *Jornal do Brasil* enfatizou que pela primeira vez um governo enfrentava “com postura democrática as denúncias de corrupção contra membros do Executivo”. Frisou ainda que “foi do governo a iniciativa de levar até as últimas consequências a devassa dos atos de corrupção”, sendo que em todos os ministérios e órgão públicos em que houve qualquer tipo de suspeitas dessa natureza ocorreram investigações e punições severas. “Na área da Previdência Social, altos funcionários foram indiciados e presos. No Ministério da Saúde, assessores do ministro Alcení Guerra estão presos. Na Legião Brasileira de Assistência (LBA), que toca pessoalmente o presidente Collor, houve demissões, afastamento e impedimento de exercício de novos cargos públicos”, disse literalmente o jornal.

Após a publicação pela revista *Veja* (13/5/1992) de um dossiê apresentado pelo irmão do presidente da República, o empresário Pedro Collor, contendo denúncias acerca da existência de um esquema de corrupção e tráfico de influência montado no interior do governo e liderado por Paulo César Farias — ex-tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor —, o *Jornal do Brasil* tratou o assunto sem dar-lhe maior crédito, sempre demonstrando seu apoio ao governo. Em 19 de maio de 1992, no editorial “Em nome da verdade”, o *JB* inclusive condenou a atitude de Pedro Collor afirmando que nada poderia ter sido mais prejudicial à estabilidade política do país, que começava a ser alcançada após a reforma ministerial realizada nos primeiros meses daquele ano.

Ainda no mês de maio, após solicitação encaminhada por parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), foi instaurada na Câmara dos Deputados uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de Pedro Collor. Tendo iniciado as suas atividades em 3 de junho, sob a presidência do deputado Benito Gama (PFL-BA), a “CPI do PC” foi vista pelo jornalista Etevaldo Dias (editor executivo da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e posteriormente porta-voz do governo Collor), como mais uma daquelas que “geralmente não levam a nada”.

No andamento dos trabalhos investigativos da comissão, o jornal manteve-se favorável a Fernando Collor, defendendo o presidente do que considerou acusações feitas a partir do mais puro sensacionalismo. Durante o mês de junho, mesmo após os primeiros

depoimentos que começaram a revelar a extensão do chamado “esquema PC”, o *Jornal do Brasil* manteve a sua linha editorial e afirmou, na edição do dia 17: “O verdadeiro objetivo desse alvoroço é tornar o presidente refém de uma operação política para suprimir a modernidade em andamento.”

Na cobertura dos comícios pró-*impeachment* de Collor, que se intensificaram a partir de agosto de 1992, o *Jornal do Brasil* considerou ultrapassadas as principais bandeiras levantadas pela oposição em suas diversas mobilizações. No entendimento do jornal, o que estaria sendo proposto como alternativa ao governo Collor nada mais era do que a repetição dos erros cometidos no passado, quando se postergou a atualização da economia brasileira e sua capacidade de atuação em um mercado internacional competitivo, em nome do nacionalismo e da estatização.

Na edição dominical de 27 de setembro de 1992, antevéspera da votação pela Câmara dos Deputados do pedido de afastamento do presidente da República, entretanto, o *JB* trouxe como manchete principal o resultado de uma pesquisa do Instituto Gallup em que Fernando Collor era rejeitado por 81% da população, delineando assim sua adesão ao processo de *impeachment*.

Esse posicionamento seria consolidado no editorial “Razões para o sim”, publicado no dia 29 de setembro, data em que a Câmara decidiria o destino do “caçador de marajás”. Justificando o apoio até então dispensado ao governo Collor, o *Jornal do Brasil* se disse partidário do ideário social-liberal que orientava suas decisões. Contudo, na opinião do jornal, muito embora o presidente tivesse empunhado “as bandeiras corretas da livre empresa, da liberdade de comércio exterior, da competitividade e do abandono das muletas do protecionismo”, seu mandato ficara comprometido no momento em que ele não honrou seu compromisso de “regenerar a vida política brasileira, marcada pela corrupção, pelo clientelismo e pela impunidade”. Dessa maneira, o tradicional órgão da imprensa carioca fez um apelo para que os parlamentares se mostrassem sensíveis ao “sentimento geral do povo brasileiro” e votassem pela admissibilidade do *impeachment*.

O *Jornal do Brasil* parabenizou a decisão do Congresso, que aprovou o afastamento do presidente com 105 votos a mais que os 336 necessários, no editorial de 30 de setembro de 1992, considerando que dessa forma a instituição legislativa se redimia da derrota imposta à emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984. Ainda nessa edição, o periódico fez um

retrospecto altamente negativo da “era Collor”. Em matéria intitulada “A ascensão e queda de Indiana Jones”, os dois anos e meio de seu governo foram descritos como uma brincadeira de *marketing* que, entre outros desacertos, não foi capaz de acabar com os altos índices inflacionários, agravando ainda mais a situação com o crescimento da taxa de desemprego e a redução do Produto Interno Bruto (PIB). Para finalizar, o jornal afirmou que o governo Collor foi marcado por uma onda de escândalos, que tiveram início com a descoberta da compra superfaturada de cestas básicas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), em fevereiro de 1991.

DE ITAMAR FRANCO AO REAL: APOIO ÀS REFORMAS

A cobertura do *Jornal do Brasil* em relação à posse do governo Itamar Franco, que assumiu provisoriamente a presidência em 2 de outubro de 1992, chamou a atenção para as disputas políticas que cercaram a formação de seu ministério, dividindo o bloco que se havia formado nos meses anteriores com a intenção de viabilizar o *impeachment*. Nessa conjuntura, a escolha de Gustavo Krause para o Ministério da Fazenda foi vista pelo *JB* como um indício do estilo Itamar, que, ao optar por um nome pouco conhecido do meio empresarial, estaria se afirmando diante das demais forças políticas, demonstrando assim um estilo personalista de governar.

Por outro lado, quando da posse definitiva de Itamar Franco — ocorrida após Fernando Collor ter renunciado ao mandato, pouco antes do início da votação do *impeachment* pelo Senado, em 29 de dezembro de 1992 —, o *Jornal do Brasil* elogiou a marca de austeridade imposta pelo novo presidente da República, que, de maneira inédita na história republicana, entregara sua declaração de bens durante a cerimônia de efetivação no cargo. O jornal afirmou ainda que Itamar trocara o discurso neoliberal de seu antecessor por outro com maior ênfase nas questões sociais, e decidira implantar um parlamentarismo informal, convocando 12 parlamentares para seu ministério.

Nos primeiros dias de outubro de 1993, o *Jornal do Brasil* destacou o início da revisão constitucional, que teve início após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter derrubado por oito votos a um a liminar concedida pelo ministro Marco Antônio de Melo, que acatava um mandado de segurança impetrado pelos partidos de oposição contrário ao início dos trabalhos revisionais. Nesse contexto, a escolha do deputado Néelson Jobim (PMDB-RS)

para relator da revisão foi muito bem recebida pelo jornal, que o considerou um nome muito mais competente que seu antecessor, Bernardo Cabral, que desempenhara esta função durante a constituinte de 1987-1988.

No entanto, devido às declarações feitas pelo economista e ex-funcionário do Senado José Carlos Alves dos Santos — após ter sido preso sob a acusação de ter assassinado a esposa — acerca de irregularidades envolvendo a Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, colocando sob suspeita diversos parlamentares que exerciam mandato naquela legislatura, a revisão constitucional se viu sob ameaça de esvaziamento. Mesmo assim, o *Jornal do Brasil* manteve sua posição e considerou perfeitamente possível que a instalação de uma CPI para apurar tais acusações pudesse conviver com o prosseguimento da revisão, o que na prática mostrou-se inviável.

Somente após a aprovação do relatório final da CPI do Orçamento, em 21 de janeiro de 1994, os parlamentares recolocaram em pauta a revisão constitucional, que deveria acelerar seus trabalhos no início de fevereiro. Porém a morosidade que marcou sua retomada tornou a emperrá-la logo nos primeiros dias. Nesse contexto, o *Jornal do Brasil* criticou o desinteresse dos parlamentares governistas, que deixaram de aprovar as mudanças que considerava fundamentais para afastar definitivamente o perigo da inflação. Os partidos de oposição, que procuraram obstruir as votações das emendas constitucionais, por sua vez, foram tratados pelo *JB* como avessos à discussão democrática e aprisionados aos velhos interesses corporativistas.

Fracassada a revisão constitucional, a atenção do *JB* voltou-se para o andamento do plano de estabilização econômica elaborado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), em 23 de fevereiro de 1994, foi muito bem recebida pelo jornal, cuja opinião, ao contrário das emitidas quando de intervenções econômicas anteriores, indicava uma possibilidade de ajuste no déficit orçamentário antes da introdução de uma nova moeda, o que representaria um “amadurecimento político no processo de formulação e adoção do planejamento econômico”.

Quando da criação da Unidade Referencial de Valor (URV), em 28 de fevereiro, o *Jornal do Brasil* apresentou um editorial afirmando estar absolutamente “à vontade para saudar entusiasticamente um programa que anuncia um ataque simultâneo tanto às causas

estruturais quanto às culturais do processo inflacionário”. Analisando as consequências políticas desse novo estágio do plano de estabilização econômica, o jornalista Marcelo Pontes escreveu que o discurso de apresentação da URV feito pelo ministro da Fazenda indicava o início de um novo governo, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que, de fato, seria pouco depois lançado candidato à presidência pela coligação PSDB-PFL.

Em 1º de julho de 1994, data de implantação do real como moeda corrente, o *JB* destacou a maneira adequada como a estabilização econômica vinha sendo conduzida, com um esforço prévio de redução dos gastos públicos e alcance da “verdade orçamentária”. O jornal ressaltou que naquela data o país deixava para trás 30 anos de indexação e 15 de descontrole inflacionário, alcançando assim um prestígio até então inédito entre os investidores internacionais.

Na reta final da campanha presidencial de 1994, uma conversa informal entre o então ministro da fazenda Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo de Televisão, minutos antes de uma entrevista que iria ao ar no *Jornal da Globo*, foi captada através de antenas parabólicas por um conjunto de telespectadores, que puderam assistir a uma inesperada declaração do ministro dizendo não ter escrúpulos em divulgar apenas o lado positivo do plano de estabilização da economia e esconder suas falhas. Conhecido como a “crise da parabólica”, o fato foi explorado pelos concorrentes de Fernando Henrique Cardoso, que tentaram mostrar para a opinião pública aquilo que consideravam a utilização eleitoreira da “máquina” do governo Itamar Franco a favor de seu candidato. Para o *Jornal do Brasil*, entretanto, as declarações de Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola a respeito mostravam apenas que eles “só pensam em votos, em reverter a baixa popularidade e a elevada rejeição que os atormenta”. Em defesa da legitimidade da candidatura Fernando Henrique, acusado de oportunista por seus adversários, o jornal ressaltou que, ao contrário do que diziam os políticos que “se auto-intitulam pedantemente de esquerda”, o PSDB “apostou historicamente no sentimento brasileiro contra a inflação”, sendo uma “ignomínia” considerar seu candidato como o candidato do governo, quando na verdade ele “é o preferido pela crescente intenção de votos dos eleitores”.

Para evitar maiores suspeitas sobre seu envolvimento no processo eleitoral, Itamar Franco substituiu o ministro Rubens Ricupero pelo então governador do Ceará, Ciro Gomes. Essa troca foi elogiada pelo *Jornal do Brasil* que, embora defendesse a honradez de Ricupero,

ênfatisou a perspicácia política do presidente da República em evitar que determinados rumores pudessem contribuir para o fracasso do Plano Real. A entrada de Ciro Gomes no Ministério da Fazenda, nas palavras do jornal, trazia para o centro decisório da economia um nome que possuía “luz própria”, capaz de “ocupar a cena com mais volume e intensidade que um técnico”.

Na edição de 11 de setembro de 1994, o *Jornal do Brasil* divulgou uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Vox Populi dando conta que as denúncias produzidas durante a “crise da parabólica” não afetaram a campanha de Fernando Henrique. Interpretando os números da sondagem, o jornal afirmou que a estabilização econômica introduzida pelo Plano Real se havia transformado em um “desejo monolítico da maioria do eleitorado brasileiro”. A pesquisa trazia ainda a notícia do aumento no índice de rejeição ao candidato do PT, que passava a contar com 25% de eleitores, considerando-o o “pior candidato” ao cargo de presidente nas eleições de 3 de outubro. Dois dias depois, no editorial “Prova de fogo”, o *JB* deixava nítida sua opinião acerca do processo eleitoral ao afirmar: “A viabilização do Real é a única saída para o Brasil readquirir credibilidade internacional de modo a atrair novamente a poupança externa e assegurar o crescimento sustentado da economia.”

A menos de 15 dias das eleições, o jornalista Marcelo Pontes, corroborando a opinião predominante no jornal sobre a inevitabilidade da vitória de Fernando Henrique Cardoso ainda no primeiro turno, escreveu que, mesmo após todos os problemas ocorridos na campanha do candidato tucano — em que se somaram às acusações de favorecimento e uso da máquina pública pelos ministros Ricupero e Alexis Stepanenko (Planejamento) as denúncias sobre o uso da gráfica do Senado para imprimir material de seu candidato a vice-presidente, Marco Maciel —, a corrida eleitoral se havia estabilizado em favor de seu nome.

No dia seguinte ao pleito presidencial de 3 de outubro, o *Jornal do Brasil* destacou em sua primeira página que “Cardoso deve vencer no primeiro turno com vantagem de quatro milhões de votos”, ênfatisando que naquele momento a “geração dos exilados” chegava ao poder. Fazendo um balanço daquela que foi a maior eleição já realizada no Brasil em todos os tempos — pois além do presidente da República foram também eleitos governadores de estado, senadores, deputados federais e estaduais —, o *JB* considerou-a a de maior lisura já

acontecida no país, tendo o presidente Itamar Franco contribuído para isso, uma vez que “soube preservar de qualquer suspeita o exercício do cargo e confirmar mediante atos a isenção do governo, com o esclarecimento até mesmo de denúncias infundadas, que são usuais em campanhas eleitorais”.

A posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1º de janeiro de 1995, foi vista com grande entusiasmo pelo *Jornal do Brasil*. Na opinião da jornalista Dora Kramer, o novo presidente representava a chegada ao poder de uma “geração comprometida com o projeto de uma sociedade mais justa”, capaz de reformar os princípios da administração pública, tornando o Estado brasileiro mais eficiente e menos suscetível aos apelos da política de clientela. Para o *JB*, as condições políticas que se apresentavam no momento em que se iniciava o governo Fernando Henrique Cardoso eram excepcionais. “Nenhum outro chefe da nação contou antes no Brasil com soma de circunstâncias tão favoráveis ao exercício do poder”, afirmava o editorial “O despertar do futuro” (1/1/1995). O editorial ressaltou ainda que a expressiva votação obtida por Fernando Henrique, além de garantir ao candidato tucano a vitória no primeiro turno das eleições presidenciais, possibilitou ao PSDB controlar o governo dos três estados mais importantes da federação — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais —, que, juntos, detêm 70% da produção industrial brasileira. Em relação à nova composição do Congresso Nacional, as expectativas quanto à sustentação do novo governo eram as melhores possíveis. A base aliada, segundo os cálculos do jornal, contava com 336 votos na Câmara e 62 votos no Senado, número suficiente para iniciar a qualquer momento o processo de revisão do texto constitucional, essencial para retirar “as minúcias que amarram a sua maleabilidade, estimulam a desobediência a dispositivos absurdos e utópicos e desmoralizam a sua inviolabilidade”.

Para o *Jornal do Brasil*, as razões de todo o sucesso que cercava Fernando Henrique Cardoso estariam nas suas qualidades políticas e intelectuais. De acordo com o jornal, o presidente recém-eleito era um estadista moderno, um socialdemocrata que “reconhece que o processo de mundialização e autonomização da economia debilitou o poder dos Estados nacionais”, mas que sabe também que “não se pode deixar tudo à mercê do mercado”, pois este, embora liquide as burocracias ineficientes, “não fornece um princípio de organização social, nem trata do fortalecimento da cidadania”. Portanto, segundo o *JB*, ao se

comprometer com esses valores, Fernando Henrique inaugurava uma nova era na história política do país.

O JB NO SÉCULO XXI

Em abril de 2001 a marca *Jornal do Brasil* foi arrendada por Nelson Sequeiros Rodrigues Tanure, empresário com negócios nos ramos imobiliário e de estaleiros, entre outros, que passou a controlar a redação do veículo. O *Jornal do Brasil* foi assim incorporado à Companhia Brasileira de Multimídia (CBM), de Tanure, que também incluiria mais tarde em seu portfólio o jornal paulistano *Gazeta Mercantil*, editoras de livros, além de participações no mercado de revistas – em parceria com a Editora Três, detentora da *Isto É* – e de televisão – através do acordo firmado com a Rede CNT para a tentativa de estabelecimento do canal JBTv, que não vingou.

Em abril de 2006, o *JB* passou a ser impresso, em gráfica própria, no formato *berliner*, um pouco menor do que o *standard* tradicional, e maior que o tablóide. Com a jornalista Ana Maria Tahan como sua editora-chefe, e em nova redação, o veículo pretendia consolidar um novo público leitor, sem necessariamente competir com os títulos rivais na cidade, e contava em sua equipe de colaboradores permanentes com nomes como os do humorista Paulo Caruso, da jornalista Lilian Witte Fibe, José Dirceu, Frei Beto, o jogador de futebol Renato Gaúcho e o velejador Robert Scheidt, entre outros.

Em 2007 a nova estratégia do jornal parecia colher frutos, pois, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o *Jornal do Brasil* teria ampliado sua circulação em cerca de 27%, passando da média de 78 mil exemplares no ano anterior para 100 mil, e ficando então em 12º lugar no *ranking* dos maiores jornais do país. No ano seguinte, porém, foi pedida a desfiliação do IVC pelos dois jornais da Companhia Brasileira de Multimídia (CBM): o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta Mercantil*.

Ainda em 2008 o *Jornal do Brasil* fez uma parceria de digitalização com o site de buscas HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Google>" \o "Google" [Google](#). A partir de então o internauta passou a ter livre acesso aos textos completos das edições digitalizadas das décadas de 1930 a 1990, que podem ser acessadas pelo link HYPERLINK "<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>" [Acervo histórico digitalizado do Jornal do Brasil](#).

Em março de 2010 sua tiragem foi de apenas 20.941 exemplares. Esse crescente declínio levou sua direção a anunciar, em julho desse ano, o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro seguinte passaria a existir somente em versão HYPERLINK "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Online>" \o "Online" [online](#), com alguns conteúdos restritos a assinantes, o *JB Premium*. A partir de então o JB passou a se autodenominar "*O Primeiro jornal 100% digital do País!*"

Sobre o *Jornal do Brasil* foram escritos os artigos de Washington Dias Lessa, “Amílcar de Castro e a reforma do *Jornal do Brasil*”, em *Dois estudos de comunicação visual* (1995), e de Marieta de Moraes Ferreira, “A reforma do *Jornal do Brasil*”, em *A imprensa em transição; o jornalismo brasileiro nos anos 50* (1996).

Sérgio Montalvão

FONTES: AGUIAR, C. *Imprensa; Almanaque Abril* (1995); CARONE, E. *República velha*; ENTREV. ALONSO, M.; ENTREV. BAHIA, L.; ENTREV. BRITO, E; ENTREV. BRITO, M.; ENTREV. CASTRO, A.; ENTREV. CORREIA, M.; ENTREV. GOULART, F.; ENTREV. FIGUEIREDO, W.; ENTREV. FREITAS, J.; ENTREV. LEMOS, C.; ENTREV. SALES, L.; ENTREV. SCHLAFMAN, L.; ENTREV. TINHORÃO, J.; FAUSTO, B. *História; Jornal do Brasil* (9/4/61, 9/4/66 e 9/4/71, 28 e 1/3/86, 2, 6, 7, 8, 10, 11 e 14/11/89, 15 e 16/3/90, 1 e 3/2 9 e 15/5/91, 15/3, 26, 27, 28, 29 e 30/9, 1, 2, 3, 4 e 5/10/92, 1, 6, 7, 16, 18 e 19/10/93, 2, 3, 8, 9, 23 e 24/2, 1 e 14/3, 1/7, 13, 21 e 23/9, 1, 2, 3 e 4/10/94, 1, 2, 3 e 4/1/95); LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa; Meio & Mensagem*. Disponível em: <<http://www.mmonline.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009; NOBLAT, R. *Céu*; Portal Imprensa. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br>>. Acesso em: 10/10/2009; RODRIGUES, L. *Eleições*; RUA, M. *Mídia*; SKIDMORE, T. *Brasil*; VÍTOR, M. *Cinco*.

JORNAL DO COMÉRCIO

Jornal carioca diário fundado em 1º de outubro de 1827 por Pierre René François Plancher de La Noé. Mantendo em seu título a grafia original *Jornal do Commercio*, é um dos mais antigos órgãos de imprensa da América Latina ainda em atividade. Durante toda a sua existência, pautou-se por uma orientação conservadora.

O PERÍODO IMPERIAL

Editor de Voltaire, Chateaubriand e Benjamin Constant e bonapartista convicto, o tipógrafo parisiense Pierre François René Plancher (1764-1844) foi perseguido na França quando a Restauração levou Luís XVIII ao trono. Em 1824, Plancher emigrou para o Brasil acompanhado por mestres de artes gráficas trazendo na bagagem livros, prelos de ferro, caixas de tipos e outros materiais tipográficos. Quando desembarcou no porto do Rio de Janeiro, o governo brasileiro, prevenido pela Legação da França, que o acusava de falsário, aguardava-o com um decreto de expulsão. Plancher provou sua inocência, conseguiu a revogação do decreto, tornou-se amigo do imperador **dom Pedro I** e instalou sua gráfica e loja à rua dos Ourives nº 60, atual Miguel Couto, mais tarde transferida para a rua do Ouvidor nº 80, obtendo a permissão de usar o título A Imperial Tipografia — Impressor Imperial. Iniciou suas atividades imprimindo folhinhas, leis, livros e papéis avulsos, comercializados na loja da casa, onde também vendia livros franceses que “contribuíram para a formação da cultura política da jovem nação”, segundo a *História geral da civilização brasileira*, coordenada por Sérgio Buarque de Holanda (tomo II, v. 1, p. 183). A 28 de junho de 1824, Plancher lançou o jornal *O Espectador Brasileiro*, cujo primeiro número se constituiu numa profissão de fé na monarquia constitucional e no qual escrevia sob o pseudônimo de “um francês brasileiro”. *O Espectador* deixou de circular a 23 de maio de 1827, por divulgar carta de um colaborador em defesa do ministro da Guerra, o brigadeiro João Vieira Carvalho, então conde de Lajes e mais tarde marquês, considerada insultuosa aos membros da Assembleia Geral do Império.

Quando, a 1º de outubro desse mesmo ano, lançou o *Jornal do Comércio*, Plancher restringiu-se aos assuntos comerciais e econômicos. Com quatro páginas de 21cm de largura por 30cm de altura em nota de 17 linhas, o novo órgão informava na primeira página: “Esta folha exclusivamente dedicada aos senhores negociantes conterà diariamente

tudo o que diz respeito ao comércio, tanto em anúncios, como em preços correntes exatos de importação e exportação, entrada e saída de embarcações etc. etc.” Na última linha da última página do jornal constava o nome do filho de Pierre, Émile-Seignot Plancher, de apenas 16 anos, para demonstrar que o programa do *Jornal do Comércio* era diverso de *O Espectador*, embora fosse o seu sucessor.

A 16 de julho de 1828, o título do jornal passou a ser *Jornal do Comércio, Folha Comercial e Política*. Entre os colaboradores desse período destacam-se José Clemente Pereira e Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, o marquês de Barbacena. A parte econômica ainda predominava, mas Plancher envolveu-se nas questões políticas do fim do Primeiro Império. Embora grato a Pedro I, considerou que o imperador fazia concessões aos interesses portugueses e passou à oposição.

Ao lado do jornal *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, o *Jornal do Comércio* participou da propaganda do movimento que levaria Pedro I a abdicar, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho Pedro, de cinco anos de idade. Na linha da sua posição antilusitana, no dia 11 de agosto de 1830 o jornal publicou carta em defesa de uma política de colonização discriminatória aos portugueses, pedindo ao governo a emigração de naturais de outros países europeus. A reação da colônia obrigou Plancher a retratar-se e até a mudar o nome do jornal, que a partir do dia 12 de agosto daquele ano passou a chamar-se *Diário Mercantil*, ou *Novo Jornal do Comércio*. No entanto, em 4 de abril de 1832, quando anunciou a tentativa de golpe militar contra a Regência, o órgão já circulava com seu título original.

Com a ascensão de Luís Filipe ao trono da França, após a revolução que derrubou Carlos X em 1830, Pierre Plancher resolveu retornar ao seu país. Em 1832, vendeu o *Jornal do Comércio* a Junius Villeneuve (1804-1863) e Réol Antoine de Mougnot por 52 contos e 64 mil réis. Aos 28 anos de idade, o francês Villeneuve pediu a Plancher que permanecesse na empresa por mais dois anos até que, mais experiente, estivesse em condições de dirigir sozinho o negócio. Em 1834, Plancher voltou para a França; o jornal adotou nova razão social, e em 1835 Mougnot desistiu da sociedade com Villeneuve. A 7 de maio de 1836, o jornal passou a ser impresso num prelo mecânico, importado da França, o primeiro instalado na América do Sul. Até então a impressão consumia dez horas de trabalho em dois prelos de ferro manuais; com o novo, levava apenas duas horas, e o jornal podia ser

entregue aos assinantes às seis horas da manhã.

No fogo cruzado dos jornais partidários da época, o *Jornal do Comércio*, sob a direção de Villeneuve, era criticado por não emitir opinião, preocupado mais em informar sobre os assuntos do comércio e os atos oficiais do que em opinar. No entanto, a notícia publicada muitas vezes mostrava toda a crueldade do sistema escravagista, como no caso do relato do enforcamento do escravo Manuel de Moçambique — que havia assassinado um caixeiro e ferido a faca seu patrão — na edição de 5 de maio de 1836. Mas a orientação do jornal estava voltada para os interesses dos empresários do setor comercial; Junius Villeneuve integrou o grupo de homens de negócio que estabeleceria em 1834 a Associação dos Assinantes da Praça do Comércio, mais tarde Associação Comercial do Rio de Janeiro, instituição com a qual o *Jornal do Comércio*, no correr do tempo, manteve as melhores ligações.

Em 1840 Villeneuve naturalizou-se brasileiro, mas em 1844 retirou-se para a França, deixando o jornal aos cuidados de Francisco Antônio Picot (1811-1902). Nascido na Áustria de família francesa, Picot veio para o Brasil e aqui se naturalizou. Homem de cultura — traduziu as *Odes* de Horácio para o português — e dotado de senso prático, tornou-se sócio de Villeneuve a 1º de maio de 1837 e mais tarde seu genro. No Segundo Império, sob a direção de Picot, o jornal aos poucos deixou a forma e aspecto de informativo dos assuntos comerciais e econômicos para transformar-se num jornal de grande formato, influente junto à opinião pública.

Na edição do dia 20 de julho de 1841, a primeira página estampou uma ilustração a bico de pena com a imagem de dom Pedro II “no dia da sua coroação e sagração” e a partir de então passou a publicar na íntegra os atos do Executivo e os debates parlamentares. **Em 1847, o título do jornal apareceu pela primeira vez com a tipologia gráfica utilizada ainda hoje, com pequenas modificações de serifa, mas ainda mantendo o ponto final: *Jornal do Commercio*.**

Entre os redatores e colaboradores da época, destacava-se José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco, que em 1851 publicaria em suas páginas a coluna “Cartas a um amigo ausente”. A publicação das Cartas estabeleceu a reputação de Paranhos como estudioso dos problemas nacionais. Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná, foi buscá-lo, sem conhecê-lo pessoalmente, no *Jornal do Comércio*, para secretariar

a missão que chefiaria no rio da Prata, durante a qual estruturou a política do Império contra Rosas. Terminados aqueles trabalhos, Paranhos seria nomeado para a difícil missão de ministro residente do Brasil em Montevidéu.

Nesse período, também trabalharam no *Jornal do Comércio* Augusto de Castro, Joaquim Manuel de Macedo, José Joaquim Vieira Souto, Henrique Villeneuve, Leonardo Caetano de Araújo, Jaime Seguiet, Francisco Otaviano, Justiniano José da Rocha, Manuel Odorico Pinheiro Guimarães, o poeta Gonçalves Dias, então redator parlamentar, Ferreira de Meneses, o barão Homem de Melo, Xavier Pinheiro, João Francisco Lisboa, Sant'Ana Néri e Joaquim Nabuco. E o jornal publicava artigos de escritores portugueses como Gervásio Lobato, Pinheiro Chagas, Guilherme de Azevedo, Augusto de Castro, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins.

Em 15 de janeiro de 1852, Picot mudou-se para Paris deixando na redação uma equipe eficiente de colaboradores, o que lhe permitiu dirigir o jornal a distância, durante 38 anos, através de correspondência. Nas centenas de cartas enviadas, ele orientava a administração e os chefes da redação do período: Manuel Moreira de Castro, Carlos Emílio Adet, Luís Joaquim de Oliveira Castro e João Carlos de Sousa Ferreira, redator-chefe de maio de 1888 a 15 de outubro de 1889.

A 6 de setembro de 1853, dia da queda do primeiro gabinete chefiado por Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, o jornal, além de anunciar aquele fato político, publicou reportagem sobre a primeira viagem de trem no Brasil, quando Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão de Mauá, levou um redator do *Jornal do Comércio* e alguns diplomatas para uma curta viagem (durou apenas quatro minutos) no trecho então concluído da ferrovia ligando o Rio de Janeiro à raiz da serra de Petrópolis, que seria inaugurada oficialmente a 30 de abril de 1854.

Na edição de 18 de dezembro de 1855, o jornal fez um balanço da epidemia de cólera-morbus no Rio de Janeiro e registrou a morte de 3.968 pessoas; naquela edição o título já havia perdido o seu ponto final. A partir de 1860, o *Jornal do Comércio* introduziu novas modificações, entre as quais a coluna “A pedidos”, em que determinados assuntos eram debatidos pelos vários interessados. Ali iniciada, a luta pelo abolicionismo encontrou respaldo na direção, embora contrariando alguns setores das elites agrárias das quais o periódico era porta-voz. Em meados do século XIX, o jornal era o “único dos jornais

brasileiros que desde o seu distante nascimento jamais compactuaria com o tráfico negreiro e com o trabalho cativo”.

No dia 17 de fevereiro de 1865, sua primeira página estampou o mapa do teatro da guerra com o Paraguai e a cobertura das operações bélicas apareceu em noticiário minucioso e realista, baseado em correspondência expedida da frente de combate, revelando o lado mais cruel da guerra. A partir de 1866, o jornal passou a publicar uma série de artigos de Perdigão Malheiros, presidente do Instituto dos Advogados, sugerindo uma solução para o problema da escravatura que não seria muito diferente da vitoriosa, com a Lei do Ventre Livre, proposta pelo visconde do Rio Branco e promulgada em 28 de setembro de 1871. No momento em que tal lei completou seu sexto aniversário, o *Jornal do Comércio* fazia um balanço da situação, argumentando que, “após a experiência adquirida nesse período que já não é demasiado curto, verifica-se que os terrores que essa lei produziu no decurso de sua gestação tinham mais fundamento nas sugestões do patriotismo que no sentimento da realidade”. Em seguida, acrescentava que “tínhamos uma individualidade política, mas o edifício social repousava sobre a mais funesta das instituições, funesta mais ainda aos senhores do que aos escravos, último elo que nos prendia a uma ordem de coisas que havíamos repudiado em 1822”.

O primeiro cabo submarino ligando a Europa à América do Sul atingiu a costa brasileira no início de 1874, e a partir de 1º de agosto o serviço telegráfico Reuter-Havas passou a ser publicado no *Jornal do Comércio*, dando atualidade ao noticiário internacional e dos estados do Norte e Nordeste. Em 1880, Carlos de Laet começou a escrever a coluna “Microcosmo”, de grande prestígio na época. Ao mesmo tempo, o jornal atraía os leitores apresentando em rodapé romances estrangeiros em capítulos. Entre eles, *Os miseráveis*, de Vitor Hugo, publicado simultaneamente no Brasil e na França, e outros de autores como Alexandre Dumas, Ponson du Terrail, Émile Zola, Eugène Sue e Xavier de Montépin. Novelas de autores nacionais também apareceram em forma de capítulos diários no jornal, como *A moreninha* e *O moço louro*, de Joaquim Manuel de Macedo. Mais tarde, em 1911, o jornal publicou o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

A PRIMEIRA REPÚBLICA

No ano de 1889, o *Jornal do Comércio* era considerado pelo jornalista francês Max Leclerc, correspondente no Rio de Janeiro de um jornal parisiense, um dos dois grandes jornais da capital do país, sendo o outro *A Gazeta de Notícias*. Mas com a proclamação da República, Francisco Picot e Júlio Constâncio de Villeneuve, filho de Junius, que seguira a carreira de diplomata, recebera o título de conde e era monarquista fiel ao imperador Pedro II, resolveram vendê-lo a José Carlos Rodrigues (1844-1923), correspondente do jornal nos Estados Unidos desde 1868 e depois em Londres, de 1882 a 1890.

José Carlos Rodrigues fundara nos Estados Unidos dois periódicos publicados em português e dedicados a assuntos brasileiros: *Novo Mundo* (1870-1879) e *Revista Industrial* (1878-1879). Visitou o Panamá, e aí escreveu reportagens criticando os planos de Ferdinand Lesseps para construir um canal ligando o Atlântico e o Pacífico e demonstrando que a empresa do francês estava falida; na sua opinião, só o governo americano teria condições de realizar tal obra. Mais tarde, o presidente Theodore Roosevelt escreveu-lhe uma carta destacando a importância dos seus artigos na solução encontrada para a construção do canal. Em Londres, Rodrigues colaborou com o *Times* e o *Financial News* e prosseguiu seu trabalho de correspondente do *Jornal do Comércio* até 1890. Nesse ano intermediou o primeiro empréstimo britânico à província de São Paulo e em outubro, por instância de seu amigo Eduardo Prado, coordenou o negócio da compra do *Jornal do Comércio*, de Júlio Constâncio Villeneuve e Francisco Picot. O contrato, no valor de 3.500 contos de réis, foi assinado em Paris a 15 de outubro de 1890, sendo o capital dividido em cotas por 28 homens de negócios, reunidos, a pedido de Rodrigues, pelo conselheiro de Estado José da Silva Costa. Interessado à última hora em participar da compra ou adquirir sozinho o jornal, o político Rodolfo Dantas não encontrou quota disponível; desejoso de ter um jornal, fundou a 9 de abril de 1891 o *Jornal do Brasil*.

Sob a direção de José Carlos Rodrigues, o *Jornal do Comércio* apoiou a República, mas no governo de Floriano Peixoto passou à oposição, e seus editoriais — muitos deles inspirados ou escritos por Quintino Bocaiúva — pediam a realização de eleições. Tomou posição a favor do almirante Eduardo Wandenkolk, publicando o seu manifesto no momento em que ele se preparava para atacar o porto do Rio Grande do Sul e exortando a Marinha a seguir seu exemplo, pois era “tempo de se bater este soldado sem escrúpulos [ou seja, Floriano], que faz da traição profissão de fé”. Em 1892, publicou as “Cartas da Inglaterra”, artigos

redigidos de Londres por Rui Barbosa a respeito do caso Dreyfus, que então mobilizava a opinião pública europeia.

No quadriênio de Prudente de Moraes, o *Jornal do Comércio* voltou a apoiar o governo; um editorial, escrito pelo próprio presidente da República, criticava o deputado Francisco Glicério, líder da maioria, que não defendera a moção proposta pelo deputado J. J. Seabra congratulando-se com o presidente “pela manutenção da ordem pública e do prestígio da Constituição” após os conflitos de caráter florianista ocorridos na Escola Militar da Praia Vermelha. O editorial afirmava que Glicério não interpretava no Congresso a política do presidente da República e constituía, na realidade, grave reprimenda do presidente ao seu líder. Parte vital do jornal, na Primeira República os editoriais eram publicados sob a rubrica “Várias”, abreviação do título da seção “Várias notícias do *Jornal do Comércio*”. A expressão “Várias” foi dicionarizada como sinônimo de editorial e permaneceu nas páginas do jornal até 1997, quando foi substituída pelo título “Opinião”. Na época, o conteúdo de “Várias” expressava o pensamento da situação, quando não do próprio presidente da República, e exercia pressão sobre a opinião pública em favor dos interesses do governo.

Em 1895, sob o título “Gazetilha” destacavam-se os acontecimentos do dia no Congresso Nacional e no Conselho de Vereadores do Rio. O jornal publicava artigos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco e modernizava o seu sistema de captação de anúncios, que agora vinham dos pontos mais distantes do centro do Rio de então, como Gávea, Méier e Piedade. O crescimento do jornal permitiu o deslocamento de jornalistas para o palco dos acontecimentos, e em junho de 1897 o *Jornal do Comércio* mandou o repórter Manuel Benício à Bahia como correspondente de guerra em Canudos. Durante todo o mês de julho o jornalista enviou relatos minuciosos, mais tarde reunidos sob o título *O rei dos jagunços*, três anos antes que Euclides da Cunha publicasse *Os sertões*.

Propriedade da firma Rodrigues & Cia., o *Jornal do Comércio* cresceu, mas manteve seu estilo vindo do Império, conservando o grande formato, com dez a 12 páginas de 73cm de altura por 54cm de largura — maior do que a altura de alguns jornais de hoje —, colunas bem mais largas do que as atuais e matérias de grande extensão. Lido por homens de negócio, políticos, altos funcionários e a elite carioca, tratava-se então de empresa sólida, prestigiosa, com redação à rua do Ouvidor nº 95. A influência do jornal cresceu ainda mais durante o governo Campos Sales. Nesse período, o jornalista Tobias Monteiro, que

representou o jornal na viagem que o presidente da República fez à Europa, acabou por tornar-se seu secretário. Em 1899, entrou para a redação do jornal um jovem poeta piauiense, José Félix Alves Pacheco, que chegaria à posição de diretor em 1923 e seguiria carreira na vida pública, onde também se destacaria. Dois anos antes de morrer assassinado, Euclides da Cunha, natural de Cantagalo como José Carlos Rodrigues, passaria a colaborar com o *Jornal do Comércio*, ficando famosa sua crônica “Última visita”, em que descreve a agonia de Machado de Assis, em 29 de setembro de 1908, e na qual destaca a presença, ao lado da cama do escritor moribundo, de um rapazinho em lágrimas; era Astrojildo Pereira, mais tarde crítico literário, escritor e político e um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922.

Quando da abertura da avenida Central em 1904, o prefeito Pereira Passos insistiu com José Carlos Rodrigues para que o jornal se mudasse para a nova artéria, e reservou para a empresa um terreno na esquina da rua do Ouvidor, onde Rodrigues ergueu imponente prédio de seis andares, inaugurado a 1º de outubro de 1908. Em 1909, a empresa lançou uma edição vespertina, o *Jornal da Tarde*, que circulou até 1º de abril de 1922. Entre 1917 e 1922 publicou uma edição paulista e de 1911 a 1914 ofereceu aos leitores um encarte, o *Jornal Ilustrado*, impresso em Paris. Na mesma época, lançou o *Jornal das Modas* e o *Arquivo Judiciário*, dirigido por Edgar Costa.

O jornal manteve-se na linha sóbria e imparcial em política interna e no período inicial da Primeira Guerra Mundial também adotou política de neutralidade em relação ao conflito. Nessa época ingressou na redação a primeira mulher: Valery Landesman, contratada em 1914 como tradutora dos telegramas vindos das capitais da Europa com notícias sobre a luta.

Em 1915, aos 71 anos, José Carlos Rodrigues transferiu sua parte na firma Rodrigues & Cia. a um antigo funcionário da casa, Antônio Ferreira Botelho, português de nascimento, desde jovem empregado do jornal, que, a partir de então, permaneceria sob sua direção até 1923. Nesse ano, Ferreira Botelho passou a propriedade do jornal a Félix Pacheco (1879-1935), o redator-chefe que também se dedicara à vida pública: deputado federal pelo Piauí desde 1909, reelegera-se sucessivas vezes; seu prestígio de político e jornalista e sua obra poética a meio caminho entre o simbolismo e o parnasianismo levaram-no à Academia Brasileira de Letras em 1912, estreitando a partir de então os laços entre o *Jornal do*

Comércio e a casa de Machado de Assis; fundou e dirigiu o Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal, atual Instituto Félix Pacheco; eleito senador em 1921, renunciou ao mandato para assumir a pasta das Relações Exteriores no governo Artur Bernardes; a 16 de novembro de 1926, com a posse de Washington Luís, deixou o ministério e reassumiu a direção do jornal; na eleição de 1927, injunções da política paulista impediram-no de assumir a cadeira de senador pelo Piauí, pois o novo presidente da República preferiu favorecer o marechal Pires Ferreira, político da oligarquia piauiense ligado a São Paulo.

Ainda em 1927, o *Jornal do Comércio* comemorou seu centenário com edição especial sobre sua história, coordenada por Félix Pacheco, que em 1917 publicara uma monografia sobre Pierre Plancher. A partir daquela data, Pacheco não parou de estudar e de estimular estudos sobre a história do jornal, que culminaram com a publicação do livro *Um francês-brasileiro* em duas edições, em português (1917) e em francês (1924). A edição do centenário reuniu todas as pesquisas até então realizadas e registrou com exatidão a certidão de nascimento do jornal, datada de 1º de outubro de 1827.

Quando os políticos situacionistas dos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais articularam na Aliança Liberal a candidatura de Getúlio Vargas contra a de Júlio Prestes, candidato do Catete, o *Jornal do Comércio* apoiou os aliancistas. Em 1929, publicou entrevista de Eptácio Pessoa, na qual o ex-presidente sugeria que se afastassem os dois candidatos à sucessão, indicando-se um terceiro, de comum acordo, para realizar um governo de união nacional. A proposta foi rejeitada, e Eptácio passou a escrever artigos com duras críticas a Washington Luís nas páginas do *Jornal do Comércio*.

Em 25 de outubro de 1930, o *Jornal do Comércio* noticiava o triunfo da revolução com a manchete: “Todo o país vibra com o grande acontecimento.” Para o jornal, a revolução fora um movimento para “contrabater a revolução odiosa que o presidente Washington Luís encabeçara desde o primeiro dia” ao cometer contra o regime “atentados que nenhum dos seus antecessores tivera a ousadia de praticar nessa medida”. As críticas incidiam especialmente no setor financeiro, afirmando que o governo acabara “no pior desastre de que há memória nos fatos econômicos da nossa terra”.

DEPOIS DE 1930

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o jornal manteve o apoio ao Catete. Na Revolução Constitucionalista de 1932, seus editoriais conclamavam a população a restabelecer a ordem e a levar a efeito a reorganização nacional, tarefas impostas a todos, “governantes e governados”. E concluía afirmando que embora o jornal fosse inteiramente alheio “aos grupos e facções que se digladiam, não o era no que concerne ao bom êxito da situação inaugurada pelo grande movimento nacional de outubro de 1930”. O apoio ao governo prosseguiu, e em 1935, por ocasião dos protestos dos jornais do Rio contra o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional — protestos estes traduzidos na suspensão da circulação por 24 horas —, o *Jornal do Comércio* foi impresso e circulou normalmente, mostrando-se favorável à citada lei.

Ainda em 1935 Félix Pacheco faleceu, e a chefia da redação e da empresa foi entregue por sua viúva, dona Dora Pacheco, ao jornalista Elmano Cardim (1891-1979). Fluminense de Valença, Cardim entrou para o jornal como revisor em 1909, aos 18 anos, e fez carreira até tornar-se redator-chefe. Em 1940 passou a sócio e praticamente dono do jornal ao receber em doação de dona Dora a metade das ações controladoras da empresa. Dias antes do golpe de novembro de 1937, o *Jornal do Comércio* extinguiu as seções “No Senado” e “Na Câmara”, que existiam desde sua fundação. Durante o Estado Novo o jornal teve problemas com a censura, e Cardim foi um dos signatários da carta coletiva que diretores dos jornais cariocas enviaram a Vargas afirmando que estavam sendo submetidos a vexames e ameaças, que não raro se concretizavam em violências e iniquidades, entre as quais “a que menos contava era a prisão e detenção sem justificativa”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Jornal do Comércio* manteve posição contrária ao Eixo, manifestando-se a favor do rompimento de relações do Brasil com a Alemanha, concretizado em 28 de janeiro de 1942. E a 30 de outubro de 1945, como era de seu estilo, a notícia da queda de Vargas só apareceu na página quatro, sem chamada na primeira, toda ocupada com o noticiário internacional. A partir de então a importância política do *Jornal do Comércio* foi gradualmente declinando; Elmano Cardim insistia em manter o formato grande e o estilo de jornalismo que vinha da Primeira República, com os redatores ainda escrevendo a mão, com caneta molhada no tinteiro, em longas “tiras” de papel que desciam para as oficinas. Enquanto isso seus concorrentes modernizavam-se e conquistavam leitores. No entanto, o *Jornal do Comércio* ainda era leitura obrigatória de empresários e

homens de negócio.

Em 1957, Cardim vendeu o controle acionário da empresa ao advogado, jurista e político Francisco Clementino de San Tiago Dantas, presidente da Comissão Jurídica Internacional, catedrático de direito civil da Faculdade Nacional de Direito e deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A circulação do jornal, embora reduzida, atingia as classes dirigentes, que San Tiago Dantas considerava carentes de esclarecimentos sobre o sentido das transformações do Brasil no pós-guerra. O jornal não pretendia publicar assuntos de interesse popular, embora San Tiago Dantas visse no seu partido uma “tentativa de encontrar nas agremiações populares a saída para a crise institucional que as supostas elites não sabiam sequer como analisar”.

San Tiago Dantas convidou Otávio Tirso de Andrade para diretor-adjunto da empresa editora do *Jornal do Comércio*, Aluísio Sales para vice-presidente, Miguel Lins para tesoureiro e Felipe Quental para superintendente-adjunto. A chefia da redação foi entregue a Luís Paulistano, cuja primeira providência foi comprar máquinas de escrever para a redação. O secretário Everardo Guilhon teve a colaboração de jornalistas jovens, mas experientes, como Carlos Castelo Branco, Heráclio Sales, Murilo Melo Filho, Pedro Gomes, Fernando Lara Resende, Sérgio Porto, Lúcio Rangel e Nadir Pereira. Naquela fase algumas “Várias” foram redigidas por Roberto Campos, mas os dois redatores contratados para escrevê-las diariamente, sob a orientação de San Tiago Dantas, eram Caio de Freitas e Emanuel de Moraes. O próprio San Tiago escrevia as mais importantes e com frequência lia, em voz alta e pausada, as suas “Várias” para os colaboradores mais próximos, pedindo opiniões e sugestões.

Com a nova equipe o velho matutino melhorou a diagramação, passou a publicar fotos, criou um caderno esportivo, um suplemento semanal sobre turfe e uma seção feminina; dinamizou a seção econômica, deu nova feição aos comentários políticos e mais vida às manchetes. No entanto, a despeito da ligação de San Tiago Dantas com o trabalhismo, o *Jornal do Comércio* era visto, na época, por setores extremados da esquerda, como integrante da imprensa “entreguista”. Em pouco tempo San Tiago Dantas definiu o perfil nacionalista do jornal, defendendo o monopólio estatal do petróleo e a Petrobras. Apoiou a construção de Brasília, ao justificar o deslocamento do centro de decisões políticas para “uma cidade situada a milhares de quilômetros do litoral”, o que modificaria de maneira

significativa a mentalidade do país.

San Tiago Dantas chegou a adquirir um novo prédio para instalar a redação do *Jornal do Comércio*, e encomendou uma rotativa moderna nos Estados Unidos, mas um incêndio, no dia 1º de outubro de 1958, data do 131º aniversário do jornal, danificou as instalações e destruiu parte do edifício-sede, que naquele dia completava meio século de existência. Sua redação e oficinas foram transferidas provisoriamente para a rua do Livramento nº 106, mas os prejuízos fizeram com que o *Jornal do Comércio*, mais uma vez, mudasse de mãos. Em 2 de abril de 1959, San Tiago Dantas vendeu o jornal a Assis Chateaubriand, que realizou assim um sonho acalentado desde a juventude — comprar o *Jornal do Comércio*. O fundador dos Diários Associados teve, porém, pouco tempo para influir no jornal: um ano depois sofreu derrame cerebral que o deixou tetraplégico; mas, incorporado aos Associados sob a direção de Carlos Rizzini, e instalado à rua Sacadura Cabral nº 103, o jornal voltou à linha editorial conservadora, mantendo a ênfase no noticiário econômico, dirigido aos empresários do Rio de Janeiro.

Em 1964, sob a direção de Moacir Padilha, o jornal apoiou o movimento militar de 31 de março, publicando o editorial “Primeiro limpar”, em que afirmava que havia valores humanos intocáveis a preservar, e que em nome deles o jornal várias vezes havia defendido “a necessidade de arrancar do mapa político do Brasil os antinacionais que o vinham desgovernando”. No dia 5 de abril de 1968 morreu Assis Chateaubriand, e os Diários Associados passaram por grave crise econômica; a redação do *Jornal do Comércio*, sob a direção de Néelson Dimas Filho, foi transferida para o prédio de arquitetura moderna, projeto de Oscar Niemeyer, à rua do Livramento nº 189, antiga sede da revista *O Cruzeiro*, onde foram reunidos os órgãos remanescentes da cadeia Associada no Rio de Janeiro, como a Rádio Tupi AM e FM e o *Diário Mercantil*.

Depois de Álvaro Costa, que dirigiu a redação por quatro anos, José Chamilete assumiu a direção em 1974. Em 1975, Ibanor Tartarotti, antigo colaborador de Chateaubriand, nascido no Rio Grande do Sul, que ocupara postos de direção dos Associados em vários pontos do país, foi nomeado diretor-superintendente. Também dirigiram a redação os jornalistas Hideo Onaga e Aluísio Biondi. Em 1980, o Condomínio Associado designou Austregésilo de Ataíde para a presidência da empresa editora do jornal, permanecendo Ibanor Tartarotti como diretor-superintendente. Aziz Ahmed foi nomeado editor-geral, tendo como

secretário Antônio Calegari. A 1º de outubro de 1991, o jornal lançou o caderno Indicadores, com 12 páginas de índices da economia nacional e do mundo, e a 9 de fevereiro de 1993 o caderno Seu Dinheiro, com reportagens e matérias sobre economia e finanças. Mais tarde, os dois cadernos seriam reunidos em um só.

Com a morte de Ataíde em 1993, Ibanor Tartarotti assumiu a presidência da empresa. Em 1995, o *Jornal do Comércio* procurou ampliar seu noticiário, para torná-lo competitivo com os outros jornais do Rio. A tentativa não obteve êxito, e em 1997, com novo projeto gráfico, o jornal voltava ao seu público tradicional, o mercado financeiro, o comércio e a indústria, sob a direção de Antônio Calegari. Entre seus colaboradores encontravam-se Carlos Heitor Cony, dom Lucas Moreira Neves, Tarcísio Padilha, Cândido Mendes, Delfim Neto, Oliveiros Litrento, Jaime Magrassi de Sá e Arnaldo Niskier. Em 1998, sua diretoria estava assim constituída: diretor-presidente, Ibanor Tartarotti; vice-presidente, Maurício Dinepi; diretor-secretário, Genilson Gonzaga; diretor-responsável, José Chamilete; e diretor de redação, Antônio Calegari.

Em 2009 o *Jornal do Comércio* tinha como diretor-presidente Maurício Dinepi, e sua redação era dirigida por Jô Galazi.

Carlos Eduardo Leal/Cícero Sandroni

FONTES: CALDEIRA, J. *Mauá*; DIMAS FILHO, N. *Jornal*; *Encic. Delta*; *Encic. Mirador*; INF. Antônio Calegari; INF. Fernando Segismundo; INF. José Chamilete; *Jornal do Comércio*. Disponível em: <<http://www.jornaldocomercio.com.br/>>. Acesso em: 20/11/2009; SANDRONI, C. & SANDRONI, L. *Austregésilo*; SODRÉ, N. *História*.

JORNAL, O

Jornal carioca diário fundado em 17 de julho de 1919 por Renato de Toledo Lopes. Cinco anos após sua fundação, foi adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, tornando-se o primeiro elo e o órgão líder da cadeia dos Diários Associados. Foi extinto em abril de 1974.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Anteriormente vinculado à política, na época da fundação de *O Jornal* Toledo Lopes era diretor da edição vespertina do *Jornal do Comércio*. Em função de uma desavença com a direção geral desse órgão, demitiu-se para fundar uma folha própria, cujo título constituía já uma provocação: o *Jornal do Comércio* era também conhecido como “o jornal”.

O Jornal pretendia marcar sua atuação pela “independência e austeridade”, dedicando-se a assuntos literários e científicos. Para compor sua redação foi reunido um grupo em sua maioria estranho à imprensa, do qual faziam parte Arrojado Lisboa, engenheiro e diretor da Central do Brasil, João Lopes, ex-presidente da Câmara dos Deputados, Bertino de Miranda, Alceu Amoroso Lima, Manuel Amoroso Costa, Vladimir Bernardes, Belarmino Austregésilo de Ataíde e Vitorino de Oliveira. Desse grupo, apenas Vitorino de Oliveira era jornalista profissional.

O novo periódico permaneceu nas mãos de Toledo Lopes até 2 de outubro de 1924, quando foi vendido a Assis Chateaubriand. Durante esse período inicial, assumiu quase sempre o que Austregésilo de Ataíde chama de “posições moderadas e oficiais”. O caráter situacionista do jornal não o impediu contudo de apoiar em 1922 a Reação Republicana, movimento liderado por grupos oligárquicos dissidentes, tendo à frente Nilo Peçanha, que combatia a candidatura oficial de Artur Bernardes à sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República.

Do momento em que *O Jornal* passou às mãos de seu novo proprietário, foi iniciada uma campanha contra o governo de Artur Bernardes, considerado de cunho nacionalista. Tendo já uma visão econômica definida, o periódico defendia o favorecimento do capital estrangeiro e, em escala mais ampla, o antinacionalismo. De modo geral, todos os

movimentos contra o governo eram apoiados por Chateaubriand. Data desse momento a intensa campanha movida contra *O Jornal* pelo periódico governista *O Mundo*, de propriedade de Geraldo Rocha.

O oposicionismo de *O Jornal* fê-lo aproximar-se do movimento tenentista, principal foco de oposição à estrutura política da Primeira República. Mesmo após as revoltas abortadas de 1922 e 1924, os “tenentes” prosseguiram em sua luta pela “regeneração nacional” e pela “modernização”. No final do governo de Washington Luís, a posição de *O Jornal* levou-o a apoiar com entusiasmo a articulação dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba visando à formação da Aliança Liberal.

Apoiando a candidatura aliancista de Getúlio Vargas à presidência da República, *O Jornal* — segundo Austregésilo de Ataíde — teve sua sede várias vezes visitada por este, que conspirava com Chateaubriand contra Washington Luís. O periódico deu grande destaque à Revolta de Princesa, deflagrada na Paraíba em fevereiro de 1930 contra o presidente estadual João Pessoa, candidato à vice-presidência da República na chapa de Getúlio. No mês de julho, o jornal acusou formalmente o governo federal de responsável pelo assassinato de João Pessoa. Finalmente, no mês de outubro, *O Jornal* deu total apoio à Revolução de 1930.

DE 1930 A 1974

Pouco tempo depois da instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, contudo, começaram a surgir divergências entre *O Jornal* e a situação. Chateaubriand, ligado ao grupo integrado por Lindolfo Collor, Batista Luzardo e Raul Pilla, clamava pela rápida reconstitucionalização do país, temendo o estabelecimento de um governo ditatorial. *O Jornal* apoiou assim a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Essa atitude resultou — por instigação de João Alberto Lins de Barros — no confisco da sede e da maquinaria do periódico e no exílio de Chateaubriand. Na sede de *O Jornal* passou a ser impressa uma folha governista, intitulada *A Nação*.

Em fins de 1933, de volta ao Brasil, Chateaubriand conseguiu reaver seu jornal e passou a direção geral a seu sogro, Zózimo Barroso do Amaral. Segundo Austregésilo de Ataíde, Zózimo B. do Amaral era governista, e sua presença à frente de *O Jornal* representou uma tentativa de reconciliação de Chateaubriand com Vargas. A partir desse momento, a

oposição do jornal ao governo tornou-se mais moderada. Para o arrefecimento da oposição de *O Jornal* a Vargas contribuiu também o andamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em novembro de 1933. Chateaubriand aproximou-se então da ala mais conservadora da política getulista, estabelecendo contato com os irmãos Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros. O compromisso com a facção conservadora do governo fez com que *O Jornal* desencadeasse violenta campanha contra a Aliança Nacional Libertadora e seu líder Luís Carlos Prestes, e contra a Revolta Comunista de 1935. O periódico mostrou-se por outro lado favorável às reivindicações integralistas.

Quando da abertura da questão sucessória ao final do mandato constitucional de Getúlio Vargas, *O Jornal* apoiou a candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira à presidência da República nas eleições previstas para 1938, opondo-se ao candidato oficial José Américo de Almeida.

Após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, *O Jornal* passou a sofrer rigoroso controle por parte do governo, sendo forçado a apoiar Vargas para sobreviver. Segundo o próprio Assis Chateaubriand, “era necessário atravessar um túnel, na esperança de que o futuro abrisse perspectivas para a restauração de um regime democrático”.

Com o fim do Estado Novo e o início da redemocratização, *O Jornal* apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). Não obstante, o periódico deu apoio às principais medidas do governo do general Eurico Dutra, candidato vitorioso do Partido Social Democrático (PSD).

No momento da sucessão de Dutra (1950), considerando que a situação se havia alterado e que Eduardo Gomes não teria mais uma vez condições de se eleger presidente, *O Jornal* deu discreto apoio à candidatura de Getúlio Vargas. Segundo depoimento de Austregésilo de Ataíde, na época redator-chefe do jornal, teria sido o próprio Chateaubriand o promotor da candidatura Vargas, ao enviar à estância gaúcha onde este se encontrava o jornalista Samuel Wainer com a missão de obter uma série de entrevistas sensacionalistas aventando a hipótese de sua volta ao poder. Além disso, ainda segundo a mesma fonte, *O Jornal* não se identificava plenamente naquele momento com os pressupostos da UDN. Chateaubriand consideraria os udenistas como “um grupo de idealistas pouco afeito à consideração dos problemas econômicos, sociais e políticos da nação em sua realidade”.

Iniciado o segundo governo Vargas, entretanto, as divergências logo vieram à tona. Chateaubriand considerava impossível, tanto do ponto de vista econômico como financeiro e técnico, o ingresso do Brasil na exploração petrolífera sem auxílio externo. Através de *O Jornal*, eram recordados exemplos de países desenvolvidos, como o Canadá, que utilizavam o capital estrangeiro para desenvolver sua economia. Para Chateaubriand, os investimentos externos deveriam financiar não só a prospecção do petróleo, como também a construção de portos, ferrovias e rodovias.

Por fim, na última fase do governo Vargas, *O Jornal* já se encontrava alinhado nas fileiras da oposição. Por ocasião do atentado da Tonelero (5/8/1954), no qual foi ferido o líder oposicionista Carlos Lacerda e perdeu a vida o major-aviador Rubens Vaz, e do subsequente inquérito policial militar instaurado pela Aeronáutica na base aérea do Galeão, o periódico já se encontrava firmemente vinculado à UDN.

Após a morte de Vargas (24/8/1954), *O Jornal* apoiou o governo do vice-presidente João Café Filho, que se cercou de quadros udenistas. O periódico justificou esse apoio declarando que naquele momento “as forças democráticas não deveriam manter um clima divisionista”. Entretanto, quando o general Henrique Teixeira Lott, em 11 de novembro de 1955, depôs o presidente interino Carlos Luz para garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, *O Jornal* mais uma vez se afastou da UDN e apoiou o movimento legalista.

Durante o governo Kubitschek, *O Jornal* assumiu atitudes contraditórias, apoiando apenas as medidas governamentais que considerava “de interesse nacional”. Nesse período, Assis Chateaubriand foi eleito senador pelo Maranhão na legenda do PSD e foi também embaixador do Brasil em Londres. A construção de Brasília foi vista por *O Jornal* ao mesmo tempo como possível deflagradora de um processo inflacionário e como “uma abertura para o oeste e um núcleo político e social no centro do país”.

No final do mandato de Juscelino, *O Jornal* apoiou a candidatura do marechal Henrique Lott à presidência da República, lançada pelo PTB. O candidato udenista Jânio Quadros era considerado portador de qualidades políticas negativas, evidenciadas durante sua gestão no governo de São Paulo.

As primeiras medidas do governo de Jânio Quadros foram recebidas com cautela por *O Jornal*. A política externa independente adotada e a condecoração concedida ao ministro

cubano Ernesto “Che” Guevara foram atacadas com veemência. Jânio estaria conduzindo o país a uma “ordem de preocupação internacional” incompatível com “nossas responsabilidades históricas no continente e no mundo”.

A renúncia de Jânio foi considerada como um “ato manhoso”, através do qual o ex-presidente estaria procurando ser reconduzido ao poder por um movimento popular. *O Jornal* entreviu na medida o primeiro passo para a instalação de um governo ditatorial e autoritário.

O Jornal defendeu em seguida a posse do vice-presidente João Goulart e opôs-se à adoção do parlamentarismo, regime que vigorou no país de setembro de 1961 a janeiro de 1963. A volta ao presidencialismo foi inteiramente apoiada pelo periódico.

Segundo Austregésilo de Ataíde, embora não houvesse hostilidade de *O Jornal* contra Goulart, à direção do órgão desagradava a “anarquia de esquerda” permitida pelo presidente, “um joguete na mão dos pelegos”. O periódico opôs-se violentamente às reformas de base propostas pelo Executivo e com o tempo passou a considerar o governo Goulart “corrosivo à ordem constitucional”.

Assim, *O Jornal* deu firme apoio ao movimento político-militar de março de 1964, recebendo com aplausos o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência da República. No final do governo Castelo Branco, entretanto, Chateaubriand desentendeu-se com o presidente. O proprietário dos Diários Associados havia promovido a campanha “Dê ouro para o bem do Brasil”, destinada a sanar os problemas financeiros da nação. O montante arrecadado permanecera sob custódia do governo. Em dado momento, Chateaubriand pediu ao presidente que lhe fosse entregue o resultado da campanha, para que pudesse realizar uma “obra de interesse nacional”. Castelo Branco recusou o pedido, passando a sofrer a oposição de *O Jornal*.

O Jornal apoiou os governos seguintes do marechal Artur da Costa e Silva e do general Emílio Médici, mas acabou por fechar suas portas em abril de 1974, em consequência das péssimas condições financeiras em que se encontrava, resultado da má administração dos últimos anos.

Carlos Eduardo Leal

FONTES: ENTREV. ATAÍDE, B.; *Jornal; Veja* (1/5/1974).

JOVENS TURCOS

Designação dada a um grupo de oficiais brasileiros que a partir de 1913 se destacou por seu engajamento no processo de modernização do Exército nacional. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que, como os brasileiros, haviam estagiado no Exército alemão e, ao retornarem a seu país, se engajaram em um partido nacionalista e reformista.

O MODELO DO EXÉRCITO ALEMÃO

A gênese do grupo que seria chamado de “jovens turcos” remonta a 1905, quando o ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo (1902-1906), designou seis oficiais de infantaria, cavalaria e artilharia para servirem durante um período de dois anos no Exército alemão. O objetivo do ministro Argolo era formar no exterior instrutores perfeitamente habilitados para lecionar nas escolas militares, cujos currículos passariam a privilegiar uma orientação mais prática e profissional em detrimento de uma orientação teórica e de índole bacharelesca, que, não raro, desviava o militar de seu mister e o aproximava da política, conforme ocorreu, por exemplo, na noite de 14 de novembro de 1904, por ocasião da Revolta da Vacina, que resultou inclusive no fechamento da Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

O segundo grupo de oficiais brasileiros enviados à Alemanha foi também formado por seis militares, que de outubro de 1908 a setembro de 1910 ficaram arregimentados em diferentes unidades do Exército alemão. Pouco antes do estágio desse segundo grupo, em setembro de 1908, o marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra (1906-1909), visitou a Alemanha a convite do imperador Guilherme II, para assistir a manobras do Exército germânico. Durante a visita, a comitiva brasileira conheceu fábricas de material bélico e estabeleceu contatos com o imperador, com o chefe do estado-maior alemão, Helmuth von Moltke, e com vários outros militares, entre eles generais e oficiais de baixa patente, dando início às tratativas para a contratação de uma missão militar alemã de instrução junto ao Exército brasileiro. Essa visita possibilitou, ainda, o envio de um número maior de militares brasileiros para estágio. Por isso, a turma enviada em 1910 contou com 21 oficiais, que chegaram à Alemanha em julho, ainda a tempo de presenciar a segunda visita do marechal Hermes da Fonseca, que na época acabara de ser eleito presidente da República – o que recrudescera, em meio aos estagiários brasileiros, a esperança de que fosse finalmente contratada uma missão militar alemã.

No entanto, para a perplexidade de alguns, como Estevão Leitão de Carvalho, membro da terceira e última turma, a missão alemã inexplicavelmente não foi contratada, nem em 1910, nem durante toda a presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914), que tanto se

empenhara em reformar o Exército, com base principalmente no modelo alemão. Antes de retornar ao Brasil, em outubro de 1912, alguns dos mais empenhados membros da última turma de estagiários se reuniram em um restaurante em Berlim e combinaram introduzir na tropa todo o conhecimento adquirido nas unidades do Exército germânico. Surgiu também entre os oficiais Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho e César Augusto Parga Rodrigues, durante a viagem de regresso ao Brasil a bordo do navio *Capitão Roca*, a idéia de lançar uma revista que fosse capaz de contribuir para a formação técnica e profissional do oficialato brasileiro.

A revista foi lançada em 10 de outubro de 1913, com o nome de *A Defesa Nacional*, por um grupo formado por oito ex-estagiários do Exército alemão – Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis Neto, Euclides de Oliveira Figueiredo, César Augusto Parga Rodrigues, Epaminondas de Lima e Silva, Francisco Jorge Pinheiro, Amaro de Azambuja Vila Nova –, e quatro adeptos entusiastas da campanha de modernização do Exército – Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino de Carvalho, Brasília Taborda e José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque.

A Defesa Nacional logo se tornou o órgão oficial dos militares em questão, à medida que se constituiu no principal meio de divulgação das propostas e interesses do grupo. Entre essas propostas, destacavam-se a defesa da profissionalização do militar; a campanha pela modernização do Exército, principalmente a partir da constituição do Exército em grandes unidades, da compra de material bélico de origem germânica e da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil; a defesa do desenvolvimento das ferrovias e da indústria de base nacional; a defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário e superior, e a luta para pôr em prática a lei que determinava o serviço militar obrigatório e o recrutamento militar através de sorteio, promulgada em 1908 mas inaplicada até 1916.

Devido ao afã modernizador, o grupo foi pejorativamente apelidado de “jovens turcos” por uma parcela de militares e civis que se opunham às suas idéias. O apodo fazia alusão a oficiais turcos que haviam estagiado no Exército alemão e, que, ao retornar à Turquia, se engajaram em um partido nacionalista e reformista, oficialmente conhecido como Comitê de União e Progresso, mas informalmente conhecido como Jovens Turcos, por ser formado por estudantes universitários e jovens oficiais progressistas. Na Turquia, os Jovens Turcos participaram de uma rebelião contra o sultanato e de um processo de transformações que acabou por resultar, em 1923, na proclamação da República sob a liderança de Mustafá Kemal, após o Império Otomano ter sido extinto pela derrota na Primeira Guerra Mundial, em 1918.

Contudo, o apelido que surgiu de forma pejorativa passou a ser visto como um símbolo de

abnegação e patriotismo, conforme destacou Estevão Leitão de Carvalho em sua autobiografia intitulada *Memórias de um soldado legalista*. Em relação ao pensamento dos jovens turcos, é importante notar que o grupo considerava o Brasil uma nação incipiente, desprovida de nacionalidade e de instituições verdadeiramente nacionais. O referencial para suas conclusões eram a nação e o Estado-Nação tal como se desenvolveram nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Dessa forma, os jovens turcos não se preocupavam apenas com o Exército, mas também com a compleição física do brasileiro e sua educação; com o estágio agrário da economia nacional e com a dependência e o atraso do país em relação às grandes potências e a países da América Latina como Chile e Argentina, cujos exércitos já contavam com o auxílio de missões estrangeiras.

Sendo assim, os jovens turcos acabaram desenvolvendo uma nova concepção a respeito da atuação política do militar, à medida que recusaram a intervenção individual do militar na política, mas consideraram válida a intervenção do Exército, como corporação, na política nacional. Tal concepção foi explicitada pelo primeiro editorial de *A Defesa Nacional*, quando seus fundadores afirmaram que “nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada, no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social”.

Os jovens turcos se destacaram como perenes defensores da superioridade bélica alemã, inclusive durante o desenrolar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira ganharam espaço na imprensa nacional e as pressões da França e da Inglaterra em relação ao rompimento das relações do Brasil com a Alemanha se tornaram frequentes. Contudo, em outubro de 1917, a defesa dos jovens turcos da vinda de uma missão germânica arrefeceu, pois o Brasil declarou guerra à Alemanha e se alinhou à Tríplice Entente. Finalmente, em 1919, o Brasil contratou uma Missão Militar Francesa, o que fez com que o grupo dos jovens turcos fosse definitivamente derrotado na sua preferência pela Alemanha.

Em março de 1920, a missão francesa chegou ao Brasil sob o comando do general Maurice Gamelin e deu início à instalação da Escola de Aviação, da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária. Vale notar que alguns desses cursos já existiam no Exército, mas foram revistos e aperfeiçoados sob a orientação dos instrutores franceses. Devido ao fato de os cursos da missão serem necessários para a continuidade da ascensão do oficial na carreira, os jovens turcos acabaram integrando seu alunado. Assim, alguns dos ex-estagiários do Exército alemão fizeram parte das primeiras turmas da Escola de Estado-Maior organizada

pela missão francesa, entre eles Constâncio Deschamps Cavalcanti, Manuel Bougard de Castro e Silva, Augusto de Lima Mendes, César Augusto Parga Rodrigues, Epaminondas de Lima e Silva, Leitão de Carvalho, Euclides Figueiredo, Evaristo Marques da Silva e Francisco Jorge Pinheiro.

Dessa forma, a germanofilia dos jovens turcos cedeu lugar ao predomínio da ação militar francesa. No entanto, a missão francesa não impediu que a influência do estágio na Alemanha continuasse presente em meio ao grupo, que acabou desenvolvendo um pensamento político próprio, considerando o Exército como uma força capaz de participar e até mesmo de conduzir o processo de desenvolvimento político e econômico brasileiro. Tal visão acabou por influenciar a formação do pensamento de militares brasileiros de turmas subsequentes, como Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que, simpáticos aos jovens turcos, defendiam a militarização do país e o desenvolvimento da “política do Exército”, o que resultou na participação dos militares na Revolução de 1930 e na implementação do Estado Novo em 1937.

Cristina Monteiro de Andrada Luna

FONTES: ATILLASOY, Y. *Mustafá; Boletim do Exército*; CARVALHO, E. *Memórias*; COUTINHO, L. *General; Defesa Nacional*; LEWIS, B. *Emergence*; MALAN, A. *Missão*; MONTEIRO, P. *Revolução*; Ordens do Dia do Exército; Relatórios do Ministério da Guerra.

JUBÉ, Joaquim Rufino Ramos

*pres. GO 1912, 1913, 1915-1916, 1918-1919, 1924 e 1929.

Joaquim Rufino Ramos Jubé nasceu em Ouro Fino (GO) no dia 6 de agosto de 1859, filho de Antônio Pereira Ramos Jubé e de Ivana Cordeiro.

Em 1895 filiou-se ao Centro Republicano e nessa legenda foi eleito deputado estadual em Goiás para as legislaturas de 1895 a 1897, de 1898 a 1900 e de 1901 a 1903. Em 1897, 1900 e 1903 fez parte da mesa diretora da Assembleia Legislativa de Goiás. Em 1905 filiou-se ao Partido Republicano Federal de Goiás e elegeu-se senador estadual para a legislatura de 1905 a 1908. Foi também primeiro-secretário da mesa diretora do Senado estadual, em 1905 e 1907. Em 1909 mudou mais uma vez de partido, filiando-se ao então criado Partido Democrático, e reelegeu-se senador estadual para sucessivas legislaturas. Só deixaria o Senado em 1930, quando, com a vitória da Revolução de 1930, foram extintos todos os órgãos legislativos do país.

Ao longo desse período presidiu o Senado estadual, posição que o habilitava a assumir a presidência do estado em caso de afastamento do presidente e da ausência de um dos três vice-presidentes eleitos. Por essa razão assumiu a presidência de Goiás nas seguintes ocasiões: de março de 1912, após Urbano Coelho de Gouveia ter renunciado, a maio do mesmo ano, quando foi substituído por Herculano de Sousa Lobo; de junho de 1913, após a renúncia de Herculano de Sousa Lobo, a julho do mesmo ano, quando foi substituído por Olegário Herculano da Silva Pinto; de junho de 1915 a maio de 1916, período em que Salatiel Simões de Lima esteve afastado; de dezembro de 1918 a abril de 1919, durante o afastamento de João Alves de Castro; de março a abril de 1924, durante o afastamento de Miguel da Rocha Lima; e ainda por um dia em julho de 1929, após a renúncia de Brasil Ramos Caiado.

De 1914 a 1930, pertenceu à comissão executiva do Partido Democrático.

Faleceu em 12 de setembro de 1933.

Era casado com Maria Carlota d'Ascensão Silveira Ramos Jubé e foi pai de seis filhos.

Recebeu o título de comendador do Papa Pio X.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1611&li=33&lcab=1924-1926&lf=33>. Acesso em: 7/12/2010.

JUNQUEIRA, Antônio Torquato Fortes

* dep. fed. MG 1893-1896.

Antônio Torquato Fortes Junqueira nasceu na fazenda Favacho, no município de Baependi (MG), em 1839, filho de José Frausino Junqueira, sargento-mor, e de Inácia Carolina Fortes Silva. Seu avô, Antônio Luís de Noronha e Silva, era dono de três fazendas – Campo Lindo e Favacho (MG) e Pedra da Paraíba (RJ) – nas quais, além do cultivo de café, havia a criação de cavalos de raça.

Graduado em direito, foi promotor público e juiz da comarca de Baependi. Em 23 de junho de 1847 foi nomeado juiz municipal substituto no município de Vassouras (RJ). Em função de suas atividades agrárias, sua família gozava de prestígio político, o que lhe permitiu ser convidada, em 18 de abril de 1862, para a recepção da princesa Isabel em Caxambu (MG). Foi também secretário da Irmandade da Igreja de Santa Isabel da Hungria, em Caxambu, a qual tinha como presidente o marido da princesa Isabel, conde D'Eu.

Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1893. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Casou-se com Sabina Amélia Bustamante.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ANDRADE, E. *Vale*; BARATA, C.; CUNHA, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CARVALHO, S. *Perspectivas*; Inventário de Antônio Luís Noronha e Silva. Disponível em: <
<http://www.projeto compartilhar.org/DocsMgAF/antonioluizdenoronhaesilva1855anadolinahonorajunq1857.htm>>. Acesso em: 15/5/2010; PALACE HOTEL. Diário da Princesa Isabel em Caxambu. Disponível em: <
http://www.palacehotel.com.br/historico_diario.htm >. Acesso em: 15/5/2010; Projeto compartilhar. Genealogia da família de Rita Luísa Vitória Bustamante de Sá. Disponível em: <

<http://www.projetocompartilhar.org/Familia/FortesdeBustamante.htm> >. Acesso em:
15/5/2010; VEIGA, J. *Revista*.

JUNQUEIRA, RIBEIRO

*dep. fed. MG 1903-1930; const. 1934; sen. MG 1935-1937.

José Monteiro Ribeiro Junqueira nasceu em Santa Isabel, distrito de Leopoldina (MG), no dia 27 de agosto de 1871, filho de José Ribeiro Junqueira e de Antônia Augusta Lobato Monteiro Junqueira. Também seguiram trajetória política seus primos Antero Andrade Botelho, deputado federal por Minas Gerais (1897-1899, 1903-1923 e 1935-1937), além de constituinte de 1934, e Antônio Augusto Ribeiro Junqueira, deputado da Assembleia Legislativa de Minas (1927-1930).

Tendo iniciado seus estudos na fazenda de seus pais com um preceptor francês, frequentou depois a escola particular dirigida por Inácio Gama, o Colégio Biolkini de Petrópolis (RJ) e o Colégio Abílio, onde concluiu os preparatórios em 1888. No ano seguinte matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1893. Durante esse período presidiu o Centro Republicano Mineiro e a Sociedade Mineira de Beneficência, além de colaborar no jornal *Minas Acadêmica*. Em 1894 foi nomeado promotor interino de Leopoldina e em seguida foi designado promotor da comarca de Pomba, sempre em Minas Gerais. Recusou, entretanto, este último cargo para permanecer em Leopoldina no exercício da advocacia. Ainda em 1894 elegeu-se presidente do Conselho Distrital de Leopoldina, dando início a uma série de medidas de modernização do município.

Em 1895 foi eleito deputado estadual pelo distrito do Sul de Minas, favorecido em grande parte pela influência de sua família na região. Na legislatura seguinte, embora lhe fosse oferecida a reeleição pelo mesmo distrito, não aceitou, preferindo candidatar-se por seu distrito natal. Eleito apesar dos esforços em contrário do presidente mineiro Silviano Brandão, exerceu durante seu mandato firme oposição ao governo estadual. Em 1897 foi eleito presidente da Câmara Municipal de Leopoldina para o triênio de 1898 a 1900, sendo mais tarde reeleito para o triênio seguinte.

Em 1903 foi eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em maio do mesmo ano assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, à qual seria sucessivamente reconduzido até 1930. Eleito agente executivo de Leopoldina em 1910, tornou-se membro da comissão executiva do PRM no ano seguinte. Na Câmara, exerceu várias vezes a liderança da bancada mineira, tendo liderado também a coligação formada

contra o governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Participou de várias comissões durante sua permanência no Congresso, tendo relatado em 1912, como presidente da Comissão de Finanças, o orçamento da Viação. Em 1920, presidiu a Comissão de Reformas Tributárias da Câmara, que enviou ao Senado o projeto de reforma das tarifas aduaneiras.

Em 1929, com o início da campanha liberal, ingressou na comissão executiva da Aliança Liberal que, mais tarde, no dia 15 de agosto, lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e à vice-presidência da República. Em janeiro de 1930, acompanhou os candidatos liberais na viagem que estes fizeram ao Rio e a São Paulo para lançar a plataforma de governo. Em seguida, acompanhou João Pessoa em sua viagem a Minas. Em maio, participou da reunião da comissão executiva do PRM em que esta aceitou os compromissos formais que o presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada assumira com a revolução em nome do partido.

Após a vitória da Revolução de 1930, teve o mandato interrompido e participou, em fevereiro de 1931, da criação da Legião de Outubro em Minas, sendo eleito para o conselho supremo da entidade, composto de oito membros. Os demais eram Francisco Campos, Gustavo Capanema, Amaro Lanari, Antônio Carlos, Venceslau Brás, Teodomiro Santiago e José Bonifácio de Andrada e Silva. Em 4 de maio foi nomeado pelo presidente do estado, Olegário Maciel, secretário de Agricultura, cargo que exerceria até 3 de março de 1932.

Ainda em agosto de 1931, durante o congresso do PRM realizado em Belo Horizonte, viu-se envolvido nos acontecimentos que levaram à tentativa de deposição de Olegário Maciel. Ribeiro Junqueira era proprietário da Companhia de Força e Luz Cataguases-Leopoldina, à qual Olegário havia concedido facilidades. A concessão, considerada irregular, foi o estopim da investida contra o governo, atribuída tanto a membros do próprio PRM quanto a elementos do governo federal. Na agitação que se seguiu, Ribeiro Junqueira chegou a ser preso por um grupo de jovens.

Após esses acontecimentos, ficaram abaladas as relações entre o governo mineiro e o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, e se acentuaram as divergências entre o PRM e Olegário Maciel. Com a finalidade de promover a conciliação, chegou-se a um acordo, conhecido como Acordo Mineiro, que propunha a fusão da Legião de Outubro com o PRM, criando-se um partido único que serviria de base de apoio aos governos federal e

estadual. Assim, em fevereiro de 1932, foi fundado o Partido Social Nacionalista (PSN), em cuja comissão diretora encontrava-se Ribeiro Junqueira. Entretanto, frente às pressões em favor da reconstitucionalização do país, o PSN não conseguiu manter-se e, com a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo (9/7/1932), e foi dissolvido.

Em 1933, foi fundado em Minas o Partido Progressista (PP), em cuja legenda Ribeiro Junqueira foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte que se reuniu em 1933-1934. Em outubro de 1934 voltou a eleger-se deputado federal na legenda do PP, e em 1935 foi eleito senador pela Assembleia Constituinte de Minas Gerais. Deixou assim a Câmara dos Deputados e ocupou uma cadeira no Senado.

Na convenção que em 25 de maio de 1937 indicou José Américo de Almeida candidato à presidência da República, Ribeiro Junqueira foi um dos representantes do PP. Com o advento do Estado Novo (10/11/1937), perdeu o mandato de senador e não mais retornou à vida pública.

Em sua atividade empresarial, além de ter sido incorporador e diretor-presidente da empresa hidrelétrica já mencionada e da S.A. de Pecúlios Zona da Mata, fundou a *Gazeta de Leopoldina* e o Ginásio Leopoldinense, dos quais foi também diretor, a Companhia Leiteira Leopoldinense, as Casas Bancárias Ribeiro Junqueira, a empresa Irmãos Botelho, a Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense, todos em Minas Gerais, e a Companhia Carbonífera de Urussangueda do Rio Carvão, em Santa Catarina.

Faleceu no dia 14 de maio de 1946.

Era casado com Helena de Andrade Ribeiro Junqueira, com quem teve três filhos.

O arquivo de Ribeiro Junqueira encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Helena Faria

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias* (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; HORTA, C. *Famílias*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A.

Minas; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais, Personalidades*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976);
SENADO. *Anais* (1935); SODRÉ, N. *História da imprensa*.

JURUMENHA, Antônio Pinheiro Lobo de Meneses

*dep. fed. RJ 1906-1911.

Antônio Pinheiro Lobo de Meneses Jurumenha nasceu em São Gonçalo (RJ).

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e foi juiz na comarca de São Sebastião do Paraíso (MG). Sua vida política teve início ainda no Império, com a eleição para deputado provincial em Minas Gerais na legislatura 1888-1889.

Na eleição de 31 de janeiro de 1904, foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro para a legislatura 1904-1906. Durante o mandato integrou a Comissão de Estatística, Divisão Civil e Judiciária.

Em 1906 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Assumiu sua cadeira em 3 de maio de 1906 e, reeleito em 1909 para a legislatura seguinte, permaneceu na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1911. Dois anos depois regressou à política ao ser eleito, em 17 de outubro, presidente da Câmara de São Gonçalo, cargo que exerceu até 7 de janeiro de 1915.

Faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou, na *Revista Literária de Recife*, o romance *A orfãzinha*.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (26/7- 31/10/1905); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Caminhos do romance. *Antônio Pinheiro Lobo de Menezes Jurumenha*. Disponível em: <

<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/cronologias/brasileira.htm>>. Acesso em: 20/12/2010; Migalhas. *Comarca de São Sebastião do Paraíso*. Disponível em: <

http://www.migalhas.com.br/pintassilgo/mig_pintassilgo.aspx?op=3&cod=100992&cocomar=S%C3%A3o>. Acesso em: 20/12/2010; São Gonçalo turismo. *Presidentes da Câmara de São Gonçalo*. Disponível em: <
<http://saogoncaloturismo.com/historia.html>>. Acesso em: 20/12/2010.

JUSTA, José Lino da

*dep. fed. CE 1915-1926.

José Lino da Justa nasceu em Pacatuba (CE) no dia 23 de setembro de 1863, filho de José Antônio Justa e de Joana Teófilo Costa da Justa.

Fez o curso de humanidades no Ateneu Cearense e formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1889. Ainda estudante, militou pela causa abolicionista, foi secretário do Centro Acadêmico Abolicionista 24 de Maio e colaborador do jornal *Gazeta da Tarde*. Depois de formado, clinicou no Rio de Janeiro e no Espírito Santo – onde fez parte da redação de *O Cachoeirense*, jornal de Cachoeiro do Itapemirim. De volta a Fortaleza, em 1892 colaborou com o jornal *O Norte* e fundou o *Diário do Ceará*, juntamente com Justiniano de Serpa. Em outubro de 1895 casou-se com Angélica Justa.

No governo de Nogueira Acióli (1904-1912), foi nomeado diretor da Inspetoria de Higiene do Ceará. Em 1913 foi um dos fundadores do Centro Médico Cearense e, em 1914, com a intervenção federal no Ceará, que depôs o presidente estadual Franco Rabelo (1912-1914), foi nomeado secretário do Interior e chefe de Polícia. Em 1915 foi eleito deputado federal pelo Ceará para a legislatura 1915-1917. Releito sucessivamente, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1926.

Foi também orador do Centro Literário e membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto Histórico do Ceará.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 22 de março de 1952.

Publicou, entre outras obras, *Etiologia e profilaxia do cólera-morbus, tese apresentanda na Faculdade de Medicina da Bahia* (1889), *Discurso pronunciado pelo Dr. José Lino da Justa como orador oficial do “Centro Literário” quando da sessão fúnebre consagrada a Carlos Gomes, D. Pedro II e o Ceará* (1906) e *Conselhos ao povo. A varíola e sua profilaxia: vacinação e revacinação*, artigos publicados no jornal *A República* de Fortaleza (1897).

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: LEAL, V. *História*; STUDART, G. *Dicionário* (v.2, p. 137-139).